



## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011**

**Brasília, dezembro de 2011**

Presidência da República

Vice-Presidência da República

Secretaria de Assuntos Estratégicos

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



Presidência da República  
Secretaria de Assuntos Estratégicos  
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social  
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

## **Relatório de Atividades 2011**

Brasília, dezembro de 2011

## Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES

---

Secretária  
**Esther Bemerguy de Albuquerque**

Secretária Adjunta  
**Ângela Cotta Ferreira Gomes**

### Diretoria de Gestão

*Diretor*  
**Ronaldo Kúfner**

*Gerente de Projeto*  
**Raquel de Albuquerque Ramos**

*Gerente de Projeto*  
**Daniele Cristina de Souza**

*Gerente de Projeto*  
**Eduardo de Almeida**

*Gerente de Projeto*  
**Hilta Figueiredo de Moraes**

*Assessora Técnica*  
**Valéria Amorim Barcelos**

### Diretoria de Políticas de Desenvolvimento

*Diretor*  
**Adroaldo Quintela Santos**

*Assessora Técnica*  
**Patrícia da Silva Pego**

### Diretoria de Tecnologia de Diálogo Social

*Diretora*  
**Ana Lúcia de Lima Starling**

*Gerente de Projeto*  
**Maria França e Leite Velloso**

*Gerente de Projeto*  
**Rosa Maria Nader**

### Diretoria Internacional

*Diretora*  
**Maria Luiza Falcão Silva**

*Especialista*  
**Cristina Ribeiro Fernandes Quadra**

*Especialistas em Políticas Públicas*  
**Ana Paula Cunha Machado**  
**Gustavo Henrique Cocentino Ramos**  
**Larissa Carolina Loureiro Villarroel**

---

Anexo I – Ala “A”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393  
Brasília – DF – CEP: 70.150-900  
cdes@planalto.gov.br www.cdes.gov.br

## ÍNDICE

PREFÁCIO	7
COMPOSIÇÃO DO CDES (2009/2011)	9
INTRODUÇÃO	11
ATIVIDADES DO CDES	17
PLENO DO CDES	17
COMITÊ GESTOR	20
OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE	21
ATIVIDADES INTERNACIONAIS	31
GRUPOS DE TRABALHO	42
CONTRIBUIÇÕES AO PPA	46
ACORDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	49
OUTRAS ATIVIDADES	61
ANEXOS	65
MOÇÃO EM FAVOR DA CANDIDATURA BRASILEIRA PARA DIRETORIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO	66
PARECER SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÕES A LEI Nº 4.771/1965, CONHECIDA COMO CÓDIGO FLORESTAL	67
PARECER SOBRE OS GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS: COPA DO MUNDO E JOGOS OLÍMPICOS	68
RELATÓRIO: O CDES e o PPA 2012-2015	70
DECLARAÇÃO FINAL DA 4ª REUNIÃO DA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL UE-BRASIL	77
DECLARAÇÃO FINAL DA 5ª REUNIÃO DA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL UE-BRASIL	79
DECLARAÇÃO FINAL DA TERCEIRA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL BRASIL-RÚSSIA: « <i>IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS EM PAÍSES COM ABUNDÂNCIA DE RECURSOS NATURAIS</i> »	82

## COMPOSIÇÃO DO CDES (2009/2011)

Presidência da República  
Vice-Presidência da República  
Secretaria de Assuntos Estratégicos  
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social  
Comitê Gestor

### Conselheiros – Sociedade Civil

**Abílio Diniz** - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar  
**Adilson Primo** - Presidente da Siemens do Brasil e 1º Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABIDIB)  
**Alberto Broch** - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)  
**Amarílio Macêdo** - Presidente das Empresas J. Macêdo  
**Antoninho Trevisan** - Presidente das Empresas Trevisan  
**Antonio Carlos Valente** - Presidente Executivo do Grupo Telefônica do Brasil  
**Antonio Fernandes dos Santos Neto** - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)  
**Antonio Gil** - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM)  
**Arildo Mota Lopes** - Presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL)  
**Artur Henrique da Silva Santos** - Presidente Central Única dos Trabalhadores (CUT)  
**Augusto Chagas** - Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)  
**Bruno Ribeiro de Paiva** - Diretor Executivo do Instituto Dom Helder Camara (IDHEC) e Advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)  
**Candido Mendes** - Reitor da Universidade Candido Mendes  
**Carlos Gilberto Cavalcante Farias** - Presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool da Bahia  
**Carmen Helena Ferreira Foro** - Secretária Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)  
**Cezar Britto** - Advogado, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)  
**Cláudio Conz** - Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)  
**Cledorvino Belini** - Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)  
**Clélio Campolina Diniz** - Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
**Clemente Ganz Lúcio** - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)  
**Daniel Feffer** - Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.  
**Danilo Pereira da Silva** - Presidente da Força Sindical de São Paulo  
**Dom Luiz Demétrio** - Presidente da Caritas Brasileira  
**Enilson Simões de Moura (Alemão)** - Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)  
**Fabio Colletti Barbosa** - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e do Grupo Santander Brasil  
**Fernando Dantas Alves Filho** - Sócio-Presidente da Price Waterhouse Coopers  
**Humberto Mota** - Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South América  
**Ivo Rosset** - Presidente das Empresas Rosset & Cia Ltda e Valisère Ind. & Com Ltda.  
**Jackson Schneider** - Vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)  
**Jacy Afonso de Melo** - Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)  
**João Batista Inocentini** - Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil  
**João Bosco Borba** - Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA)  
**João Elísio Ferraz de Campos** - Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) e da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG)  
**João Paulo dos Reis Velloso** - Presidente do Fórum Nacional - Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)  
**Jorge Gerdau** - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau  
**Jorge Nazareno Rodrigues** - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região  
**José Antônio Moroni** - Membro do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e integrante da plataforma de movimentos sociais pela reforma do sistema político  
**José Carlos Bumlai** - Pecuarista e Produtor Rural  
**José Carlos Cosenzo** - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)  
**José Conrado Azevedo Santos** - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA  
**José Lopez Feijóo** - Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)  
**José Vicente** - Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e Presidente da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento (AFROBRAS)  
**José Zunga** - Presidente do Instituto Observatório Social de Telecomunicações (IOST)  
**Joseph Couri** - Presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI)  
**Laerte Teixeira da Costa** - Secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical dos Trabalhadores(as) das Américas e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)  
**Lincoln Fernandes** - Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)  
**Lúcia Stumpf** - Dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM), representante da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)  
**Luiz Aubert Neto** - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)  
**Luiz Eduardo Abreu** - Diretor Presidente das Empresas do Grupo NSG  
**Luiza Helena Trajano Rodrigues** - Presidente da Rede Magazine Luiza  
**Manoel Silva da Cunha** - Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)  
**Marcelo Neri** - Economista Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV)  
**Marcelo Odebrecht** - Diretor Presidente da Odebrecht S.A.  
**Marcelo Giufrida** - Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)  
**Márcio Lopes de Freitas** - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)  
**Marcos Jank** - Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)  
**Maria Elvira Ferreira** - Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais  
**Maurício Botelho** - Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER)

**Maurílio Biagi Filho** - Presidente do Grupo Maubisa e Presidente do Conselho de Administração da Usina Moema  
**Moacyr Auersvald** - Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)  
**Murillo de Aragão** - Presidente da Arko Advice Pesquisas  
**Nair Goulart** - Presidente da Força Sindical da Bahia  
**Naomar Monteiro de Almeida Filho** - Médico, Professor Titular e ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
**Nelson Côrtes da Silveira** - Controlador e administrador da empresa DF Vasconcelos Ltda, especializada em ótica e mecânica de precisão.  
**Oded Grajew** - Conselheiro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Coordenador do Movimento Nossa São Paulo  
**Olavo Machado Júnior** - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG  
**Paulo Godoy** - Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)  
**Paulo Simão** - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)  
**Paulo Speller** - Reitor da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB)  
**Paulo Tigre** - Presidente Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)  
**Paulo Vellinho** - Representante da Empresa Granóleo S.A. – Óleos Vegetais  
**Renato Conill** - Presidente do Grupo Süd Metal  
**Ricardo Patah** - Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)  
**Roberto Franklin de Leão** - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)  
**Robson Andrade** - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI  
**Rodrigo Loures** - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)  
**Rogelio Golfarb** - Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação para América do Sul da Ford  
**Rozani Holler** - Cooperativista da Cooperativa de Agentes Ambientais (COOPERAGIR)  
**Sérgio Haddad** - Coordenador Geral da Ação Educativa  
**Sérgio Reze** - Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE)  
**Sérgio Rosa** - Presidente da Companhia de Previdência Aberta BrasilPrev  
**Silvio Meira** - Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fundador do Porto Digital de Recife  
**Sônia Hess de Souza** - Presidente da Dudalina S.A.  
**Tania Bacelar** - Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
**Vicente Mattos** – Diretor de Relações Institucionais do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Bahia (SINDUSCON-BA)  
**Viviane Senna** - Presidente do Instituto Ayrton Senna  
**Walter Torre Júnior** - Presidente da WTORRE S.A.

#### Conselheiros – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social  
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos  
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional  
Ministro de Estado da Fazenda  
Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura  
Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos  
Ministro de Estado das Relações Exteriores  
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Ministro de Estado do Meio Ambiente  
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego  
Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil

## INTRODUÇÃO

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República realizou durante o ano de 2011 um total de 126 atividades, entre reuniões plenárias, reuniões de grupo de trabalho, seminários e atividades internacionais, além de participações de conselheiros e/ou representantes da Sedes em eventos promovidos por outras instituições. Em média, foram, aproximadamente, dez eventos por mês, número que vem se mantendo constante ao longo dos nove anos de trabalho do CDES. Se somarmos cada presença nos eventos realizados pelo Conselho, teremos uma participação total de 1165 pessoas. A Tabela 1 mostra a distribuição das presenças entre ministros, secretários-executivos, conselheiros e conselheiras e convidados em geral. Vale ressaltar que, nessa contagem, o comparecimento em mais de uma atividade é registrado apenas uma vez.

Em 2011 foram realizadas duas reuniões plenárias, antecedidas por reuniões preparatórias. A pauta convergiu com os principais desafios da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento, formulada e publicada pelo CDES em 2010. Na primeira reunião de 2011, a 37ª plenária, foram apresentados os eixos para o desenvolvimento em destaque na ANC, seguido por apresentações dos Ministros Guido Mantega, que falou sobre a crise econômica mundial e a política econômica brasileira; Alexandre Tombini, que tratou dos avanços econômicos e das medidas de combate à inflação; e Antônio Palocci, que anunciou abertura à iniciativa privada da concessão de serviços em aeroportos.

O 38º Pleno do CDES teve como tema o Programa Ciência Sem Fronteiras. Juntamente com a Presidenta Dilma Rousseff, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloísio Mercadante, apresentou o programa aos conselheiros, destacando os avanços que o governo espera alcançar com a distribuição de 75 mil bolsas de estudo.

A média das presenças dos conselheiros nas reuniões ordinárias plenárias permaneceu estável, em cerca de 53%, resultado compatível com anos anteriores. Os Gráficos 1 e 2 trazem as presenças totais nas reuniões e o Gráfico 3 mostra a presença por setor representado no Conselho.

Tabela 1 - Presenças nas atividades do Conselho em 2011

Presenças individuais em 2011	
Conselheiros	79
Ministros	16
Secretários-Executivos	5
Convidados	1065
Total	1165

Gráfico 1 - Presenças dos Conselheiros em Reuniões Ordinárias - Quantitativo

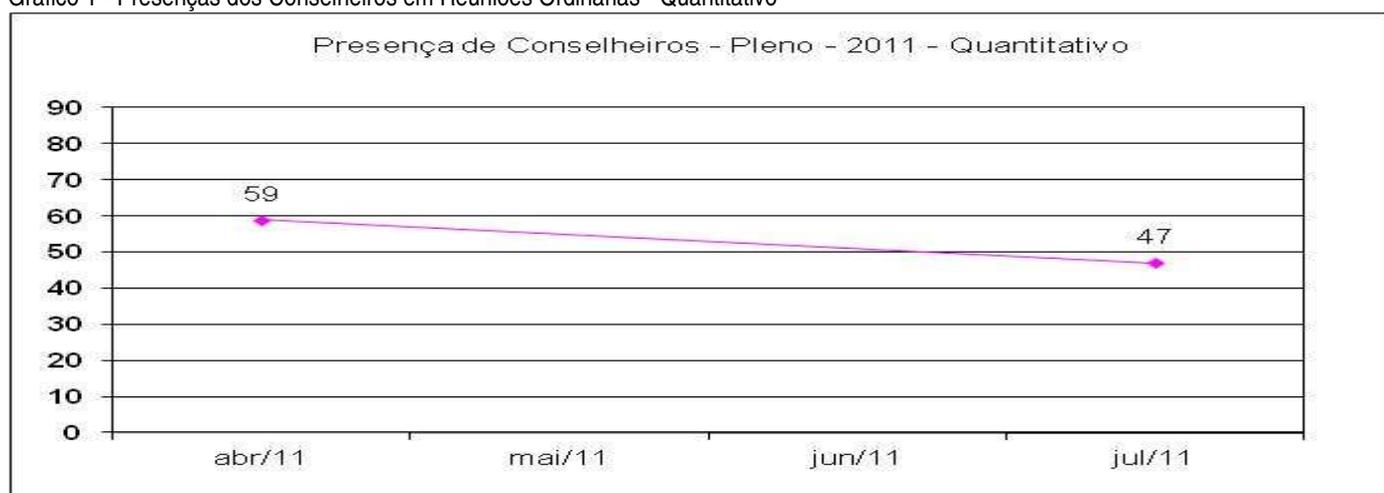


Gráfico 2 - Presenças dos Conselheiros em Reuniões Ordinárias - Qualitativo

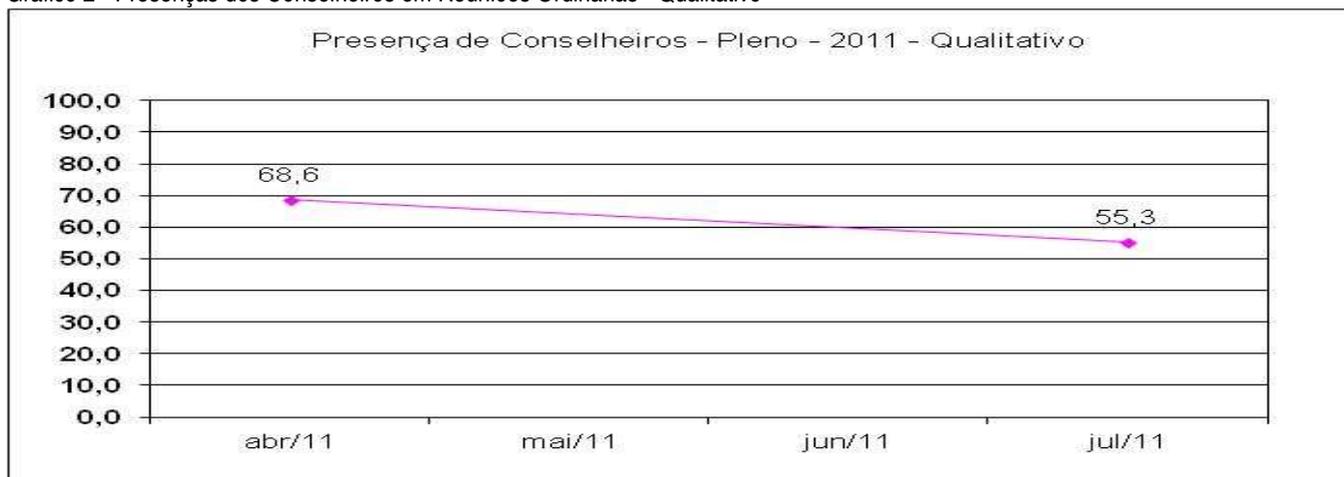
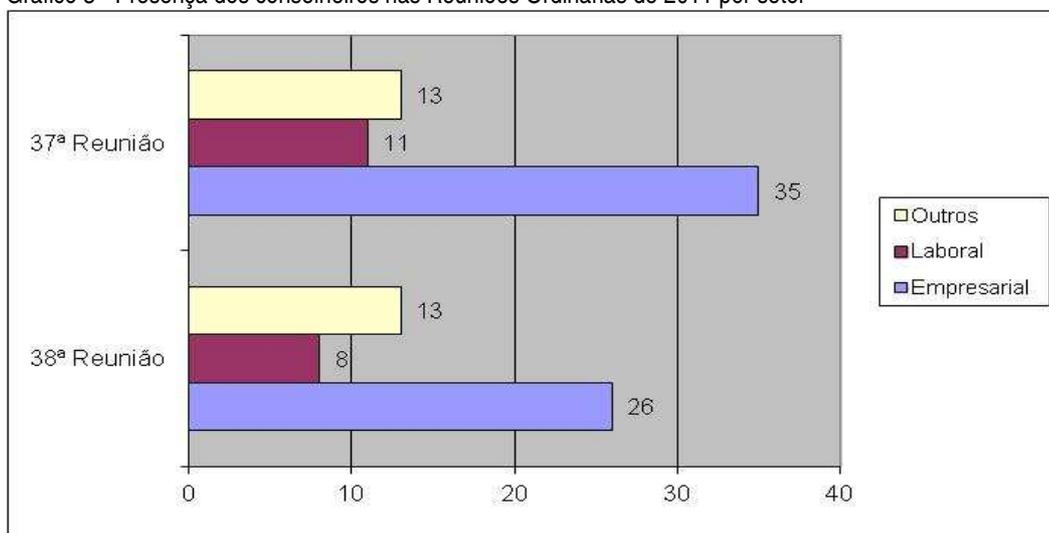


Gráfico 3 - Presença dos conselheiros nas Reuniões Ordinárias de 2011 por setor



Além de dar continuidade às atividades dos Grupos de Trabalho (Grandes Eventos Esportivos, Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento e Matriz Energética para o Desenvolvimento), o CDES teve uma atuação importante na elaboração do Plano Plurianual 2012/2015, participando do 1º Fórum Interconselhos sobre PPA 2012/2015 e promovendo reuniões dos GTs Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, Matriz Energética para o Desenvolvimento, Grandes Eventos Esportivos e Educação Profissional, Técnica e Tecnológica e Ciência, Tecnologia e Inovação com objetivo de verificar como os eixos estratégicos colocados na Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento poderiam ser tratados no Plano Plurianual, de forma a estabelecer compromissos com as metas elencadas pelos conselheiros e conselheiras.

### **Observatório da Equidade**

O Observatório da Equidade vem se consolidando como um espaço de produção coletiva do conhecimento por meio da mobilização de conselheiros e atores sociais. As atividades de acompanhamento da política educacional envolveram a participação de conselheiros e equipe técnica no debate público do projeto do Plano Nacional de Educação 2011-2020 e a parceria com o movimento Todos pela Educação para a realização do Congresso Internacional "Educação: Uma Agenda Urgente". Previsto para este ano, o 5º Relatório de Observação As Desigualdades na Escolarização não pode ser finalizado, já que os dados do Censo 2010 adotados para o cálculo dos indicadores de escolarização estarão disponíveis apenas em meados de 2012. Com dois relatórios publicados, o acompanhamento das iniquidades geradas pela aplicação do Sistema Tributário Nacional avançou no debate para ampliar a observação no sentido de detalhar os efeitos das regras de distribuição

dos recursos arrecadados nas políticas públicas de proteção e promoção social. A importância do tema é revelada pela ampla rede mobilizada para o debate e pela inserção na pauta pública do tema justiça fiscal, para o qual contribuiu o Seminário Internacional Justiça Fiscal, realizado em agosto.

Em 2011, a metodologia de mobilização e diálogo adotada pelo Observatório da Equidade contribuiu com o processo de articulação de organizações da sociedade para construir um acordo sobre desenvolvimento sustentável para contribuir com a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e para avançar na formulação de uma metodologia para o acompanhamento das características do processo de desenvolvimento do País e dos compromissos firmados para a promoção do desenvolvimento sustentável.

## **Rio+20**

O ano de 2011 também foi marcado por um grande debate sobre desenvolvimento sustentável, que culminou com a publicação do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, assinado por 73 instituições/entidades, incluído o CDES, que liderou a articulação que levou à produção do documento. Chamado a participar do planejamento da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá em junho de 2012, no Rio de Janeiro, o CDES identificou a relevância do tema e decidiu fazer um chamado às entidades e instituições interessadas no tema para enriquecer o debate. Diante da mobilização gerada, identificou-se a oportunidade de fazer um trabalho mais amplo que seria apresentado à Comissão Nacional Organizadora da Rio+20 como contribuição à posição brasileira que será debatida durante a Conferência. Após uma série de reuniões, oficinas e seminários foi possível chegar a um texto consensual, apresentado à Comissão e entregue à Presidenta Dilma Rousseff.

O Acordo para o Desenvolvimento Sustentável defende a ideia de que a efetividade do comprometimento dos países participantes depende em grande parte da participação e controle social e requer o estabelecimento de indicadores que permitam o monitoramento e acompanhamento dos compromissos firmados durante a Conferência. Tais indicadores devem ser capazes de apreender de maneira sistêmica impactos econômicos, sociais e ambientais.

Outro ponto defendido pelo Acordo é o estabelecimento de agendas nacionais para o desenvolvimento sustentável, recuperando a capacidade de planejamento, com base em suas especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. Para tanto, será necessário fortalecer o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, por meio de políticas integradas de sustentabilidade, manejo de ferramentas de política econômica, empresas estatais e privadas fortes, sistema de proteção social e marco regulatório ambiental adequado. É preciso ainda que se busque um novo padrão de produção e consumo, uma vez que o atual tornou-se insustentável na medida em que compromete o clima e o equilíbrio ecológico do planeta.

O documento ainda defende que se busque um acordo para uma nova arquitetura institucional multilateral, que seja capaz de coordenar e conferir sinergia às agendas nacionais; coordenar e monitorar os compromissos globais; e coordenar o financiamento para o desenvolvimento sustentável.

Mas a finalização e apresentação do documento não encerram o debate sobre o tema. O CDES continua se reunindo para identificar os pontos em que pode haver um aprofundamento das discussões a fim de chegar à Conferência com posições ainda mais afinadas. Além disso, os conselheiros e conselheiras consideram de fundamental importância dar continuidade ao tema, estabelecendo formas de monitorar os compromissos que serão estabelecidos entre os países ao final da Conferência.

## **Missões internacionais**

O ano de 2011 também foi marcado por uma forte movimentação na atuação internacional do Conselho. Dando continuidade às parcerias com outros conselhos econômicos e sociais, foram realizadas a 4ª e 5ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia, a 3ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia e a 1ª Reunião de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares do conjunto BRICS. O CDES também participou da Assembleia Geral da AICESIS (Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares), como faz todo ano, e atendeu a um convite da Embaixada do Brasil em Lima, Peru para falar da experiência brasileira, além de ter participado de seminários e reuniões internacionais disseminando o trabalho do Conselho.

Cabe destacar ainda a realização do I Encontro Ibero-americano de Conselhos Econômicos e Sociais, realizado em Porto Alegre, em dezembro. O evento é fruto de uma parceria entre o CDES, o CES da Espanha, o CES de Portugal e com apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul - CDES/RS. Da troca de experiências ficou a certeza

da importância e relevância dos conselhos econômicos e sociais como instrumentos de participação e fortalecimento democrático.

Ampliando sua contribuição para a Rio +20 o CDES buscou convergir para o tema do desenvolvimento sustentável. O esforço deverá culminar na realização de diferentes atividades nos chamados “dias especiais” da Conferência, incluindo a Assembleia anual da AICESIS.

## **Portal CDES**

No esforço continuado de articular as relações entre Governo e representantes da sociedade e exercitar um diálogo plural para avançar ainda mais na permanente construção dos rumos do desenvolvimento no Brasil, a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (SEDES) aperfeiçoou o Portal CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)), onde divulga o trabalho que vem sendo feito desde 2003 e mantém um canal aberto de comunicação com os conselheiros e conselheiras e com a sociedade em geral. Desde o seu lançamento, é possível observar o crescimento do número de acessos, que passou de 702 em janeiro de 2009 para 3497 em janeiro de 2011. Os dados completos de acesso estão na Tabela 2 (abaixo). O Gráfico 4 traz a comparação dos números de acesso de 2009 a 2011.

Por meio da navegação no Portal do CDES é possível ter um panorama da atuação do Conselho por meio do acesso a todos os documentos produzidos, às reuniões realizadas pelos grupos de trabalho, pelo Pleno e em parceria com outras instituições. É possível, ainda, acessar a composição atual do CDES, bem como as formações anteriores. Estão registradas também as atividades (passadas e futuras), além de notícias sobre os eventos.

Por seu potencial de acesso à informação e à manifestação pública, as mídias sociais se tornaram uma maneira rápida e eficiente de interagir, no intuito de propagar ideias, obter posicionamentos e contribuições; uma possibilidade de compartilhar considerações relacionadas às questões em discussão. Por isso, ao longo do último ano, o CDES buscou não só dinamizar o seu Portal, como estendeu a divulgação de suas atividades às redes sociais *Twitter* (@cdes\_brasil) e *Facebook*. Além de ser um canal de comunicação, essas mídias ampliam o alcance da informação, representando mais uma ferramenta democrática de diálogo social. O número de seguidores do twitter do CDES passou de 210 em 2010, quando foi criado, para 4025, em meados de dezembro de 2011. Os números completos estão no Gráfico 5. Também em dezembro de 2011, pouco mais de um ano depois, o Facebook possui 663 pessoas no perfil e 147 na página, por meio dos quais links para atividades e notícias do CDES são replicados voluntariamente.

Além da página do Observatório da Equidade, o portal também hospeda, de forma restrita e interna, a gestão do CDES, por meio de banco de dados a que os membros da Secretaria do Conselho têm acesso, para convocação de reuniões, controle de presenças e registro documental, entre outras funções.

Em constante atualização, a *homepage* do Portal traz, em destaque, as principais notícias e artigos publicados com referência ao Conselho, aos temas abordados ou aos membros do CDES, com fotos e arquivos, contextualizando o assunto dentro das atividades do Conselho e direcionando para outros tópicos e eventos relacionados.

Ainda dentro do Portal do CDES foi elaborada uma Linha do Tempo, que apresenta as principais áreas de atuação do Conselho, com destaque para as contribuições para políticas públicas, principais documentos produzidos e os temas mais relevantes que foram debatidos ao longo dos anos; também interativa, a Linha do Tempo contém links para o próprio Portal para acesso mais detalhado aos tópicos.

Para ampliar o alcance da divulgação do Conselho, foi criada uma página em inglês contendo as principais atividades e documentos do Conselho, com acesso pela página principal do Portal.

Em virtude da iniciativa do CDES nacional estar sendo replicada pelo Brasil, foi desenvolvida uma área, dentro do Portal CDES, para divulgação e parceria com os conselhos locais.

Ainda com o intuito de divulgar as atividades do Conselho, todo mês é produzido um Boletim Informativo com um resumo dos eventos, que é encaminhado para os conselheiros e conselheiras, para as instituições parceiras e para o público em geral.

Um sistema de acompanhamento de conteúdo do Portal CDES – conhecido por RSS -, abrangendo notícias, artigos e próximos eventos - foi implementado em 2011. Desta forma, é possível assinar o serviço e receber os canais desejados, sempre que houver atualização.

Tabela 2 - Acessos ao Portal CDES  
(2009 a 15.12.2011)

	2009	2010	2011
JAN	702	1960	3497
FEV	1686	625	4158
MAR	2390	882	4900
ABR	1755	1665	5446
MAI	1432	1649	6032
JUN	1643	1953	5050
JUL	1380	2161	4784
AGO	2270	5259	6742
SET	2729	5188	6334
OUT*	2613	3980	6643
NOV	2559	4682	6809
DEZ	1972	4039	4549

\* Em outubro de 2011 houve mudança de servidor, então os acessos no servidor antigo, até 05/10/2011 (1634), foram somados ao servidor novo (6151).

Gráfico 4 - Comparação de acessos - 2009 a 2011

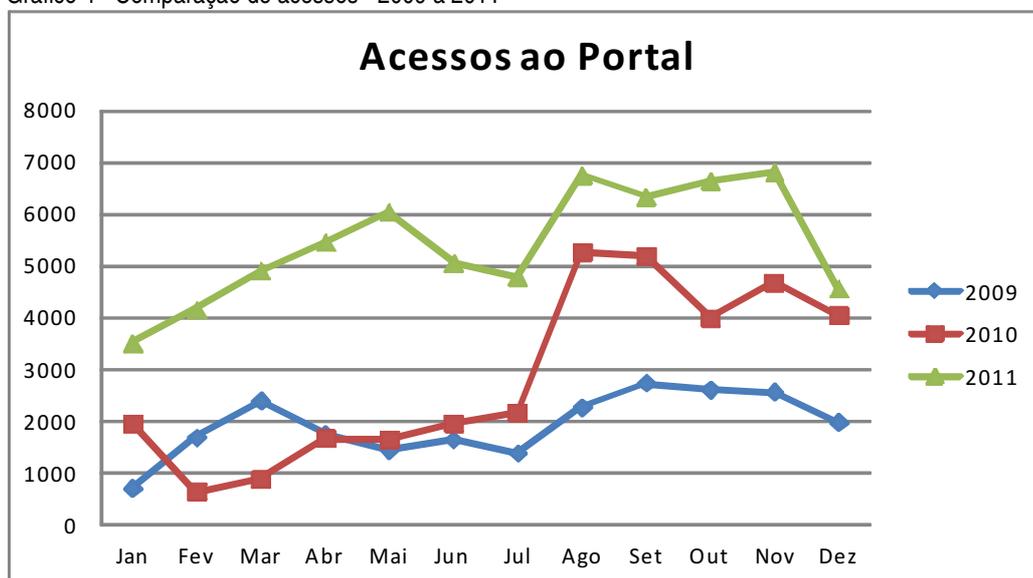
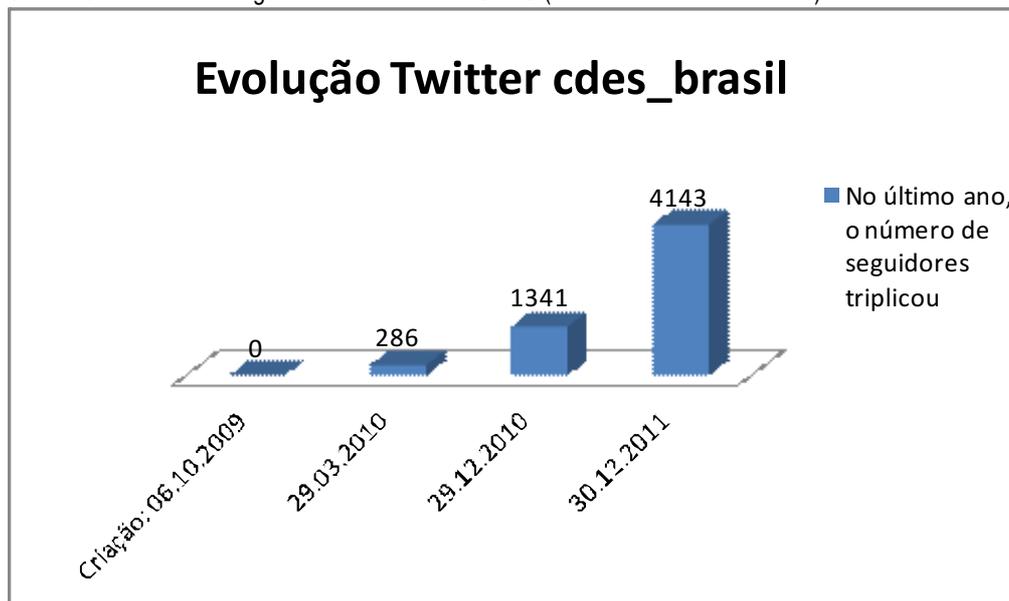


Gráfico 5 - Número de seguidores do Twitter do CDES (criado em outubro de 2009)



## **Relatório**

Ao longo deste Relatório de Atividades 2011 estão elencadas todas as atividades realizadas pelo CDES, com um pequeno resumo. Em anexo estão os documentos publicados ao longo do ano. As atividades estão divididas em Pleno do CDES, Comitê Gestor, Observatório da Equidade, Atividades Internacionais, Grupos de Trabalho, Contribuições ao PPA, Acordo para o Desenvolvimento Sustentável e Outras Atividades. É importante ressaltar que neste último grupo estão incluídas também atividades realizadas pelo Pleno, pelo Comitê Gestor, pelos grupos de trabalho, além das missões internacionais, podendo ser observadas ao longo do relatório atividades listadas mais de uma vez. Entretanto, a duplicação não foi contabilizada no total de atividades realizadas.

**PLENO DO CDES**

**Oficina de Planejamento do CDES - preparatória à 37ª Reunião Ordinária do Pleno**

**Data:** 16/02/2011

**Tema:** Articulação entre a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) com os quatro eixos estratégicos definidos pelo governo

**Local:** Brasília/DF

Os conselheiros se reuniram com coordenadores dos quatro eixos estratégicos do Governo da Presidenta Dilma Rousseff - desenvolvimento econômico, erradicação da pobreza, infraestrutura e direitos da cidadania - que possuem convergência com a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento, apresentada em 2010.

Os secretários executivos representantes de cada eixo estratégico - desenvolvimento econômico, Marcio Holland; erradicação da pobreza, Ana Fonseca; infraestrutura, Maurício Muniz; e direitos da cidadania, Swedenberger Barbosa - apresentaram as principais diretrizes de atuação e iniciaram o diálogo com os membros do Conselho.

O encontro serviu de preparação para a 37ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES a se realizar em abril do ano corrente.

**37ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES**

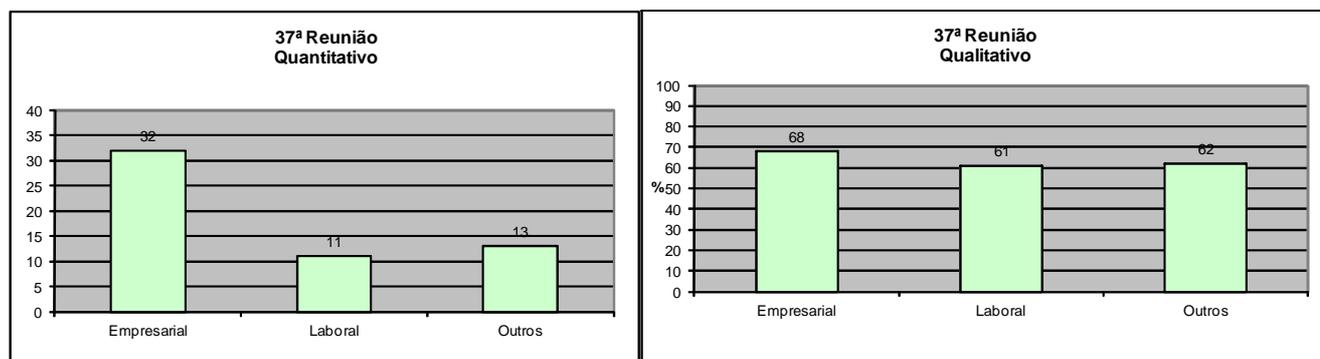
**Data:** 26/04/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Debate preliminar da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento

**Presenças:**

- Mesa: Presidenta Dilma Rousseff; vice-presidente Michel Temer; e ministros Alexandre Tombini, Antonio Palocci, Guido Mantega e Moreira Franco;
- Ministros: Fernando Pimentel; Izabella Mônica Vieira Teixeira; José Elito Carvalho Siqueira, Gen.; Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira; Luiza Helena de Bairros; Maria do Rosário; Miriam Belchior; Tereza Campelo;
- 56 conselheiros e 66 convidados.



Durante a primeira reunião plenária ordinária de 2011, a presidenta Dilma Rousseff falou sobre as mudanças no caminho do desenvolvimento econômico no Brasil nos últimos anos, e apresentou diversas iniciativas, estruturais e conjunturais, voltadas para: eliminação da inflação, expansão dos aeroportos, qualificação de trabalhadores, investimento em infraestrutura, reforma tributária e erradicação de pobreza. Para a presidenta, o CDES representa um espaço plural e democrático onde o debate sobre os caminhos e desafios do país pode ser fortalecido.

O novo secretário-executivo do Conselho, Ministro Moreira Franco, agradeceu a honra de responder pela Secretaria do CDES e destacou sua relevância para o Brasil "não só pelo caráter democrático, mas sobretudo, pelo exemplo dado pelo ex-presidente Lula que, manifestando a confiança de que os caminhos devem ser construídos na diversidade dos interesses que compõem a nossa sociedade, organizou este Conselho que hoje está realizando a sua 37ª Reunião".

Durante a abertura da reunião, o conselheiro Artur Henrique afirmou que os quatro eixos elencados pelo Governo podem ser traduzidos como pilares fundamentais para dar suporte ao desenvolvimento sustentável defendido pelo Conselho.

O Ministro Guido Mantega falou sobre os problemas que a economia mundial está enfrentando em 2011 e sobre a política econômica brasileira. O ministro falou sobre os ajustes necessários para manter o crescimento sustentável próximo de 5% e enfrentar os problemas nacionais e internacionais, destacando a necessidade de controlar a inflação. Segundo ele, em 2011, continuam os estímulos ao investimento, como no Programa de Aceleração de Crescimento 2, ao mesmo tempo que ocorre redução seletiva do consumo. Para o Ministro Guido Mantega, as medidas estão sendo implantadas com sucesso e terão resultado no curto, médio e longo prazo, sem interromper o ciclo de crescimento, com inflação sob controle e solidez fiscal.

O Ministro Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, falou sobre as diversas conquistas da sociedade brasileira: redução significativa da desigualdade; grande geração de empregos formais; dívida externa líquida negativa, além de excelentes perspectivas em áreas como turismo e agricultura. Entretanto, para ele, no curto prazo, um dos maiores desafios será colocar a inflação dentro da meta estipulada, além de lidar com o intenso fluxo de capitais estrangeiros. Disse ainda que acredita que o cumprimento das metas estabelecidas levará o Brasil a manter o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento sustentável.

O Ministro-Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, fez o anúncio oficial da abertura à iniciativa privada da concessão de serviços em aeroportos. Segundo Palocci, a recém-criada Secretaria de Aviação Civil foi autorizada a definir critérios de concessão de obras para realização de reformas nos aeroportos de Guarulhos (SP), Juscelino Kubitschek (Brasília/DF) e Viracopos (Campinas/SP). Esta é uma das medidas do Governo Federal para acelerar os empreendimentos estratégicos para a Copa e as Olimpíadas a serem sediadas no país.

Ainda durante a reunião, o conselheiro Humberto Mota entregou à Presidenta Dilma Rousseff parecer aprovado pelo Conselho, em fevereiro de 2011, contendo recomendações voltadas para a mobilização da sociedade civil e apoio ao governo, em prol de ações direcionadas aos grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil, de forma que eles deixem legados positivos para população brasileira.

Sobre o tema da infraestrutura, tema considerado prioritário pelo Conselho, as principais contribuições produzidas pelo CDES foram apresentadas pelo conselheiro Paulo Godoy.

A agricultura foi eleita prioridade estratégica na Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento, lançada pelo Conselho em 2010. O conselheiro Murillo de Aragão apresentou os consensos, ancorados em uma visão conjunta de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental, abordando questões como agricultura familiar e a atualização do Código Florestal Brasileiro.

### **Reunião Preparatória 38ª Reunião Ordinária do Pleno**

**Data:** 07/07/2011

**Tema:** programa Bolsa de Intercâmbio para Estudantes

**Local:** Brasília/DF

A abertura da reunião foi feita por Roger Leal, Secretário-Executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, informando que Glaucius Oliva, presidente do CNPq, iria apresentar o estado das artes da elaboração do programa Ciência sem Fronteiras. O objetivo do encontro foi fazer o planejamento da 38ª Reunião Plenária do Conselho.

Glaucius Oliva explicou o contexto da pesquisa e inovação no Brasil desde os primórdios da estruturação do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação nos anos setenta. Do amplo painel, detalhado em abrangente apresentação, ficou claro que houve grande evolução da CT&I nos últimos quarenta anos. No que tange à publicação de textos científicos, o Brasil está em posição consistente com a participação relativa de sua economia no PIB Mundial. Entretanto, o desempenho do país é baixo no tocante ao registro de patentes e de inovações, o que reflete na queda de dinamismo da indústria brasileira. O programa Ciência Sem Fronteiras foi concebido para enfrentar esse problema e criar as condições para o aumento da inovação do país no médio prazo. Trata-se de uma parceria entre os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação com braços operacionais no CNPq e na Capes. Serão oferecidas 75 mil bolsas de graduação e doutorado no período de 2011 a 2014, nas áreas tecnológicas onde o Brasil apresenta menor competitividade. Simultaneamente, o governo federal busca a parceria do setor privado brasileiro para ofertar mais 25 mil bolsas de estudo no exterior no mesmo período.

Coordenador da reunião, o conselheiro Antoninho Trevisan, falou sobre como o tema foi tratado no Conselho, caso do debate sobre o potencial de explorar contrapartida contratual de empresas que vendem tecnologia para o Brasil. Para Trevisan, é necessário conciliar os planos de carreira dos pesquisadores com as prioridades do Governo e do setor produtivo, tentando também valorizar iniciativas de inovação já existentes.

Durante o debate, os conselheiros ressaltaram a importância do não contingenciamento dos recursos dos fundos setoriais voltados à inovação; inclusão de projetos de pesquisa e inovação no PPI; definição de estratégia para mudar a cultura acadêmica e empresarial para favorecer a inovação; realização de um trabalho de convencimento dos CEOs das empresas brasileiras para aderir ao Ciências sem Fronteiras; necessidade de prestigiar a diversidade étnica e racial do país; e garantir o acesso das pequenas e médias empresas.

### 38ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

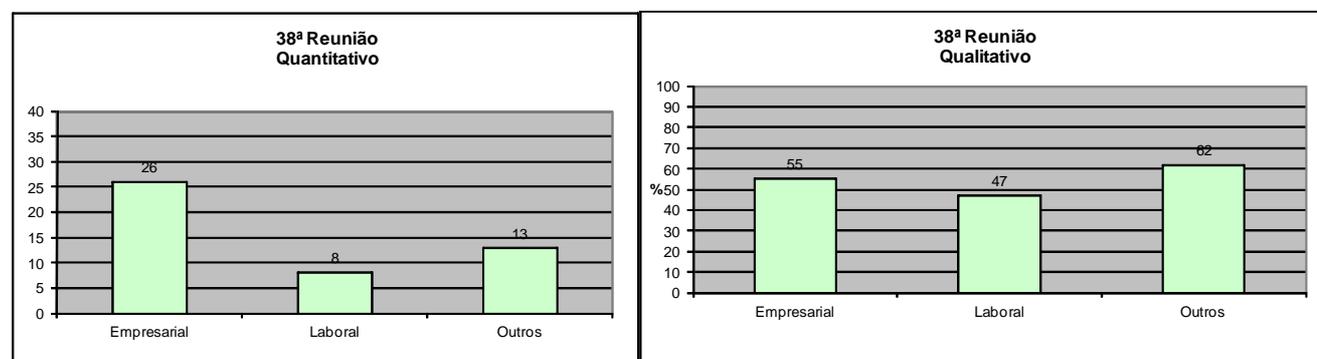
Data: 26/07/2011

Local: Brasília/DF

Tema: Programa Ciência sem Fronteiras

#### Presenças:

- Mesa: Presidenta Dilma Rousseff e os Ministros Moreira Franco, Gleisi Hoffmann e Aloizio Mercadante;
- Ministros: Alexandre Tombini; Fernando Pimentel; Gilberto Carvalho; Guido Mantega; Helena Chagas; Ideli Salvatti; José Elito Carvalho Siqueira, Gen.; Maria do Rosário; Tereza Campelo.
- 47 Conselheiros e 46 Convidados.



Durante a 38ª Reunião Ordinária Plenária do Conselho, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou o programa federal Ciência sem Fronteiras, que concederá 75 mil bolsas de estudo no exterior a jovens brasileiros. Para a Presidenta, o Brasil passará a outro patamar na área de ciência, tecnologia e inovação uma vez que esses estudantes, ao retornarem ao País, formarão a nova base de pensamento educacional.

A Presidenta reiterou que espera contar com o apoio da iniciativa privada que, segundo o desenho do Ciência sem Fronteiras, deve colaborar com o custeio de outras 25 mil bolsas de estudo, totalizando 100 mil benefícios. Os recursos federais destinados ao programa somam R\$ 3,16 bilhões.

Os bolsistas serão escolhidos “exclusivamente por mérito”, com uma seleção feita a partir do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), gerenciado pelo Ministério da Educação, além dos que atingirem nota mínima de 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), formando um universo de 124 mil alunos aptos a concorrerem às bolsas. As áreas de conhecimento contempladas são: ciências da saúde, ciências da vida e engenharias e tecnologias. A escolha se deu em função da deficiência do país na área de inovação.

Para a Presidenta Dilma Rousseff, o Ciência sem Fronteiras articula duas agendas fundamentais para o Brasil, a da educação e da inovação, dois temas que vão ao encontro das prioridades estabelecidas pelo CDES em sua Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC).

O Ministro Aloizio Mercadante explicou que o programa é resultado da parceria entre os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação e que tem por objetivo promover o avanço do país em ciência, tecnologia, inovação e competitividade.

Ainda durante a reunião, o conselheiro Antoninho Trevisan apresentou os trabalhos do CDES nesta temática.

## **COMITÊ GESTOR**

### **6ª Reunião do Comitê Gestor**

**Data:** 20/01/2011

**Tema:** Reunião de Trabalho

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Antoninho Trevisan; Artur Henrique; Humberto Mota; José Antônio Moroni; Marcelo Neri.

A reunião teve como objetivo dar início aos trabalhos do CDES, articulando a Agenda do Conselho com as prioridades do Governo, identificando os desafios para o diálogo tanto em relação aos temas, quanto à forma de colher as demandas e apresentar os resultados dos debates à Presidenta Dilma Rousseff. Durante a reunião, cada conselheiro membro do Comitê Gestor fez uma breve avaliação da conjuntura e identificou as perspectivas de contribuição do CDES.

### **7ª Reunião do Comitê Gestor**

**Data:** 16/05/2011

**Local:** Rio de Janeiro/RJ

**Pauta:** 1) Elaborar o desenho inicial do 38º Pleno do CDES; 2) Definir a agenda 2011 do Observatório da Equidade; 3) Debater o Termo de Referência para a participação do CDES na Conferência Rio +20; 4) Participação do CDES no PPA.

**Participantes:** Ministro Moreira Franco; conselheiros Antoninho Trevisan; Artur Henrique; Clemente Ganz Lúcio; Humberto Mota; Marcelo Neri; Murillo de Aragão e Nair Goulart.

Durante a reunião, foi aprovado o processo de contribuição do CDES na elaboração do Plano Pluri Anual (PPA) 2012-2015. A Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) foi considerada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para as definições gerais do PPA.

Com o objetivo de contribuir para a nova inserção brasileira e novo papel no cenário internacional, definiu-se que a prioridade de trabalho será a elaboração de um acordo sobre desenvolvimento sustentável, em parceria com outras entidades/instituições, culminando com a participação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, em 2012.

A pauta dos eixos de governo continuará a mobilizar o Conselho. No âmbito do desenvolvimento econômico, deve-se debater o financiamento de longo prazo, déficits nas transações correntes, desindexação da economia. Foi proposto que o CDES desenvolva um instrumento para participar da pauta pública de debates e contribuir para a formação de opinião no governo e na sociedade sobre o desenvolvimento econômico.

Foi aprovada a agenda do Observatório da Equidade, envolvendo três frentes:

- i) Aperfeiçoar o acompanhamento da situação das desigualdades na escolarização brasileira (5º ciclo de observação);
- ii) Acompanhamento e análise dos problemas geradores de iniquidades no sistema tributário nacional;
- iii) Acompanhamento e análise do Sistema de Proteção Social brasileiro e seu papel na trajetória de redução na desigualdade de renda e de queda da pobreza nesta década e no desempenho de outros indicadores fundamentais para avaliação das condições de vida da população brasileira.

O CDES deve retomar o debate sobre o sistema político brasileiro no âmbito do esforço de aperfeiçoamento da Reforma Política em curso no Congresso.

### **8ª Reunião do Comitê Gestor**

**Data:** 13/07/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Artur Henrique; Murillo de Aragão e Paulo Simão.

O objetivo da reunião foi informar sobre a estratégia de trabalho da Comissão Nacional da Conferência Rio+20 e as possibilidades de acolhimento de propostas do CDES, bem como da articulação em torno da construção de um Acordo Social sobre Desenvolvimento Sustentável, documento que o Brasil encaminhará ao Secretariado da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Francisco Gaettani, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) assinalou que a contribuição do CDES, por sua legitimidade política e representatividade social brasileira, deverá ser levada em conta pela Comissão Nacional, que é copresidida pela Ministra Izabella Teixeira, titular do MMA. O assessor especial do MMA para a Rio+20, Fernando Lyrio, também esteve presente à reunião.

### **9ª Reunião do Comitê Gestor**

**Data:** 25/07/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Ministro Moreira Franco E *Conselheiros* - Antoninho Trevisan; Jacy Afonso de Melo; João Bosco Borba; Marcelo Neri; Maurílio Biagi Filho e Murillo de Aragão.

Encontro realizado pelo Comitê Gestor, com participação de outros conselheiros, para fazer relato de planejamento das atividades para o Ministro Moreira Franco.

### **OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE**

#### **Reunião capacitação – equipe SEDES**

**Data:** 17/01/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Metodologia de trabalho do Observatório da Equidade

**Participantes:** equipe técnica da SEDES.

A capacitação metodológica teve o objetivo de preparar a equipe técnica da SEDES para organizar a condução dos trabalhos do CDES na mesma abordagem que o Observatório da Equidade desenvolveu para o tratamento dos temas da educação e tributação.

#### **Reunião com Conselho Nacional Segurança Pública**

**Data:** 19/01/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Experiência de diálogo no CDES como subsídio ao Conasp

**Participantes:** Esther Bemerguy Albuquerque; Ana Lúcia Starling (SEDES); Suelen da Silva Sales (Secretária executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp).

O Conselho Nacional de Segurança Pública foi instituído no início de 2010, com previsão de realização da primeira reunião nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2011. O contato com o CDES se deu pelo interesse do Conasp em conhecer o trabalho do Observatório da Equidade e também para a troca de experiências relacionadas ao acúmulo e transparência das informações do Conselho, notadamente o site, que disponibiliza todo o material produzido pelo CDES. Foram apresentados os documentos estratégicos do CDES: Cartas de Concertação; Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND); e Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC). Além disso, foi explicado que a Secretaria do Conselho – SEDES – tem como papel estratégico qualificar a atuação do CDES. Foi mostrada ainda a experiência do Observatório da Equidade (OE): objetivo, metodologia e governança. O interesse pelo OE se deve à diretriz do Ministério da Justiça de criar, no âmbito do Conasp, um Observatório de Homicídios.

#### **Reunião com Secretaria Geral da Presidência da República**

**Data:** 31/01/2011

**Tema:** Contribuição do CDES e do Observatório da Equidade para o eixo estratégico de governo “Cidadania”, coordenado pelo Ministro-Chefe da Secretaria Geral; articulação da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) com as prioridades apresentadas pela presidenta Dilma Rousseff; articulação entre as agendas do CDES e da SG/PR e dos eixos estratégicos do governo.

**Local:** Palácio do Planalto – Brasília/DF

**Participantes:** Esther Bemerguy; Ana Lúcia Starling; Rosa Nader (SEDES); Paulo Maldos (Secretário da SNAS); Juliana Gomes Miranda (Secretária adjunta da SNAS); Pedro Pontual (Diretor de Participação Social/SNAS).

A reunião teve como objetivo conhecer o conteúdo e a organização do Eixo da Cidadania a ser coordenado pela Secretaria Geral (SG) e fazer a articulação entre as agendas do CDES e da SG/PR e dos eixos estratégicos do governo. Também foi feita uma apresentação do Observatório da Equidade (OE) – objetivo, governança, metodologia e sinalização da possibilidade de interação do OE com o eixo da cidadania. O Secretário Pedro Pontual, ao falar da agenda da Diretoria de Participação Social, sinalizou a possibilidade de dar continuidade à proposta da SEDES de construir uma agenda com os Conselhos Setoriais em torno do tema do desenvolvimento; de dar continuidade à política voltada à educação popular e processos formativos e de pensar novas formas de participação social.

#### **Reunião do Observatório da Equidade com a Organização Christian Aid**

**Data:** 14/02/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** Apresentação do trabalho do Observatório da Equidade para os membros da Christian Aid. Formular possível parceria entre as organizações para o levantamento de informações sobre o Sistema Tributário.

**Participantes:** Conselheiro José Antônio Moroni; Ana Lúcia Starling (SEDES); Alex Cobham (Diretor de Políticas da Christian Aid); Mara Manzoni (Representante da Christian Aid no Brasil); José Aparecido (Ipea e membro da equipe técnica do OE/CDES); Efraim Neto (consultor OE).

O Diretor Alex Cobham apresentou a agenda da Caid e de seus parceiros: 1) justiça tributária com foco no combate aos paraísos fiscais; 2) maior transparência para as remessas de lucros e evasão fiscal; 3) as mudanças climáticas e; 4) a erradicação da pobreza em nível mundial. A Caid defende um protagonismo maior do Brasil no G-20 sobre a justiça tributária.

#### **Participação Social no Planejamento Plurianual – PPA**

**Data:** 16/02/2011

**Local:** Brasília/DF

**Presenças:** representantes da Secretaria de Relações Institucionais - SRI, da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES, da Subchefia de Assuntos Federativos - SAF e da Secretaria Geral - SG.

**Pauta:** debater a proposta de metodologia da participação social no processo de planejamento do PPA 2012-2015.

#### **Reunião da Subsecretaria de Ações Estratégicas/Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE com o Observatório da Equidade/CDES**

**Data:** 18/02/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** apresentação do estudo “Financiamento da Qualificação Profissional no Brasil” pelo consultor da SAE, Arlindo Lopes Corrêa.

**Participantes:** Arlindo Lopes Corrêa (consultor SAE); Ana Lúcia de Lima Starling; Rosa Maria Nader (SEDES); Ricardo Paes de Barros; Eustáquio Reis; Aline Machado da Matta; Rafael Arruda Furtado; Suzana Dieckmann Jeolas (SAE).

#### **Reunião da equipe técnica do Observatório da Equidade**

**Data:** 23/03/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiro Naomar Almeida, Esther Bemerguy, Ana Lúcia Starling; Rosa Nader; Armando de Negri (consultor).

**Pauta:** início do processo de leitura do Sistema da Proteção e Promoção Social com foco na transparência e na qualidade do gasto do governo com políticas sociais.

#### **Reunião com Grupo de Trabalho Indicadores de Monitoramento do Consea**

**Data:** 29/03/2011

**Tema:** Identificar metodologia na construção de matriz de indicadores como subsídio para a criação do Observatório Nacional de Preços de Alimentos/Consea

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Ana Lúcia Starling (Diretora de Tecnologia de Diálogo da SEDES); Efraim Batista de Souza Neto (SEDES); e representantes do DIEESE, MRE, MDS e Consea.

Durante a reunião, a coordenadora do Observatório da Equidade da SEDES/CDES, Ana Lúcia Starling apresentou o processo de construção/metodologia/governança e temas de observação do Observatório da Equidade como sugestão para a implantação do Observatório Nacional de Preços de Alimentos do Consea.

### **Reunião Diálogo Exploratório - Processo de Observação do Sistema de Proteção Social**

**Data:** 31/03/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Armando De Negri Filho e Esther Bemerguy (Secretária da SEDES).

O objetivo da reunião foi explorar o campo conceitual no tratamento do tema e experiências de outros países na construção de sistemas de proteção social. A Secretária da SEDES, Esther Bemerguy, ressaltou a importância do CDES, por meio do Observatório da Equidade, iniciar um processo para estruturar e mobilizar o debate público sobre as políticas de proteção social, na medida em que os condicionantes históricos e sociais são favoráveis para tratar a questão, contribuindo para a articulação entre elas. A perspectiva é de contribuir com o debate público a ser realizado nas conferências nacionais de saúde e assistência social, previstas para este ano.

### **Reunião com Márcio Holland - Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda**

**Data:** 06/04/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Esther Bemerguy (Secretária da SEDES) e Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da SEDES).

O objetivo da reunião foi colher subsídios para trabalhar a agenda do Conselho em consonância com as prioridades do Governo, no que se refere ao eixo Desenvolvimento Econômico. O Secretário Márcio Holland se mostrou bastante receptivo em ter o CDES colaborando com o Governo. Foram elencados pontos em comum com a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) e em debates nos grupos de trabalho. São eles: 1) Educação Profissional – priorizar programas voltados para o acesso ao ensino profissional; 2) Financiamento de Longo Prazo - é preciso que a sociedade civil discuta a ampliação do crédito privado e de *funding* via mercado de capitais que ainda é muito reduzido no Brasil; 3) Futuro do BNDES; 4) Macroeconomia do Desenvolvimento; 5) Reforma Tributária - foi levantada a necessidade de se fazer um Pacto Social para que a reforma saia; 6) Sistema Orçamentário Brasileiro – deve ser repensado incluindo PPA, LOA, Orçamento, Emendas, e monitorado por fórum externo; 7) Proteção Social - inúmeras políticas estão defasadas e exigindo reformulação: seguro desemprego, abono salarial, auxílio doença; 8) Microcrédito - avaliar maneiras de generalizar para o resto do Brasil; 9) Desfavelização das cidades brasileiras.

### **Participação no Seminário Internacional Educação e Desenvolvimento: integrando políticas**

**Data:** 3, 4 e 5/05/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Educação como elemento central na promoção do desenvolvimento e no combate às desigualdades sociais

**Participantes:** Ana Lúcia Starling; Rosa Maria Nader.

Palestrantes nacionais e internacionais debateram o papel das políticas educacionais nas estratégias de desenvolvimento e promoção da cidadania, tendo em vista a globalização e as constantes transformações sociais, culturais, políticas e econômicas mundiais. O evento foi promovido pela UNESCO, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), Fundação Carlos Chagas, Cátedra UNESCO de Educação e Desenvolvimento Humano e Instituto Ayrton Senna.

### **Reunião Preparatória Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal**

**Data:** 06/05/2011

**Local:** Palácio do Planalto

**Pauta:** Colher subsídios para realização do Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal a ser promovido pelo CDES em agosto de 2011.

**Participantes:** Raymond Baker (Diretor do Global Financial Integrity e Membro da Task Force); Esther Bemerguy, Ana Lúcia Starling, Maria Luiza Falcão; Cristina Quadra (SEDES).

### **Participação na Audiência Pública na Câmara dos Deputados: Plano Nacional de Educação**

**Data:** 11/05/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Qualidade na Educação

**Participante:** Rosa Maria Nader (SEDES).

Representantes governamentais de estados e municípios e da sociedade civil que atuam na educação apresentaram proposições para aperfeiçoar o projeto de Lei nº 8035/2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, no que se refere à melhoria na qualidade da educação.

### **Participação na Audiência Pública na Câmara dos Deputados: Plano Nacional de Educação**

**Data:** 25/05/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Financiamento da Educação

**Participante:** Rosa Maria Nader (SEDES).

Pesquisadores e representantes governamentais de estados e municípios que atuam na educação apresentaram proposições para aperfeiçoar o projeto de Lei nº 8035/2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, no que se refere aos recursos para investimento com vistas a melhorar o desempenho e a qualidade da educação.

### **Reunião com Movimento Todos pela Educação**

**Data:** 15/06/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** Integração dos trabalhos do Movimento Todos pela Educação com o Observatório da Equidade do CDES.

**Participantes:** José Paulo Soares Martins (Diretor de Responsabilidade Social da Gerdau e integrante do Conselho de Governança do Todos pela Educação); Priscila Cruz (Diretora Executiva do Todos pela Educação); Esther Bemerguy de Albuquerque; Ana Lúcia Starling; Rosa Maria Nader (SEDES).

A reunião ocorreu por sugestão do conselheiro Jorge Gerdau, atual presidente do Movimento Todos pela Educação, com o objetivo de buscar maior integração nas atividades e na mobilização da sociedade.

O Movimento Todos Pela Educação reúne a sociedade civil (são mais de 100 entidades, empresas, educadores e gestores), numa grande aliança para a melhoria da qualidade da educação básica. José Paulo Soares Martins, representando o Conselheiro Jorge Gerdau e o Conselho de Governança do Todos pela Educação, esclareceu o objetivo de construir parceria nas estratégias do CDES, por meio do Observatório da Equidade, e do Movimento pela defesa da educação. Martins disponibilizou a TPE para ser um braço de conteúdo para subsidiar o CDES.

Priscila Cruz, Diretora Executiva do Todos pela Educação, apresentou o trabalho realizado, os resultados obtidos e as cinco bandeiras pelas quais está se iniciando uma mobilização para o Congresso Internacional “Educação: uma Agenda Urgente”, que debaterá em 9 sessões políticas de educação que respondem às necessidades de o País ter: 1) Currículo nacional ou definição de expectativas de aprendizagem; 2) Professor: Formação Inicial e Carreira Atrativa; 3) Governança da educação: PNE, Lei de Responsabilidade Educacional, Regime de Colaboração; 4) Tempo de Exposição à aprendizagem; 5) Avaliação. A parceria será iniciada com a participação transversal no Congresso Internacional a ser realizado em setembro, em Brasília. Além da participação de conselheiros do CDES nas nove sessões de debate, em duas delas haverá conselheiros palestrantes. Haverá reuniões preparatórias em julho para debates prévios sobre os temas que serão abordados no evento, para que sejam mais bem estruturados para serem abordados de forma consistente no Congresso.

### **Reunião Planejamento das Atividades de 2011**

**Data:** 16/06/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** Planejamento das atividades de 2011

**Participantes:** conselheiros Clemente Ganz Lucio; Bruno Ribeiro; Jorge Nazareno; Ana Sabóia Comitê Técnico / IBGE); Jorge Abrahão (Comitê Técnico / IPEA); Carlos Eduardo Moreno Sampaio (INEP).

A reunião teve como objetivo fazer um planejamento das atividades do Observatório da Equidade em 2011. Sobre o tema da Escolarização/Educação ficou definido:

- 1) Estabelecimento da parceria com o movimento Todos pela Educação para o Congresso Internacional “Educação: Uma Agenda Urgente” de 13 a 15 de setembro.
- 2) Acompanhamento da tramitação do Plano Nacional de Educação 2011-2020, com a realização de Seminário sobre o PNE, em final de julho, em parceria com IPEA e Comissão Especial da Câmara dos Deputados, com MEC, MF, CNTE, CONSED, UNDIME, Campanha pelo Direito à Educação Todos pela Educação, universidades, SENAI, SENAC como convidados.

Em relação à educação profissional:

- 1) Realização do Colóquio sobre políticas de educação profissional – PRONATEC e política para inclusão produtiva e educação profissional no curto prazo.

Sobre o tema da iniquidade do STN, definiu-se:

- 1) Fortalecer a ampla e constante divulgação/disseminação do Relatório;
- 2) Acompanhamento dos impactos no STN das medidas tributárias a serem discutidas pelo Congresso;
- 3) Realização do Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal em 10 de agosto.

Sobre Desenvolvimento Sustentável, o OE irá participar da articulação para construir um posicionamento comum para a Rio +20. O Comitê Técnico do OE irá auxiliar na elaboração do plano de trabalho.

Sobre a observação do Sistema de Proteção Social, foi aprovado o início do processo de leitura do tema com o destaque para: as políticas de promoção na ótica da cidadania e do acesso a direitos; a importância de divulgar a política social como fundamento do desenvolvimento para que seja apropriada pela população enquanto direito conquistado e a ser transformada em política de Estado para evitar riscos de um retrocesso. Foram consideradas as dimensões adotadas no documento “Sistema de Proteção Social Brasileiro: promovendo equidade e desenvolvimento”, aprovado na 30ª Reunião do Pleno do CDES.

### **Reunião SEDES e PNUD**

**Data:** 20/06/11

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** Fortalecimento da parceria SEDES/PNUD na execução do projeto BRA 06/017

**Participantes:** Maristela Baioni (Representante Residente Assistente para o PNUD);

Renata Calazans (Assistente de projeto PNUD); Esther Bemerguy, Ângela Gomes e Ana Lúcia Starling (SEDES).

**Pauta:** fortalecer a parceria entre a SEDES e o PNUD, iniciada em 2006; destacar a necessidade de auditoria do projeto e solicitação de esclarecimentos sobre a necessidade de revisão substantiva do projeto.

Solicitar participação mais ativa/estratégica do PNUD na agenda do CDES sobre desenvolvimento sustentável e a indicação de consultores pelo PNUD para a elaboração das convergências/acordos dos diversos atores que atuam na área da sustentabilidade.

### **Reunião do Observatório da Equidade com os secretários estaduais do governo do Rio Grande do Sul**

**Data:** 21/06/2011

**Local:** Porto Alegre/RS

**Participante:** conselheiro Clemente Ganz Lúcio.

Diante do interesse do governo do estado em criar um Observatório de Políticas Públicas, a coordenação do Observatório da Equidade do CDES (estrutura metodológica e de governança) foi convidada a apresentar a experiência e o seu funcionamento para os secretários estaduais do governo gaúcho.

### **Reunião de Trabalho sobre Observatório da Equidade com Secretaria do CDES-RS**

**Data:** 28/06/2011

**Local:** Porto Alegre, Centro Administrativo do Estado - RS

**Pauta:** Apresentação da estrutura, funcionamento e resultados do Observatório da Equidade

**Participantes:** Ana Lúcia Starling; Marcelo Danéris (Secretário Executivo da SECDES); Ilza Maria Praxedes do Canto (Chefe de Gabinete).

O objetivo da reunião foi apresentar ao CDES-RS a experiência do Observatório da Equidade, uma vez que o conselho gaúcho quer introduzir um processo de monitoramento das ações do governo no âmbito das secretarias e da Casa Civil.

### **Participação na Audiência Pública na Câmara dos Deputados: Plano Nacional de Educação**

**Data:** 06/07/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Fontes de Financiamento da Educação para o desenvolvimento

**Participante:** Rosa Maria Nader (SEDES).

O Presidente do IPEA e consultores legislativos apresentaram as possibilidades de ampliação das fontes de financiamento da educação com vistas ao aperfeiçoamento do projeto de Lei nº 8035/2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

### **Participação na Reunião Preparatória para o Congresso Todos pela Educação: Uma Agenda Urgente - Observatório da Equidade**

**Data:** 12/07/2011

**Local:** UNICEF - Brasília/DF

**Tema:** Sessão temática Equidade e Inclusão, preparatória ao Congresso Internacional Educação: uma Agenda Urgente

**Participantes:** Conselheiro José Vicente; Esther Bemerguy de Albuquerque; Ana Lúcia Starling; Rosa Maria Nader (SEDES).

A partir do estabelecimento da parceria do CDES/Observatório da Equidade com o Movimento Todos pela Educação, foi definida a participação transversal no Congresso Internacional “Educação: uma Agenda Urgente”, em setembro, em Brasília. Além da participação de conselheiros do CDES nas nove sessões de debate, em duas delas haverá conselheiros palestrantes.

Na reunião foram levantados elementos que permitem analisar as ações educacionais de inclusão e que promovem equidade, no acesso, aprendizado e conclusão na sua vida escolar. Os debates foram orientados pelas seguintes questões:

1. Quais são os principais desafios para a redução das desigualdades educacionais?
2. O que é urgente implementarmos para reduzir as desigualdades educacionais?
3. Como garantir o direito de aprender para todas e cada uma das crianças que vivem no Brasil?

### **Reunião equipe Técnica Sistema Tributário Nacional**

**Data:** 15/07/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Planejamento e logística para o Seminário Internacional Justiça Fiscal

**Participantes:** Esther Bemerguy; Ana Lúcia Starling; Maria Velloso (SEDES).

### **Participação na Reunião Preparatória para o Congresso Todos pela Educação: Uma Agenda Urgente**

**Data:** 28/07/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Sessão temática Equidade e Inclusão, preparatória ao Congresso Internacional Educação: uma Agenda Urgente

**Participantes:** Conselheiros Bruno Ribeiro e Jorge Nazareno; Rosa Maria Nader (SEDES).

Durante a segunda reunião preparatória para a participação no Congresso Internacional “Educação: uma Agenda Urgente” foram levantados elementos que permitem analisar a situação atual e os desafios a serem enfrentados para implementar o regime de colaboração entre os entes federados e para a efetivação de um sistema educacional com articulação interfederativa e promotora de desenvolvimento educacional.

Os conselheiros CDES fizeram uma intervenção no sentido de alertar os participantes para a ausência, nas considerações, do elemento participação da sociedade civil e controle social, o que foi acatado como importante elemento.

### **Reunião preparatória do Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal**

**Data:** 08/08/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** metodologia e dinâmica do processo de relatoria do Seminário sobre Justiça Fiscal.

**Participantes:** Betina Ferraz, Esther Bemerguy e Ana Lúcia Starling.

### **Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal**

**Data:** 10/08/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Sistema Tributário Nacional

**Participantes:** 23 conselheiros e 356 convidados.

O Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal contou com a participação do Ministro da SAE, Moreira Franco; do Ministro da Fazenda, Guido Mantega; do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; do presidente do IPEA, Marcio Pochmann; do Coordenador da Câmara de Políticas de Gestão e Desempenho e Competitividade do Governo Federal, Jorge Gerdau; do economista e diretor do Grupo Sag Harbor, James S. Henry; da conselheira e diretora de negócios governamentais da Global Financial Integrity, Heather Lowe; e do Professor Doutor da UNICAMP, especialista em finanças públicas, federalismo fiscal e tributação, Sergio Roberto Rios do Prado.

Durante a primeira Mesa, cujo tema foi Justiça Fiscal, o conselheiro Rodrigo Loures defendeu a qualidade fiscal do gasto, sua política fiscal para melhorar a arrecadação do Estado. O conselheiro Naomar de Almeida Filho apresentou indicadores de iniquidades tributárias, ressaltando a existência de um círculo vicioso que compromete o desenvolvimento do país: enquanto políticas sociais universais - como saúde e educação - são subfinanciadas e têm baixa qualidade, renúncias tributárias diversas - pagas por todos os contribuintes - subsidiam a compra desses serviços no setor privado pelas famílias de maior renda. Marcio Pochmann, do IPEA, ressaltou aspectos recorrentes do Sistema Tributário Nacional, como a sonegação e a ausência de tributação e demonstrou que o Estado brasileiro é eficaz para tributar a renda dos mais pobres, mas pouco efetivo em alcançar a renda dos mais ricos. O professor James Henry, de Harvard, falou sobre os enormes fluxos de recursos financeiros internacionais. Em decorrência da pouca governabilidade dos países sobre esse fluxo, há importante impacto nas finanças públicas dos países de origem desses capitais. Afirmou ainda que a maior regulação e fiscalização dos fluxos internacionais é um desafio que exige outro patamar de cooperação internacional, uma reforma para a qual a liderança de países como o Brasil é fundamental.

Na segunda Mesa, que tratou de Federalismo Fiscal e o Desenvolvimento Regional, o conselheiro Murillo de Aragão lembrou que é consenso do CDES a necessidade de um novo desenho do sistema tributário que enfrente as desigualdades regionais como pressuposto para o desenvolvimento e acesso qualificado a serviços de qualidade. Segundo o conselheiro Clélio Campolina Diniz é necessário repensar a questão territorial brasileira, considerando a questão regional, a questão tributária e, até mesmo, a integração com outros países. Para Sérgio Prado, da Unicamp, embora a arrecadação com justiça e o gasto com eficiência sejam importantes, distribuir bem os recursos é a questão crucial.

Por fim, a última Mesa teve como tema Política Fiscal, Produtividade e Competitividade. Mauro Borges Lemos, presidente da ABDI, apresentou as principais medidas do Plano Brasil Maior, focado no aumento da produtividade no Brasil, com estímulos ao investimento, à inovação, ao comércio exterior e para defesa da indústria e mercado interno. O conselheiro Jorge Gerdau, coordenador da CGDC, analisou a situação da competitividade do Brasil, com um posicionamento crítico com relação à política fiscal brasileira, defendeu uma reforma tributária por etapas e adoção de medidas do Governo como a desoneração da folha de pagamento para estimular o desenvolvimento econômico e social. O conselheiro Artur Henrique apresentou os indicadores do Sistema Tributário Nacional publicados no relatório do Observatório da Equidade/CDES, demonstrando a alta carga tributária brasileira e sua regressividade. Para Artur Henrique, a reforma tributária é crucial para garantir progressividade dos impostos sobre renda, patrimônio e grandes fortunas, e uma mudança na tabela do imposto de renda. Ao comparar a discussão sobre a questão fiscal nos Estados Unidos e no Brasil, Heather Lowe afirmou que os países têm abordagens diferentes. Segundo Lowe, nos EUA, a questão central não está na distribuição das taxas, mas sim em quem paga, quem não paga, qual o resultado e a falta que esse pagamento pode representar.

## **Seminário Os Caminhos da Qualificação Técnica e Profissional no Brasil**

**Data:** 19/08/2011

**Local:** Rio de Janeiro/RJ

**Tema:** Educação Profissional

**Participantes:** Conselheiro Clemente Ganz Lúcio; Rosa Maria Nader (SEDES).

O Seminário foi promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

O debate foi aberto pelo ministro Moreira Franco, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, que ressaltou a importância dos trabalhos para formular e propor políticas públicas. As mesas abordaram o estado atual das políticas públicas para o ensino técnico e o encaminhamento profissional; a análise da questão da escassez de qualificação, e a provisão de qualificação técnica e profissional nos setores público e privado.

O conselheiro Clemente Ganz Lúcio apresentou as contribuições do CDES ao tema, formulados ao longo dos últimos anos.

## **Reunião Tripartite PNUD/SEDES/ABC**

**Data:** 25/08/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** Apresentação dos resultados do projeto do Observatório da Equidade no período coberto pelo relatório de progresso e solicitação da necessidade de prorrogação da vigência do projeto mediante a apresentação de revisão substantiva para o período 2012/2014.

**Participantes:** Angela Gomes; Ana Starling; Rosa Nader; Maria Velloso (SEDES); Alessandra Ambrosio (MRE/ABC); Maristela Marques Baioni; Carlos Castro e Renata Calazans (PNUD).

## **Reunião Relatoria do Seminário Justiça Fiscal**

**Data:** 06/09/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** Diretrizes para a elaboração dos Anais do Seminário Justiça Fiscal

**Participantes:** Esther Bemerguy; Ana Lúcia Starling; Betina Ferraz.

## **Reunião Equipe Técnica Sistema Tributário Nacional**

**Data:** 09/09/2011

**Local:** Brasília/DF

**Horário:** 14h00 às 17h30

**Pauta:** Perspectivas apontadas pelo Seminário Justiça Fiscal para o acompanhamento do Sistema Fiscal, incluindo indicadores de despesa

**Participantes:** Ana Lucia de Lima Starling; José Aparecido; Claudio Hamilton (IPEA); Betina Ferraz.

Avaliar o Seminário e identificar os temas abordados para iniciar o processo de observação. Os temas destacados envolveram as características do pacto federativo, a relação entre instituições e o recente processo de descentralização de encargos. Ideias sobre o processo de identificação de indicadores e relação com indicadores tributários foram discutidas. Foi considerado decisivo conhecer o estado atual do funcionamento da estrutura do gasto e das instituições que regulam esta ação na Federação brasileira.

## **Participação no Congresso Internacional "Educação: uma Agenda Urgente"**

**Data:** 13 a 15/09/2011

**Local:** Brasília/DF

**Tema:** Educação

**Participantes:** Conselheiros Paulo Speller e José Vicente, Rosa Maria Nader; Ana Lúcia Starling (SEDES).

O Congresso Internacional “Educação: uma Agenda Urgente” foi promovido pelo Movimento Todos pela Educação e contou com o apoio institucional do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Entre as lideranças nas áreas

educacional, acadêmica e de gestão pública, participaram os conselheiros do CDES Paulo Speller, reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e José Vicente, reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares/Afrobás. O conselheiro Paulo Speller participou da sessão Regime de Colaboração, que teve por objetivo discutir propostas para o aperfeiçoamento da relação interfederativa na oferta de serviços públicos de educação, definido pela Constituição de 88. No foco, o pacto federativo e o desequilíbrio entre recursos e responsabilidades dos entes federados, a desigualdade entre municípios e a falta de diálogo entre os entes. O conselheiro Paulo Speller apontou que o maior desafio para a eficiência do regime de colaboração entre União, estados e municípios na execução da política educacional é a carga tributária concentrada, responsável pelas iniquidades federativas e, conseqüentemente, pela dificuldade no acesso do cidadão à escola pública de qualidade.

As manifestações do conselheiro sobre as iniquidades federativas e a carga tributária concentrada reforçam as recomendações do CDES a favor da tese do Sistema Nacional de Educação como instrumento necessário para promover a articulação institucional nas três esferas de governo e entre todos os atores sociais para desenvolvimento da educação: organização sistêmica dos níveis e modalidades educacionais; profissionalização da gestão educacional em todas as instâncias; federalização do financiamento, com exigências de padrões de qualidade do ensino; fortalecimento dos municípios como lócus da educação básica orientada pelas necessidades e condições locais.

O Conselheiro José Vicente participou como debatedor na sessão Equidade e Inclusão, na qual foram debatidas as questões relacionadas às desigualdades no acesso à educação de qualidade e alternativas para identificar os segmentos excluídos e promover oportunidades de inclusão.

#### **Reunião de Comitê Técnico do Observatório da Equidade**

**Data:** 15/09/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** Diretrizes para a continuidade do acompanhamento dos indicadores de desigualdades na escolarização

**Participantes:** Ana Lúcia Sabóia (Comitê Técnico/IBGE); Daniel Ximenes (Diretor do Departamento de Condicionalidades - SENARC/MDS); Liliane Aranha: Juliana, e Rachel Rabelo (INEP); Ana Lucia de Lima Starling; Rosa Maria Nader, e Maria Velloso (SEDES).

O objetivo da reunião foi planejar o conteúdo do 5º Relatório de Observação As Desigualdades na Escolarização/2011. A revisão da disponibilidade de informações nas bases de dados do IBGE e INEP mostrou a impossibilidade de atualizar os indicadores neste ano. Como o IBGE coletou dados para o Censo Nacional 2010, não foram coletados dados na PNAD. Além disto, os dados do Censo 2010 adotados para o cálculo dos indicadores de escolarização estarão disponíveis apenas em meados de 2012. Sendo assim, o 5º Relatório As Desigualdades na Escolarização será elaborado no próximo ano.

O encaminhamento aponta para uma análise territorializada das informações, quando possível, para fundamentar indicações de políticas locais e focalizadas nos desafios de redução das desigualdades.

#### **Reunião Observatório da Equidade**

**Data:** 21/09/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** Análise do relatório sintético do Seminário sobre Justiça Fiscal e encaminhamentos sobre o processo de elaboração dos Anais do seminário.

**Participantes:** Esther Bemerguy, Betina Ferraz e Ana Lúcia Starling.

#### **Reunião com equipe técnica do CDES do Distrito Federal**

**Data:** 30/09/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** a experiência de implantação do Observatório da Equidade do CDES

**Participantes:** Leandro Cerqueira; Marina Marcondes, e Marcela Souto (Secretaria de Estado de Governo do GDF); Rosa Maria Nader (SEDES).

O secretário, o diretor de políticas de desenvolvimento e a gerente de cerimonial do CDES do Distrito Federal, em fase de criação, solicitaram a reunião para conhecer a experiência de implantação e funcionamento do Observatório da Equidade.

### **Reunião com a Secretaria Executiva da Conferência Nacional de Saúde**

**Data:** 25/10/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** apresentar proposta de participação da SEDES/CDES em Oficina durante a Conferência para divulgar o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável e colher subsídios para o aprofundamento do tema da saúde no processo de desenvolvimento sustentável.

**Participantes:** Rosângela Camapun (Secretária Executiva CNS), Ana Lúcia Starling e Rosa Nader (SEDES).

### **Seminário Justiça Fiscal - uma questão de transparência**

**Data:** 17/11/11

**Local:** Porto Alegre/RS

**Tema:** Justiça Fiscal

**Participante:** Ana Lúcia Starling (SEDES).

O Observatório da Equidade do CDES participou do Seminário promovido pelo Instituto Justiça Fiscal e Movimento pela Transparência dos Benefícios Fiscais de Porto Alegre. O objetivo do evento foi mostrar que a justiça fiscal só existirá quando houver suficiente pressão da sociedade pela transparência das informações sobre o complexo sistema tributário e orçamentário vigente no país.

Na oportunidade, a coordenadora do Observatório da Equidade/CDES que participou da mesa com o tema da “Equidade como Fator de Desenvolvimento Econômico e Social”, destacou a importância do fortalecimento do Estado Democrático de Direito, instituído na Constituição Brasileira de 1988, como fundamental para garantir a justiça social no país. Apontou o amplo acordo estabelecido no CDES sobre a promoção da equidade como principal desafio e condição necessária para que se estabeleça um modelo de desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista socioambiental, econômico, cultural e político.

### **Reunião com equipe técnica do Departamento de Condicionalidades do Bolsa Família – MDS**

**Data:** 18/11/2011

**Local:** MDS - Brasília/DF

**Pauta:** Apresentação do Painel de Indicadores das Condicionalidades do Bolsa Família, desenvolvido pela equipe do Departamento de Condicionalidades do MDS

**Participantes:** Ana Lúcia Starling e Rosa Maria Nader (SEDES); representantes do INEP e equipe da Diretoria do Departamento de Condicionalidades do MDS.

A apresentação do painel de indicadores, ainda em fase de formulação, teve o objetivo de colher sugestões do Comitê Técnico do Observatório da Equidade para aperfeiçoamento do instrumento.

### **Participação na 2ª Conferência do Desenvolvimento CODE/IPEA 2011**

**Data:** 23 a 25/11/11

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Esther Bemerguy; Ana Lúcia Starling, Rosa Maria Nader e Maria Velloso; equipe técnica do Observatório da Equidade/Sistema Tributário Nacional.

**Mesa Tributação e Equidade** – debateu a evolução da carga tributária e alternativa para tornar o sistema tributário mais justo.

**Mesa Progressividade e justiça na tributação brasileira** – debateu as relações entre a estrutura de arrecadação e de distribuição da renda e riqueza e os aspectos regressivos da incidência de tributos e a desigualdade distributiva sobre os segmentos populacionais, da produção e da federação.

## **ATIVIDADES INTERNACIONAIS**

### **Reunião Preparatória para a 4ª Mesa-Redonda Sociedade Civil CDES e CESE**

**Data:** 19/01/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Ministro Milton Rondó (MRE); conselheiro Ricardo Monteiro (MRE); Adroaldo Quintela (Diretor de Políticas de Políticas de Desenvolvimento da SEDES), Larissa Vallaroel (SEDES) e Patrícia Pego (SEDES).

A Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social se reuniu com o Ministro Milton Rondó e o Conselheiro Ricardo Monteiro, do Ministério das Relações Exteriores para tratar da Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil - União Europeia e trocar experiências sobre o tema da segurança alimentar.

### **Reunião Preparatória 1º Encontro Ibero-americano de Conselhos Econômicos e Sociais**

**Data:** 28/01/2011

**Pauta:** Planejamento e organização do 1º Encontro Ibero-americano de Conselhos Econômicos e Sociais

**Local:** Brasília/DF

A reunião iniciou o diálogo com o Ministério das Relações Exteriores para a realização do 1º Encontro Ibero-americano de Conselhos de Desenvolvimento. Em janeiro, os representantes do CDES nacional e CDES gaúcho estiveram reunidos em Porto Alegre para discutir a realização do Encontro Ibero-Americano de Conselhos na Serra Gaúcha, previsto para novembro de 2011. Um dos principais focos deste primeiro encontro será reunir os países do grupo para difundir experiências e contribuir para a constituição de conselhos, tanto no âmbito dos estados nacionais, como nos estados, municípios e províncias desses países. Durante a reunião, foi elaborado o documento base para preparação do Encontro Ibero-Americano de Conselhos e foi definida sua Comissão Organizadora: o CDES nacional; o CDES RS; o Conselho Econômico e Social da Espanha; e o Conselho Econômico e Social de Portugal.

Também foi realizada uma reunião estratégica com o primeiro secretário do Ministério das Relações Exteriores, Claudio Leopoldino, para obter informações sobre o funcionamento das reuniões da Cúpula Ibero-Americana. A ideia é conciliar a realização do primeiro Encontro Ibero-Americano de Conselhos com a próxima reunião da Cúpula Ibero-Americana, de forma que assuntos pertinentes aos Conselhos e à Cúpula possam ser tratados de forma concomitante de maneira que a sociedade civil possa contribuir com recomendações para os chefes de Estado.

### **Colóquio sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável: Rio+20 - Reunião Preparatória para a 4ª Mesa-Redonda CDES/CESE**

**Data:** 17/02/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** 18 conselheiros e 34 convidados.

O Colóquio teve como objetivo preparar e subsidiar o Conselho para a realização da 4ª Mesa-Redonda CDES/CESE (Comitê Econômico e Social Europeu). A Conferência Rio+20 marca os 20 anos da realização da Rio 92 e tem em sua agenda os temas da economia verde no contexto da luta contra a pobreza e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável. Durante o Colóquio, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo afirmou ser fundamental a inclusão no debate de temas como água e agricultura.

Também foi destacada a importância da mobilização social. Foi sugerida a participação de todos os setores da sociedade e o envolvimento das escolas no debate. Para os conselheiros, a conferência também é uma oportunidade de liderança no enfrentamento a questões em outra lógica, fortalecendo a ideia ampla de desenvolvimento sustentável.

Ao fim da reunião ficou acordado que o Conselho, em colaboração com diferentes fóruns, deverá ter uma rede, articulada pelo próprio CDES, reunindo iniciativas e movimentos voltados para o desenvolvimento sustentável aliado à preservação ambiental. Também foi definido que o CDES organizará um grande debate nacional sobre o conceito de desenvolvimento sustentável visando a construção de um acordo social a respeito de um padrão sustentável de produção, consumo e distribuição na

sociedade brasileira. Os resultados desse processo, sintetizados na forma de proposta de Acordo Social pelo Desenvolvimento Sustentável, apresentados em outubro do ano corrente.

### **Reunião “O Papel dos Conselhos Econômicos Sociais e Instituições Similares no Novo Modelo Econômico, Social e Ambiental de Governança”**

**Data:** 10/03/2011 a 11/03/2011

**Local:** Bruxelas – Bélgica

**Delegação:** conselheiro Alberto Broch.

Realizado em Bruxelas, na Bélgica, nos dias 10 e 11 de março de 2011, o evento reuniu cerca de 20 instituições que integram a AICESIS (Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais). O conselheiro Alberto Broch foi o representante do CDES, América do Sul e Caribe em um dos quatro grupos de relatoria da AICESIS. O conselheiro apresentou o trabalho do sub-grupo coordenado pelo CDES, "Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental".

Durante a reunião os representantes dos quatro eixos - Globalização e Mercados de Trabalho; Desenvolvimento de Indicadores de desenvolvimento complementares ao PIB; Governança Global; e Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental - apresentaram as tarefas já realizadas no intuito de articular os trabalhos e encaminhar as conclusões para o Relatório Final sobre o tema, a ser apresentado na Assembleia Geral da AICESIS, em junho de 2011, em Roma, na Itália.

### **Colóquio sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto da Política Externa**

**Data:** 05/04/2011

**Tema:** Segurança Alimentar e Nutricional

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Antoninho Trevisan; Bruno Ribeiro; Carmen Foro; José Vicente; Laerte Teixeira da Costa; Maria Elvira Salles Ferreira; Naomar Monteiro de Almeida Filho; Paulo Vellinho.

Representando o ministro Santiago Mourão, o conselheiro Luis Galvão fez uma exposição sobre o panorama atual da relação do Brasil com a União Europeia (UE), parceria estratégica fortalecida politicamente pela realização da primeira Reunião da Cúpula Brasil/UE em 2007. Segundo ele, atualmente, os países europeus representam os maiores parceiros comerciais do Brasil, responsáveis por cerca de metade do investimento externo no país. A importância da atuação brasileira no cenário internacional também foi destacada, sobretudo pelo dinamismo no campo dos biocombustíveis. Ele acredita que a experiência brasileira pode ser replicada em outros países, principalmente com a expectativa de aperfeiçoamento dos diferentes canais de diálogo, como o Mercosul/UE, fóruns América Latina e Caribe/UE etc.

Milton Rondó ressaltou que o Itamaraty criou um grupo específico para debater o tema segurança alimentar e nutricional que fornece subsídios à política externa brasileira. Em consonância com a ONU, Rondó disse que existem três eixos de atuação da política externa de SAN brasileira: direito humano à alimentação; aspectos emergenciais (cooperação humanitária internacional); e aspectos estruturantes, como a reforma agrária.

Em sua apresentação, o conselheiro do MRE, Ricardo de Souza Monteiro, falou sobre a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia. Criada em 1962, a PAC é um programa de subsídios e apoio à agricultura, que teve como objetivo aumentar a produção agrícola europeia e manter a população rural. Atualmente, é responsável por 46% do orçamento da UE.

Os Conselheiros do CDES apontaram como questões relevantes para o diálogo: 1) a necessidade de aprofundar a questão da soberania alimentar e da qualidade dos alimentos, na lógica do desenvolvimento sustentável estabelecida no Brasil e defendida pelo Conselho; 2) a necessidade de pensar na qualidade do consumo alimentar individual e das famílias, já que o acesso a alimentos não está associado, necessariamente, à melhoria nutricional; 3) a formação de preços de alimentos; 4) a importância de incluir a agricultura familiar, sobretudo no acesso a tecnologias; 5) a necessidade de o Brasil atrair a UE para uma política mais similar ao exemplo brasileiro de distribuição de renda; 6) a qualificação da produção agrícola e sua segurança – uso de agrotóxicos - e o desperdício alimentar no uso direto e no processo de produção, transporte e armazenamento; 7) a importância da regulamentação do acesso à terra e do zoneamento agrícola.

#### **4ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia**

**Data:** 26/04/2011 a 27/04/2011

**Tema:** Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável

**Local:** Brasília/DF

#### **Delegações:**

**CDES** - conselheiros Alberto Broch; Antoninho Trevisan; Carmen Foro; Clemente Ganz Lúcio; Dom Luiz Demetrio Valentini; José Vicente; Joseph Couri; Naomar Monteiro de Almeida Filho; Paulo Simão; Ricardo Patah.

**CESE** - Francisco Silva; José Isaias Rodriguez Garcia Caro; José María Zufiaur Narvaiza; Lubomir Hadjijsky; Lutz Ribbe; Mario Campi; Mário David Ferreirinha Soares; Meelis Joost; Pásztor Miklós; Paulo Barros Vale; Pedro Narro Sánchez; Staffan Nilsson; Vladimíra Drbalová.

A 4ª Mesa-Redonda realizou-se em Brasília e teve como tema a segurança alimentar e nutricional. O evento iniciou ainda o debate sobre desenvolvimento sustentável. Dada a centralidade da temática, a Mesa-Redonda comprometeu-se a acompanhar e participar no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

A Mesa-Redonda acordou que a sua quinta reunião se realizará na Europa, no segundo semestre de 2011, e terá como tema o desenvolvimento sustentável. Uma nova rodada sobre o mesmo tema deverá ser realizada durante a 6ª Mesa-Redonda a ser realizada no Brasil no primeiro semestre de 2012, precedendo a Rio + 20.

A Declaração Final encontra-se em anexo a este Relatório de Atividades e pode ser obtida em [www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br).

#### **II Fórum Internacional de Conselhos Econômicos na América Latina**

**Data:** 18/05/2011 a 19/05/2011

**Local:** México/com videoconferência em Brasília/DF

**Participantes:** Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da SEDES); José Morales (CESJAL/México) - coordenador; Carolina Suárez - moderadora; Bernardo Kipnis (GDLN Brasil); Hector Barcelo, Norma Goldin e Hugo Arce - Instituto Universitario de Ciencias de la Salud/Argentina; Maurício Olavarra e Bernardo Navarrete - Universidad de Santiago de Chile; René Aguirre - Reitor da Universidad Rafael Bellos/Venezuela.

O Objetivo do II Foro Internacional de Consejos Económicos y Sociales 2011, promovido pelo Consejo Económico e Social del Estado de Jalisco para el Desarrollo y la Competitividad - CESJAL foi contribuir para aperfeiçoar e harmonizar o desenho de um novo modelo de relação entre governo e sociedade, voltado para a melhoria do bem-estar social, econômico, político e cultural dos cidadãos. A participação do CDES, contudo, se ateve ao segundo dia do fórum quando, por meio de videoconferência discutiu-se o tema "Consejos Económicos em América Latina.

#### **Missão internacional preparatória para o 1º Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais**

**Data:** 08/06/2011 a 10/06/2011

**Local:** Portugal (8 e 9/06) e Espanha (10/06)

**Delegação:** Ministro Moreira Franco (SAE/CDES); Governador Tarso Genro (Rio Grande do Sul); e Marcelo Danéris (Secretário-Executivo do CDES-RS).

Uma missão com representantes do CDES e do CDES-RS foram a Portugal e Espanha participar de reuniões com o objetivo de organizar o 1º Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais. O secretário-executivo do CDES-RS, Marcelo Danéris, reuniu-se, em Portugal, com o ex-presidente do país, Mário Soares, que aceitou o convite feito pelo ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, e pela Secretária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Esther Bemerguy para participar do 1º Encontro Ibero-Americano de Conselhos. O evento será realizado em parceria entre os Conselhos do Brasil, Espanha e Portugal, sendo o CDES gaúcho o anfitrião do encontro. O objetivo é promover a integração das experiências em diferentes países e debater como compartilhar as estratégias de desenvolvimento para a formulação de alternativas de políticas nacionais de enfrentamento à crise internacional, além de estimular a formação de novos Conselhos em outros países da América Latina.

Durante a missão, o presidente do Conselho Econômico e Social de Portugal, José Albino da Silva Peneda, assinou o Termo de Compromisso para a realização conjunta do encontro. A comitiva brasileira também esteve reunida com o embaixador do Brasil em Portugal, Mário Vilalva, que confirmou presença no evento.

A reunião com o CES da Espanha foi aberta pelo presidente do conselho, Senhor Marcos Peña, que fez observações sobre o papel do conselho no sistema de governança espanhol contemporâneo. Ressaltou a importância de se promover o diálogo social com países “mais próximos” como o Brasil. Segundo o Sr. Peña, a promoção do diálogo entre governo e organizações da sociedade civil permite a construção de sociedades mais livres e mais prósperas.

O Ministro Moreira Franco afirmou que a experiência de diálogo com os atores sociais tem dado certo, sobretudo nos períodos de crise. Destacou o papel fundamental do CDES como espaço de diálogo entre empresários, sindicalistas e intelectuais, na construção de soluções bem sucedidas durante a crise econômica de 2009. Estendeu o convite aos membros do CES para a participação no I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais a ser realizado em Porto Alegre em dezembro deste ano, frisando que, além de reforçar os laços entre as instituições espanhola e brasileira, o evento possibilitará o compartilhamento de experiências do CES espanhol com outros países da América Latina.

O Governador Tarso Genro afirmou que a criação do CDES no Brasil se baseou nas experiências dos conselhos espanhol e português e ressaltou que o processo de diálogo com todos os extratos sociais foi essencial para a consolidação da democracia brasileira.

### **Reunião de Trabalho com MRE**

**Data:** 09/06/2011

**Tema:** Coordenação para a revisão do Plano da Parceria Estratégica Brasil/União Europeia

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** *Representantes dos Ministérios:* Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Minas e Energia, Saúde, Trabalho, Planejamento, Desenvolvimento Social, Agricultura, Fazenda; *Representantes de órgãos governamentais envolvidos em algum diálogo setorial com a União Europeia;* Representantes do MRE que coordenam e sistematizam esses diálogos setoriais e Equipe SEDES - Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da SEDES).

A reunião foi coordenada pelo Ministro Santiago Mourão, diretor do Departamento de Europa do Ministério das Relações Exteriores. O objetivo principal da reunião foi obter informações a respeito do estágio de implementação dos diálogos setoriais entre Brasil e União Europeia, previstos no Plano de Ação da parceria estratégica para subsidiar a delegação brasileira que vai a Bruxelas no dia 01 de julho de 2011 para realizar avaliação conjunta da implementação dos compromissos previstos no Plano de Ação Conjunto 2009-2011. A partir dessa avaliação, será proposta, ainda neste ano, a revisão do Plano para o triênio 2012-2014.

### **Reunião com CDES-RS preparatória para o I Encontro Ibero-americano de Conselhos Econômicos e Sociais**

**Data:** 28/06/2011

**Local:** Porto Alegre/RS

**Participantes:** Ilza Maria Praxedes do Canto (Chefe de gabinete da Secretaria-executiva do CDES/RS - SECDES); Lauro de Carvalho Machado (SECDES); Ana Lúcia Starling (Diretora de Tecnologia de Diálogo da SEDES); Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da SEDES) e; Ronaldo Kűfner (Diretor de Gestão da SEDES).

A reunião teve como objetivo apresentar sugestões para a formatação do I Encontro Ibero-americano de Conselhos Econômicos e Sociais, que será realizado em Porto Alegre/RS, no mês de dezembro.

### **Assembleia Geral da AICESIS 2011**

**Data:** 20 a 23/07/2011

**Tema:** Participação do CDES no Encontro Internacional da AICESIS

**Local:** Roma – Itália

**Delegação:** Ministro Moreira Franco (SAE/CDES); Marcone Gonçalves (Ass. de Comunicação/SAE); Ana Lúcia Starling (Diretora de Tecnologia do Diálogo/SEDES).

O encontro em Roma reuniu 170 participantes de 45 Conselhos Econômicos e Sociais, além de figuras ilustres do governo da Itália como o presidente da república italiana, Giorgio Napolitano; o secretário de relações exteriores, Vincenzo Scotti; o diretor do escritório da OIT em Roma, Luigi CAL; o especialista em diálogo e relações de emprego da OIT, Youcef Ghellab; e o presidente da ECOSOC, Akere T. Muna.

Durante o evento, o Ministro Moreira Franco propôs a realização da próxima Assembleia-Geral da AICESIS no Rio de Janeiro, em junho de 2012, quando o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. A proposta foi aceita. Houve assinatura de Acordos de Cooperação entre o CDES e o Conselho Nacional Econômico e Social da Argélia e o Conselho Econômico e Social do Congo.

#### *Encontro Internacional*

O Presidente do CNEL, Antonio Marzano fez o discurso de abertura. Foi realizada a cerimônia de entrega do Prêmio ODM. Além do Brasil, foram premiadas instituições educativas de Benin, Gabão e Mumbai. Após a abertura foi realizada a Mesa-Redonda: O papel dos CES como vistos pelos atores globais.

#### *Reunião com o Comitê Econômico e Social Europeu – CESE*

Participaram o Ministro Moreira Franco, o Presidente do CESE e sua Chefe de gabinete, o assessor para relações institucionais, a representante da SEDES/CDES e o Secretário da Embaixada do Brasil em Roma. Foram definidas as datas da 5ª Mesa-Redonda CESE/CDES que será realizada de 07 a 08/11/11 em Porto/Portugal com o tema do desenvolvimento sustentável.

#### *Reunião com a Câmara Cívica da Federação Russa – CCFR*

Participaram o presidente da Comissão de desenvolvimento da CCFR, o chefe de gabinete da CCFR e tradutor e a representante da SEDES/CDES. Foram definidas as datas da Mesa-Redonda CDES/CCFR: 05 e 06/09/11, com a participação dos países do BRICs.

#### *Rio + 20*

Foi definida a participação dos representantes dos países do BRICs na Mesa-Redonda com o CESE/CDES sobre Desenvolvimento Sustentável durante a Conferência, onde será apresentado o acordo estabelecido entre as partes durante a Mesa-Redonda de Moscou. Durante o encontro, também foi solicitado apoio do CDES à proposta de criar um GT permanente de peritos da AICESIS para debater e fazer recomendações para o G20 sobre o desenvolvimento global.

#### *Aprovação do Relatório sobre o tema principal 2009-2011*

O relatório cujo tema é “O papel dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares no novo modelo econômico, social e ambiental de governança global” foi debatido e aprovado para ser encaminhado às autoridades dos Estados nacionais.

#### *Reunião do Conselho de Administração – mandato 2009/2011*

Por respeito ao princípio da rotatividade e para garantir a diversidade e representatividade do continente latino americano, o Brasil declarou encerrada a sua participação no CA, abrindo a oportunidade para que outros Conselhos da América do Sul e Caribe usufruam da experiência.

#### *Assembleia Geral*

A Assembleia decidiu encaminhar ao Conselho de Administração a proposta de criação de um Grupo de Trabalho “Autonomia Financeira” que estude e proponha formas de garantir a autonomia financeira e política para a Associação e de modificação do estatuto com vigência por dois anos. Foi comunicada a entrada de novos membros: CES do Panamá e do Marrocos. A Assembleia decidiu que o CNES da Argélia assumirá a presidência da AICESIS no biênio 2011/2013. O presidente do CNES se comprometeu a assegurar a autonomia financeira da AICESIS em no máximo um ano.

#### *Reunião entre o CDES e o CNEL/Itália*

Participaram o Ministro Moreira Franco, a presidente da Comissão Internacional do CNEL, Anna Corossacz, Glauco Maglio, a representante da SEDES/CDES, o assessor de comunicação da SAE e o secretário da Embaixada do Brasil em Roma. O CNEL, a França e a Holanda demonstram interesse em participar como observadores da Conferência Ibero-americana a ser realizada em Porto Alegre, no início de dezembro de 2011. O CNEL propôs a renovação da relação do acordo de cooperação com o CDES.

#### **Reunião preparatória intraconselhos para encontro Ibero-Americano e Conferência Rio+20**

**Data:** 04/08/2011

**Local:** Brasília/DF

O CDES, em parceria com o Conselho Econômico e Social de Portugal, o Conselho Econômico e Social da Espanha e com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul está promovendo o I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais, buscando constituir um fórum permanente de cooperação.

A reunião preparatória buscou mobilizar os conselhos de desenvolvimento econômico e social dos estados e municípios brasileiros para participação no I Encontro e nos eventos da sociedade civil que antecederão a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio +20.

Foi apresentado o esforço de articulação em torno do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável e as possibilidades de envolvimento dos conselheiros estaduais e municipais. Ficou acordado que todos os conselhos presentes iniciarão o debate sobre o tema, buscando uma contribuição qualificada para o processo.

Participaram da reunião representantes dos conselhos de desenvolvimento econômico e social dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul e dos municípios de São Carlos/SP e Canoas/RS, além da equipe responsável pelo projeto do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal.

A reunião contou também com as presenças do secretário Claudio Medeiros Leopoldino, da Divisão da Europa III do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e do secretário Vicente de Azevedo Araújo Filho, da coordenação geral de Desenvolvimento Sustentável do MRE.

### **Reunião com BID**

**Data:** 10/08/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiro Antoninho Trevisan; Esther Bemerguy (Secretária da SEDES); Adroaldo Quintela (Diretor de Políticas de Desenvolvimento da SEDES); Flora Painter (Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia - BID em Washington/DC); e Vanderléia Radaelli (especialista setorial em Ciência e Tecnologia - Escritório do BID no Brasil).

A reunião teve como objetivo debater a possibilidade de constituir uma parceria entre o CDES e o BID na área de Ciência Tecnologia e Inovação. Foi feito um relato da experiência nacional e internacional do CDES com relação ao tema, que constitui um dos principais eixos estratégicos da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Em seguida, representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento relataram os trabalhos do banco no Brasil, especialmente com as Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia.

### **1ª Reunião Preparatória para a 3ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia**

**Data:** 11/08/2011

**Tema:** Subsídios à Delegação do CDES

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Secretário Pablo Cardoso, chefe da Divisão de Europa III – MRE; Secretária Talita Cardoso Córdoba de Lima – MRE; Carlos Renato Lima – Petrobrás; Ricardo Latgé – Petrobrás; conselheiros Alberto Broch, Murillo de Aragão, Sérgio Haddad; Esther Bemerguy – Secretária da SEDES; Maria Luiza Falcão – Diretora/ SEDES; Ana Paula Cunha Machado – Assessora / SEDES; Cristina Quadra – Assessora / SEDES.

Os conselheiros Murillo de Aragão, Alberto Broch e Sérgio Haddad reuniram-se com representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE e da Petrobrás com vistas a colher subsídios para o debate que será realizado com a Câmara Pública Russa e com representantes das sociedades civis dos países do BRICS, respectivamente, nos dias 12 e 13 de setembro, em Moscou. Os representantes da Petrobrás, Carlos Renato Lima e Ricardo Latgé, fizeram apresentações sobre as formas e importância da exploração de petróleo e gás no Brasil e na Rússia e contribuíram para a elaboração do documento que será levado ao debate. O Secretário Pablo Cardoso, do MRE, apresentou um panorama político e econômico da Rússia nos dias atuais; e a Secretária Talita Cardoso Córdoba de Lima fez uma exposição sobre o BRICS, ressaltando o peso deste bloco no cenário internacional e o potencial de crescimento econômico e de influência políticas desses países nos próximos anos.

### **3ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – Rússia**

**Data:** 12/09/2011

**Local:** Moscou - Rússia

**Delegação:** conselheiros Murillo de Aragão, Alberto Broch, Clemente Ganz Lúcio, Sergio Haddad e Antoninho Trevisan. SEDES - Esther Bemerguy (Secretária da SEDES) e Maria Luiza Falcão Silva (Diretora da Área Internacional).

Instituída mediante Memorando de Entendimento para Cooperação entre a Câmara Cívica da Federação da Rússia (CCFR) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), a Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil e Rússia realizou sua terceira reunião em Moscou.

Foi debatido o tema "Responsabilidade política e social dos países ricos em recursos naturais", buscando entender os impactos econômicos e sociais da utilização dos recursos naturais, tema inserido no contexto mundial de discussão de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e de governança global.

Proposto durante a segunda reunião da Mesa-Redonda, realizada no Brasil em 2010, o tema está, também, associado à necessidade do uso sustentável dos recursos naturais no atual cenário de dependência dos mercados por esses recursos e por *commodities* alimentares e energéticas, em um mundo ameaçado por crise econômica.

O documento final contendo recomendações será entregue na próxima reunião de Cúpula da Comissão de Alto Nível de Cooperação entre o Brasil e a Rússia (CAN).

## **2ª Reunião Preparatória para a 3ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia**

**Data:** 05/09/2011

**Tema:** Impactos Econômicos e Sociais em países com abundância de recursos naturais

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Murillo de Aragão; Alberto Broch; Clemente Ganz Lúcio; e Antoninho Trevisan.

**SEDES** - Esther Bemerguy; Maria Luiza Falcão Silva; Ana Paula Machado e Cristina Quadra.

O objetivo da reunião foi obter subsídios para a participação na 3ª Mesa-Redonda entre o CDES e a Câmara Cívica da Federação da Rússia, em 12 de setembro, em Moscou. O tema debatido foi: "Impactos Econômicos e Sociais em países com abundância de recursos naturais". Para apresentar subsídios sobre os temas foram convidados Beatriz Nassur Espinosa, Gerente Geral de Eficiência Energética e Emissões Atmosféricas da Petrobras; Bráulio Dias - Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Glaucius Oliva, Presidente do CNPq. As exposições contribuíram de forma significativa para a redação dos documentos e preparação para o debate na Rússia. Dentre os temas debatidos, cabe destacar: a concessão de bolsas de estudo para o intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre os países do BRICS; e a necessidade de revisão dos indicadores de desenvolvimento com a inclusão de parâmetros relativos a sustentabilidade.

## **1ª Reunião de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares do Conjunto BRICS**

**Data:** 13/09/2011

**Local:** Moscou - Rússia

**Delegação:** conselheiros Murillo de Aragão, Alberto Broch, Clemente Ganz Lúcio, Sergio Haddad e Antoninho Trevisan.

**SEDES** - Esther Bemerguy (Secretária da SEDES) e Maria Luiza Falcão Silva (Diretora da Área Internacional).

A reunião teve por objetivo iniciar a cooperação entre representantes da sociedade civil dos países componentes dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para compartilhar suas visões frente aos principais temas da agenda global: o novo paradigma de desenvolvimento e o novo modelo de governança global. Foi acordada a elaboração de posição comum das sociedades civis dos BRICS sobre o desenvolvimento sustentável, para a Conferência Rio+20.

A segunda reunião da mesa-redonda será realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012, pouco antes da Conferência. Em sua declaração final, a reunião entre os Conselhos Econômicos e Sociais do BRICS, recomendou, de forma enfática, a necessidade de reforma da governança global para garantir que os compromissos assumidos para a promoção do desenvolvimento sustentável sejam implementados.

Ressaltou a importância de colocar entre as prioridades na construção de estratégias nacionais de desenvolvimento a questão da transferência de tecnologias sustentáveis e o intercâmbio acadêmico e científico entre os países membros do grupo. Alertou para a importância da busca de eficiência energética em um mundo em processo de modernização e apoiou o desenvolvimento e uso de fontes de energia renováveis como forma de se contrapor à questão da mudança do clima.

Participaram da reunião o CDES, o Conselho Econômico e Social da China; a Fundação de Pesquisa e Observação da Índia; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho da África do Sul; e Câmara Cívica da Federação Russa.

## **Seminário Internacional - A Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido Africano**

**Data:** 24 a 25/10/2011

**Local:** Niamei/Niger

**Delegação:** Esther Bemerguy (Secretária da SEDES).

O Seminário sobre Desertificação da África deu continuidade às conferências internacionais sobre Impactos da Variabilidade Climática e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas e serviu como atividade de preparação para o Fórum Mundial da Água, em Marselha (França), e para a Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro (Brasil), em 2012. O objetivo foi produzir um documento africano que possa influir no debate sobre as terras secas, especificamente como preparação para Rio + 20.

A participação do CDES no seminário se deu a convite do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma das instituições promotoras do evento. A Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Esther Bemerguy, participou da abertura do Seminário junto com o presidente do país Issoufou MAHAMADOU, que explicou que o seminário busca diálogo e cooperação para promover políticas inovadoras de combate à desertificação da África. Agradeceu o apoio do Governo brasileiro na organização e frisou o valor da potencial parceria com o Brasil para intercâmbio de ideias e debates.

Esther Bemerguy frisou a importância do Conselho brasileiro ao reunir diversos segmentos da sociedade com o objetivo de refletir, debater e, sobretudo, encontrar soluções de problemas que normalmente dividem as pessoas. Disse que a experiência de diálogo e concertação do CDES tem gerado resultados como o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, firmado entre o Conselho e 72 instituições representativas da sociedade civil, entre as quais o CGEE. Entre os temas debatidos pelo CDES e que constam da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento, Esther Bemerguy abordou questões como a agricultura familiar e ações de combate à fome e à pobreza no Brasil.

## **Evento VII Encuentro Cívico**

**Data:** 27 a 28/10/2011

**Local:** Assunção – Paraguai

**Participante:** Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da Sedes).

O CDES participou do 7º Encontro Cívico Ibero-americano, a convite da Secretaria-Geral Ibero-americana. O tema do Encontro, que contou com a participação de representantes de instituições representativas da sociedade civil dos países Ibero-americanos, foi “A Transformação do Estado e o Desenvolvimento”.

## **Videoconferência Preparatória para o 1º Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais**

**Data:** 03/11/2011

**Pauta:** Experiências nacionais e locais de diálogo e participação social

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** *Brasil* - Bernardo Kipnis (GDLN/UnB); Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da SEDSE/CDES); Conselheiro João Bosco (CDES); Marcelo Danéris (CDES-RS); Ilza Maria Praxedes do Canto (CDES-RS); Maristela Pastore (CDES-RS); Norma Espindola (CDES-RS); Alméris Menti Jr (CDES-RS).

*Argentina* - Héctor A. Barceló; José Manuel de la Sota; Rodolfo Borghi (Inst.Universitario Ciencias de la Salud); Luis Babino (CiGob); Sergio Busso (CES de Córdoba).

*Costa Rica* - Representante da Ministra Laura Alfaro Maykall (Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica – MIDEPLAN).

*República Dominicana* - Dr. Roberto Obando (INAP).

*Venezuela* - Adinora Oquendo; Efraín Velázquez; Carlos Petín (Congreso del Trabajo); Edison Morales (Empresarial); Angela Pirello (Asociación de Vecinos); Arnaldo Luzalde (Secretaría de Desarrollo).

*México* - José Morales González; Javier Lozano Alarcón; Enrique Michel Velasco (CESJAL); Jaime Zuñiga (Secretaría del Trabajo y Prev.Soc.).

O objetivo da atividade foi mobilizar as principais instituições dedicadas ao diálogo social na América Latina para participar do I Encontro Ibero-americano de Conselhos Econômicos e Sociais, além de iniciar o debate sobre os temas centrais que serão abordados no Encontro, com vistas a dar início a um processo de reflexão e troca de experiências que será consolidado durante o evento.

## **5ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia**

**Data:** 07/11/2011 a 09/11/2011

**Local:** Porto - Portugal

**Delegação:** Ministro Moreira Franco (SAE/CDES); conselheiros Antoninho Trevisan; Clemente Ganz Lúcio; Joseph Couri; Manuel Silva da Cunha; Lucia Stumpf; Equipe da SEDES - Esther Berner Guy (Secretária); Angela Cotta Ferreira Gomes (Secretária-adjunta); e Maria Luiza Falcão Silva (Assessora Especial da SRI).

A 5ª Mesa-Redonda foi copresidida pelo Ministro Moreira Franco, Secretário-Executivo do CDES, e pelo Presidente do CESE, Staffan Nilson. A pauta da reunião teve foco na temática do Desenvolvimento Sustentável com objetivo de buscar convergências entre a sociedade civil brasileira e a europeia com foco na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.

Na reunião entre o Ministro Moreira Franco e o Presidente do CESE, Staffan Nilson, que precedeu a Mesa-Redonda, foram analisados os próximos passos na cooperação entre o CDES e o CESE, tendo como base as relações Brasil e União Europeia. Foi abordada a agenda da Rio+20 como momento especial que deverá marcar e redefinir a articulação entre as sociedades civis dos diversos países, em torno de um consenso sobre o desenvolvimento sustentável.

O Ministro Moreira Franco apontou a ampliação da cooperação entre Brasil e União Europeia voltada para áreas como saneamento, energias limpas entre outras com uma das grandes oportunidades para saída da crise pela via do desenvolvimento sustentável. A agenda de atividades e eventos envolvendo o CDES e o CESE no âmbito da Rio+20 foi considerada estratégica e envolve, além da realização da 6ª Mesa-Redonda, a Assembleia Geral da AICESIS e uma reunião entre os conselhos do BRICS e o CESE.

Participaram da Mesa de Abertura do evento o Ministro Moreira Franco, Secretário Executivo do CDES; o Presidente do CESE, Staffan Nilson e a Embaixadora da Polônia em Portugal, Katarzyna Skorzyńska.

Em sessão coordenada pelo Ministro Moreira Franco, foram apresentadas as formulações gerais orientadoras de cada conselho sobre a Conferência Rio+20. O Conselheiro do CESE Hans-Joachim Wilms, presidente do Observatório para o Desenvolvimento Sustentável do CESE apresentou o Parecer “Conferência Rio+20: Rumo a uma economia ecológica e a uma melhor governança”. O Conselheiro do CDES Clemente Ganz Lúcio apresentou o “Acordo para o Desenvolvimento Sustentável” articulado pelo CDES e mais de 70 organizações da sociedade civil brasileira. A desigualdade foi destacada como impeditivo estrutural para o processo de desenvolvimento sustentável e indicador, portanto, da sustentabilidade das ações e resultados das estratégias dos países e regiões. Houve convergência em relação ao conteúdo do Acordo e foi proposto que o texto seja levado como ponto comum entre o CDES e o CESE para a Conferência Rio+20.

Na segunda sessão de trabalho, coordenada pelo Conselheiro Joseph Couri, o posicionamento do CDES, intitulado “A dimensão social e o conceito de desenvolvimento sustentável”, foi apresentado pela Conselheira Lúcia Stumpf. O posicionamento do CESE, “A dimensão social associada a uma economia ecológica”, foi apresentado pelo Conselheiro Hans-Joachim Wilms. O debate evidenciou a necessidade de entender a dimensão social em sua perspectiva mais ampla, envolvendo acesso a renda e a bens públicos, fortalecimento do Estado como indutor dos processos de desenvolvimento sustentável e a equidade intra e inter países como objetivo necessário.

A sessão de trabalho sobre Distribuição, produção e consumo para o desenvolvimento sustentável foi coordenada pelo Conselheiro do CESE Mário Soares. O posicionamento do CDES, “Novos modelos de distribuição, produção e consumo para o desenvolvimento sustentável”, foi apresentado pelo Conselheiro Antoninho Trevisan. O posicionamento do CESE, “Consumo e produção sustentáveis na UE” foi apresentado pelo Conselheiro Pedro Narro. A necessidade de métricas, de um padrão de contabilidade e indicadores que considerem o imperativo do desenvolvimento sustentável foi ressaltada como elemento essencial a transformação do modelo. Entre outras medidas para a construção da produção e consumo sustentáveis foram apontadas a regulação da concepção ecológica dos produtos, incluindo a rotulagem adequada, as compras públicas verdes, a educação e os investimentos em inovação.

Ao fim da sessão, o conselheiro Mário Soares, representando o CESE, coordenou a aprovação da Declaração Final, por aclamação, pelas duas delegações.

O CESE organizou, ainda, uma apresentação e visita aos projetos desenvolvidos pela administração de Vila Nova de Gaia, voltados para o desenvolvimento sustentável. As ações vão desde a universalização do saneamento básico, a priorização do transporte coletivo – incluindo ônibus movidos a eletricidade, até a educação ambiental e a demarcação de reserva ambiental.

## **Seminário O Papel dos Conselhos Econômicos e Sociais no Diálogo Social**

**Data:** 10 a 11/11/2011

**Local:** Santo Domingo - República Dominicana

**Delegação:** Rosa Maria Nader (SEDES).

O CDES participou do Seminário "O Papel dos Conselhos Econômicos e Sociais no Diálogo Social", organizado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, pela Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS e pelo Conselho da República Dominicana. Rosa Maria Nader, da equipe da SEDES, representou o Conselho no evento, fazendo um relato sobre a experiência do CDES desde a sua fundação em 2003.

## **I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais**

**Data:** 01 a 03/12/2011

**Local:** Porto Alegre - Auditório do Ministério Público do RS e Palácio Piratini - Porto Alegre/RS

**Participantes:** conselheiros Alberto Broch; Cezar Britto; Dom Luiz Demetrio Valentini; José Antônio Moroni; Lúcia Stumpf; Paulo Tigre; Paulo Vellinho; Renato Conill; Sérgio Haddad; Equipe SEDES - Angela Cotta Ferreira Gomes (Secretária interina); Maria Luiza Falcão Silva (Diretora Internacional); Ronaldo Kufner (Diretor de Gestão); Daniele Cristina de Souza (Assessora); Gustavo Henrique Cocentino Ramos (Assessor) e 282 convidados.

O I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais foi parceria entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República Federativa do Brasil - CDES, o Conselho Econômico e Social – CES de Portugal e o Conselho Econômico e Social - CES da Espanha, com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do RS.

O tema da Mesa de Abertura foi O papel da Ibero-América na governança global. Participaram o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, W. Moreira Franco; o Secretário Geral Iberoamericano (SEGIB), Enrique Iglesias; o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; o Presidente do Conselho Econômico e Social de Portugal (CES), José Albino da Silva Peneda; o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Domingos Simões Pereira; o representante do Conselho Econômico e Social da Espanha (CES), Julián Ariza; e a Diretora Regional da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), Ivana de Siqueira. Representando o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota, esteve presente a Embaixadora Vera Machado.

O Secretário Executivo do CDES-RS, Marcelo Danéris, fez um breve histórico do Encontro. Enrique Iglesias abordou a complexidade da crise mundial e o problema de distribuição desigual da riqueza entre os povos. Mencionou a demanda das sociedades por espaços de diálogo com o governo e, especificamente, a necessidade de criação e fortalecimento dos conselhos econômicos e sociais. O ministro Moreira Franco afirmou que o charme da contestação está sendo substituído pela proposição, numa clara referência ao papel ativo que vêm desempenhando os conselhos econômicos e sociais na discussão e sugestão de ações em políticas públicas. O governador Tarso Genro destacou a crise econômica mundial e a importância dos conselhos, que apenas serão efetivos se encaminharem ao governo propostas com substância e de forma consensual. José Albino da Silva Peneda, presidente do Conselho Econômico e Social de Portugal, ressaltou que é preciso ter consciência que uma cultura baseada em diálogo apenas pode ser efetiva se respeitar as diferenças culturais. A Embaixadora Vera Machado, Subsecretária-Geral Política I do Ministério das Relações Exteriores (MRE), destacou a presença do MRE nos diversos conselhos nacionais existentes e o seu papel em transmitir ao mundo as experiências brasileiras de diálogo em torno de políticas públicas específicas. Domingos Simões Pereira, Secretário Executivo da CPLP, lembrou o objetivo da organização e a necessidade de incluir mecanismos de diálogo e inclusão nas sociedades que constituem a comunidade de língua portuguesa. Julián Ariza, conselheiro do Conselho Econômico e Social da Espanha, destacou a importância da cooperação para a democracia e do fomento a uma relação entre Estado e sociedade. Ivana de Siqueira, Diretora Regional da Organização de Estados Ibero-americanos (OEI), ressaltou os 200 anos da independência de países latino-americanos e mencionou o Projeto Metas Educativas, da OEI, que tem como objetivo contribuir, com, apoio da sociedade civil, para a melhoria da educação e a equidade na América Latina.

Após a abertura, foi realizada uma Mesa-Redonda para apresentação das experiências do Brasil, da Espanha e de Portugal na consolidação de instituições de diálogo social e no debate sobre desenvolvimento sustentável. A coordenação foi feita pela Conselheira do CDES-RS, Professora Mercedes Cánepa. Participaram do debate Lúcia Stumpf (Conselheira do CDES); Julián Ariza e Javier Ferrer (Conselheiros do CES Espanha); e José Albino da Silva Peneda (Presidente do CES Portugal).

Em cerimônia no Palácio Piratini, sede do Governo do Rio Grande do Sul, foi firmado o Memorando de Entendimento entre os Conselhos do Brasil, de Portugal e da República Dominicana. O Memorando foi firmado pelo Ministro Moreira Franco, Secretário Executivo do CDES; José Albino da Silva Peneda, Presidente do Conselho Econômico e Social de Portugal; e Iraima Capriles, Diretora Executiva do Conselho Econômico e Social da República Dominicana. Os países signatários propõem defender a liberdade, a equidade e a inclusão social como direcionadores das políticas públicas, entendidos como emprego decente; acesso universal a serviços de educação, saúde, proteção social e segurança alimentar e nutricional.

No segundo dia de evento foi realizado o Painel: A construção de um novo modelo econômico, social e ambiental na Ibero-América. A abertura foi feita por Marcelo Danéris, Secretário do CDES-RS. O Conselheiro Javier Ferrer, do Conselho Econômico e Social da Espanha, coordenou o painel, que contou com a participação de Enrique Iglesias, da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB); Rogério Studart, do Banco Mundial; e Ricardo Abramovay, da Universidade de São Paulo.

O evento foi encerrado com a Mesa de diálogo: Desafios para a constituição de Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina. O coordenador da Mesa foi José Morales González, do Conselho Econômico e Social de Jalisco. Participaram da Mesa Nerio Romero (Venezuela), Arturo Uribe (México), Luis Babino (Argentina), Iraima Capriles (Conselho República Dominicana) e Benjamín Colamarco Patiño (Panamá). Antes do início da Mesa, foi feita a leitura da Declaração de Porto Alegre pela Conselheira do CDES-RS, Mercedes Cánepa.

O encerramento do encontro foi feito por Marcelo Danéris, que informou que será produzida uma revista com notícias, apresentações e outros textos relativos ao Encontro.

### **Reunião com Delegação de Parlamentares Sul Africanos**

**Data:** 06/12/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiro Murillo de Aragão (CDES), Angela Cotta Gomes (Secretária da SEDES), Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da SEDES), Cristina Quadra (SEDES), Gustavo Ramos (SEDES), Ana Patrícia Barros (SAE), Mariana Hoffmann (IPC).

Representantes da África do Sul: Deputada Elsie Mmathulare Coleman (Congresso Nacional Africano - ANC); Deputada Dikeledi Rebecca Tsotetsi (ANC); Deputado Zwelifile Christopher Ntuli (ANC); Deputado X. Mabasa; Deputado Sarel Jacobus Francois Marais (Aliança Democrática - AD); Sra. N Mbelekane, Assessora parlamentar; Sr. PR Gwebu, Assessor parlamentar; Sra. Laura Joyce, Ministra Conselheira da Embaixada da África do Sul em Brasília; Sr. Pule Liphohlo, Primeiro Secretário da Embaixada da África do Sul em Brasília; Mauriceia de Oliveira; e Sra. Lucila Adan.

O encontro foi uma solicitação da Embaixada da África do Sul em Brasília. Os parlamentares que compuseram a comitiva integram o Comitê de Desenvolvimento Econômico do Parlamento Sul-Africano e o foco da visita ao Brasil foi o conhecimento sobre a experiência brasileira no tema das médias, pequenas e micro empresas na geração de empregos, diminuição da pobreza e desenvolvimento econômico. O Conselheiro Murillo de Aragão apresentou o histórico do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, destacando a sua importância no contexto nacional e como órgão de assessoria ao Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas. A apresentação também incluiu menção às Cartas de Concertação, Agenda Nacional de Desenvolvimento, Enunciados Estratégicos e a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento. Foi destacado o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável e a agenda atual do CDES no contexto da Conferência Rio+20. Foi mencionada aos parlamentares a articulação do CDES com as demais sociedades civis de países-membros dos BRICS e foi entregue uma cópia do acordo de cooperação firmado entre os BRICS em setembro de 2011, com participação da África do Sul, por meio do National Economic Development and Labour Council.

### **Videoconferência "Rumo a um novo contrato social no Egito"**

**Data:** 13/12/2011

**Tema:** A Experiência do CDES Brasileiro

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiro Murillo de Aragão (CDES), Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da SEDES), Cristina Quadra (SEDES) e Gustavo Ramos (SEDES).

O convite para a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) apresentar a experiência do CDES brasileiro na Conferência "Rumo a um novo contrato social no Egito: opções para institucionalizar a inclusão e a participação", realizada no Cairo, Egito foi feito pela organização The Social Contract Center (SCC). Diante da impossibilidade de participação presencial de um conselheiro do CDES no evento, o Social Contract Center viabilizou a participação do CDES via

videoconferência. O SCC, criado em 2007, é uma iniciativa do Information and Decision Support Center do Gabinete de Ministros do Egito e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio da cooperação italiana. A conferência foi dividida em duas sessões, ambas com foco no papel dos conselhos econômicos e sociais na promoção da democracia participativa, inclusão e representação no processo de formulação de políticas públicas nas esferas social e econômica. A apresentação do CDES ocorreu na segunda parte do evento, seguida de apresentações dos conselhos da Itália e do Quênia, e sob moderação do Professor Heba Handoussa, do SCC. O conselheiro Murillo de Aragão apresentou o histórico do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, destacando a sua importância no contexto nacional e como órgão de assessoria ao Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas. O conselheiro ressaltou a presença do CDES como um instrumento para o debate democrático, a heterogeneidade de sua composição, o foco em temas relacionados ao desenvolvimento e a sua metodologia de trabalho. Após a apresentação da experiência brasileira do CDES, o Conselheiro Murillo de Aragão respondeu perguntas dos participantes do evento, que lembrou que durante a crise econômica de 2008 as medidas anti-recessivas adotadas pelo Governo foram contribuições importantes do Conselho, especificamente a questão da ampliação da oferta de crédito. Nesse contexto, o CDES teve também uma importante e pró-ativa participação na discussão sobre a política de aumento do salário mínimo.

### **Missão Internacional Lima Peru - A Experiência do CDES Brasileiro**

**Data:** 14 a 15/12/2011

**Tema:** Experiência do CDES Brasileiro

**Local:** Lima/Peru

**Delegação:** Angela Cotta (Secretária Interina/SEDES) e Ronaldo Kűfner (Diretor de Gestão/SEDES).

A cooperação internacional é área estratégica do CDES, com impactos no aperfeiçoamento da sua estrutura e na sua pauta temática. A disseminação da experiência está entre os objetivos da cooperação, buscando estimular a criação de estruturas semelhantes em outros países, especialmente na América Latina, formando uma rede de diálogo e participação da sociedade civil nos temas do desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto situa-se a missão em Lima-Peru, que atendeu a uma solicitação da Embaixada do Brasil em Lima, a partir de convite formulado pelo Conselho de Ministros.

### **GRUPOS DE TRABALHO**

#### **GT Grandes Eventos Esportivos: Copa do Mundo e Jogos Olímpicos**

##### **4ª Reunião**

**Data:** 22/02/2011

**Tema:** Investimentos, públicos e privados, para a realização dos eventos esportivos - Copa do Mundo

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Humberto Mota, Jacy Afonso de Melo, João Bosco Borba, José Vicente, Moacyr Auersvald e Paulo Simão.

A reunião foi coordenada pelo conselheiro Humberto Mota que resgatou os debates e informações que os membros do GT acumularam desde o mês de outubro do ano passado. Ele avaliou que o grupo possui condições de emitir um parecer parcial sobre o tema, com o intuito de delimitar a contribuição do CDES para o sucesso desses eventos esportivos de classe mundial. A proposta foi aprovada com a ressalva de que haveria uma atualização das informações com técnicos do Governo Federal sobre o estado das artes da organização e implementação das ações pertinentes à Copa e a Olimpíada.

Foi reafirmado o compromisso coletivo de aprofundar o diálogo com o governo federal e os governadores e prefeitos das cidades-sede dos eventos esportivos, visando oferecer a contribuição do CDES para o êxito do Brasil na realização da Copa do Mundo e da Olimpíada, tendo em vista a obtenção de legado econômico, social, cultural e ambiental positivo para a população brasileira.

#### **Reunião sobre Legado da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul**

**Data:** 26/05/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** MRE - Ministra Vera Cíntia Alvarez e o Secretário Ricardo Daskal Hirschbruch (Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva – CGCE do Ministério das Relações Exteriores); SEDES - Esther Bemerguy de

Albuquerque (Secretária da SEDES), Adroaldo Quintella (Diretor de Políticas de Desenvolvimento) e Maria Luiza Falcão Silva (Diretora Internacional).

Durante a reunião foram feitos relatos de números, críticas e ponderações sobre os resultados da Copa do Mundo na África do Sul.

## **GT Agricultura e Desenvolvimento Sustentável**

### **Colóquio O Código Florestal: Diálogo para o Entendimento**

**Data:** 02/03/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Ministros Afonso Florence; Izabella Teixeira; Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira; Wagner Rossi; conselheiros Alberto Broch, Bruno Ribeiro, Cezar Britto, Clemente Ganz Lúcio, José Vicente, Lincoln Fernandes, Lúcia Stumpf; Manoel da Cunha, Marcos Jank, Murillo de Aragão, Nelson José Côrtes da Silveira, Ricardo Patah, Robson Braga de Andrade, Rodrigo Loures. Convidados - Carolina Grassi; Frederico Reichmann Neto; Gina Paladino; Iracilde Titan Lima e Silva; Johanness Eck; Leiza Martins Mackay Dubugras; Marcelo Pickersgill; Mônica Messenberg Guimarães; Richard Back; Shelley Carneiro.

Durante a abertura do evento, o Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Instituições, Luiz Sérgio, lembrou que a agricultura sustentável é um dos desafios estratégicos postos na Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento. Em 2010, o Conselho optou por aprofundar o diálogo na busca de um posicionamento estratégico relacionado à possibilidade de convivência de dois modelos de agricultura no Brasil – empresarial e familiar – desde que ancorados numa visão conjunta de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental. O Ministro lembrou que o objetivo do Colóquio era promover a participação ativa do CDES nos debates sobre o PL 1876/99 (que trata da atualização do Código Florestal). O Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, destacou a necessidade de conciliar dois valores importantes para a sociedade: produção e sustentabilidade. Fez ainda um rápido diagnóstico sobre o desempenho do setor agropecuário na economia brasileira nos últimos 40 anos, apontando um excelente grau de desenvolvimento tecnológico, aumento da produtividade e da renda, além da contribuição do setor para as exportações brasileiras. Sobre o Código Florestal, o ministro Wagner Rossi citou o diálogo entre o MAPA e o MMA na construção de consenso governamental buscando compatibilizar os valores da produção e da sustentabilidade.

O professor Luiz Pinguelli Rosa, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC, focou sua apresentação no resultado de consulta efetuada a diversas entidades que compõem o Fórum, que apontou uma grande preocupação com a proteção dos agricultores familiares, defendendo que a atualização do Código Florestal confira um tratamento mais adequado à pequena propriedade familiar, diferenciando-a dos deveres e obrigações da média e grande propriedade de caráter empresarial, inclusive no que se refere ao pagamento por serviços ambientais. Afirmou que um grande desafio para o governo e o setor industrial é a produção de equipamentos para a agricultura familiar, que devem considerar as exigências de sustentabilidade dos sistemas produtivos. Finalmente, ressaltou que a maioria das entidades que compõem o FBMC se preocupa que o texto final do projeto de lei estabeleça o equilíbrio entre a produção de alimentos e a preservação ambiental para as gerações presentes e futuras.

Afonso Florence, Ministro do Desenvolvimento Agrário, também se manifestou favorável ao diálogo intragovernamental em torno do projeto de lei sobre o Código Florestal, ressaltando que o Governo deverá apresentar à Câmara dos Deputados uma proposta de aperfeiçoamento do relatório em análise, explicitando os consensos obtidos entre a Casa Civil e os ministérios. O Ministro falou sobre o avanço recente da agricultura familiar (produção de 70% dos alimentos consumidos no mercado interno brasileiro, de acordo com dados do IBGE) e suas demandas no que tange à necessidade de ampliação do crédito e da assistência técnica para produção, comercialização e associativismo.

Coube à Ministra Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente) um relato mais circunstanciado do teor do debate intragovernamental visando o aprimoramento do relatório da Câmara Especial da Câmara dos Deputados que trata da necessária atualização do Código Florestal. A ministra destacou os pontos polêmicos com relação ao relatório e o que vem sendo proposto pelo governo para superar as divergências e buscar o entendimento. Citou ainda o compromisso firmado pela Presidenta Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral em 2011, de vetar todos os artigos do PL 1876/99 que prejudicassem o meio ambiente e a conservação dos recursos naturais. Explicou que o Governo está atuando proativamente na construção de consenso técnico e político focado na premissa de que o desenvolvimento sustentável é perfeitamente harmonizável com a produção agropecuária, realizada em padrões tecnológicos e relações sociais que respeitem o meio ambiente e a vida.

Ao fim do evento foram definidos dois encaminhamentos: i) elaboração de uma Moção sobre a alteração do Código Florestal, a ser encaminhada à Presidenta da República e ao Congresso Nacional; e ii) fazer gestões junto à Comissão de Negociação da Câmara dos Deputados visando o diálogo do CDES com os deputados que integram a referida Comissão.

## **GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento** **5ª Reunião do Subgrupo Financiamento de Longo Prazo**

**Data:** 17/03/2011

**Tema:** Financiamento de Longo Prazo

**Local:** São Paulo/SP

**Participantes:** conselheiros Antoninho Trevisan; Antonio Gil; Clemente Ganz Lúcio; Humberto Mota; João Bosco Borba; Jorge Gerdau Johannpeter; Jorge Nazareno Rodrigues; José Carlos Cosenzo; Joseph Couri; Paulo Godoy; Ricardo Patah; Sergio Reze; Sérgio Rosa; Sônia Regina Hess de Souza.

Antes das manifestações dos palestrantes convidados, o professor José Graziano da Silva, candidato do Brasil a diretor-geral da FAO apresentou aos conselheiros presentes os pontos da sua plataforma de trabalho e solicitou o apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social à sua candidatura. O apoio foi aprovado por unanimidade e decidiu-se elaborar uma Moção - endereçada à sociedade civil brasileira e internacional - apoiando a candidatura do professor Graziano. Também foi assumido um compromisso de divulgar o apoio do CDES junto à rede dos conselheiros e aos conselhos econômicos e sociais filiados à AICESIS.

A palestra inicial da reunião foi feita por João Carlos Ferraz, diretor de Gestão de Riscos, Pesquisa, Acompanhamento Econômico e Planejamento do BNDES, que destacou a expectativa de crescimento da economia brasileira nos próximos dez anos com elevado volume de investimentos, mas lembrou que o país ainda não dispõe de estrutura de financiamento adequada para atender as demandas de crédito, sobretudo pelo setor privado.

Ferraz informou que o governo brasileiro e, particularmente o BNDES, estão empenhados em abrir espaço para o setor privado ampliar o financiamento de longo prazo e que o banco, inclusive, aprovou resolução criando condições para um aumento de 10% na oferta do crédito privado de longo prazo em 2011.

O conselheiro Paulo Godoy, coordenador da reunião, informou que se reuniu com o setor financeiro privado, sob a coordenação da Febraban, para tratar da ampliação do crédito privado para atender as crescentes demandas por financiamento voltado para investimentos de longa maturação. Sugeriu a realização de reunião do CDES com a Febraban e Anbima para discutir o novo mercado de ações e a melhoria da governança dos títulos privados.

Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e coordenador do Fórum de Desenvolvimento Econômico, destacou que um dos pilares para o desenvolvimento brasileiro é o financiamento de longo prazo, com destaque para a necessidade de rápida expansão do crédito privado. Como desafios para o Brasil fazer a transição de uma economia emergente e se tornar uma economia desenvolvida com regras estáveis é preciso optar entre ser uma sociedade de consumo imediato ou uma sociedade de consumo sustentável de médio prazo. É preciso ainda ampliar a poupança das famílias e a poupança pública destinada para projetos de longo prazo e criar uma política macroeconômica consistente para reduzir gradativamente as taxas de juros no Brasil.

## **GT Matriz Energética para o Desenvolvimento**

**Oficina**

**Data:** 01/06/2011

**Tema:** Matriz Energética Brasileira

**Local:** São Paulo/SP

Durante a Oficina foi apresentada e aprovada a proposta de utilização da metodologia empregada no Observatório da Equidade/CDES para dar início à estruturação de problemas da matriz energética brasileira. O conselheiro Artur Henrique defendeu a utilização da metodologia, afirmando que a ferramenta facilita, simplifica e amplia o debate com os diferentes atores sociais reunidos na Rede de Observação e permite sinalizar se a matriz energética caminha na direção da promoção do desenvolvimento sustentável com equidade.

Foi apresentada a primeira versão do quadro explicativo dos problemas da matriz energética brasileira, com a definição do macroproblema que declara a insustentabilidade da matriz energética brasileira a médio e longo prazo e a indicação de oito

problemas relacionados à insustentabilidade da matriz. Foi solicitado que o grupo fizesse uma análise dos problemas em relação ao acúmulo dos debates realizados pelo GT.

Durante a Oficina, foram sugeridos temas a serem aprofundados pelo GT, como: a) papel do Estado na condução da política energética – políticas de incentivos; b) questão ambiental – pensar indicadores que traduzam a decisão de investimento, a compensação ambiental e social e o licenciamento ambiental; c) energia nuclear; d) energias renováveis; e) renovação das concessões; f) integração energética sul-americana.

Ao fim do evento foi sugerida a inserção de um novo problema com a seguinte formulação: impactos ambientais, econômicos e sociais na geração, distribuição e consumo de energia. Os conselheiros deverão encaminhar nomes para compor a equipe técnica e a rede de observação do tema.

### **Colóquio sobre a Organização da Copa do Mundo e Perspectivas de Legado**

**Data:** 25/08/2011

**Tema:** Grandes Eventos Esportivos: Copa do Mundo e Olimpíadas

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Ministro Moreira Franco; conselheiros Bruno Ribeiro, Clemente Ganz Lúcio, Danilo Pereira da Silva, Humberto Mota, Jacy Afonso de Melo, João Bosco Borba, José Carlos Cosenzo, José Vicente, Moacyr Auersvald, Murillo de Aragão; palestrantes Orlando Silva, Ministro dos Esportes; Flávio Dino, Presidente da Embratur; e Vera Cíntia Alvarez, Ministra Coordenadora de Intercâmbio e Cooperação Esportiva do Ministério das Relações Exteriores.

O Ministro Moreira Franco afirmou que o CDES entende que a realização da Copa e dos Jogos Olímpicos é uma oportunidade para melhorar a imagem do Brasil no exterior e que os conselheiros têm consciência de que o legado econômico, social e ambiental para a população brasileira deve ser considerado mais importante do que os eventos esportivos em sentido estrito. Coube ao Ministro dos Esportes, Orlando Silva, fazer uma apresentação do estágio de preparação da Copa do Mundo, explicando que, embora se trate de um evento privado, o Brasil se responsabiliza para que a oferta de infraestrutura de arenas esportivas; mobilidade urbana; portos e aeroportos; e os serviços de segurança pública, comunicação, saúde e recepção ao turista. Para o Ministro Orlando Silva, o maior entrave para a perfeita realização dos eventos reside na mobilidade urbana, uma vez que a elaboração e execução dos projetos de mobilidade é responsabilidade compartilhada por todos os entes da federação. Afirmou que ações nas áreas de Segurança Pública, Telecomunicações e Transporte Urbano poderão constituir grande legado para a população. A Ministra Vera Cynthia Alvarez iniciou sua exposição destacando as funções do Ministério das Relações Exteriores para a realização dos eventos esportivos e afirmou que o principal objetivo é potencializar a projeção da imagem do Brasil no exterior e ampliar a autoestima dos brasileiros. Flávio Dino, presidente da Embratur, falou que o turismo estrangeiro no país não apresentou trajetória crescente nos últimos anos. A expectativa do setor é de que os eventos esportivos possam resultar em considerável incremento na recepção de turistas estrangeiros, o que implica elevar a presença desse tipo de turista do patamar de 5 milhões/ano para 7,2 milhões/ano em 2014, até alcançar 10 milhões de turistas/ano em 2020. Para isso, existe um processo de planejamento envolvendo todos

os operadores/agentes do setor de turismo e de capacitação de prestadores de serviço. Após o debate com os conselheiros, o Ministro Orlando Silva se comprometeu com alguns encaminhamentos: proposta de criação de um Fórum Sindical para a Copa do Mundo; negociação com o Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério da Educação para inclusão da formação de gestores esportivos no Programa Ciência sem Fronteiras; articulação com estados, municípios, Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça para tratar de mecanismos de desapropriação com valores justos e agilidade no pagamento; e solicitação ao CDES para elaborar proposta que vise inclusão de gestores negros em projetos da Copa e das Olimpíadas. Informou ainda que o Sebrae desenvolveu um programa sobre as oportunidades de negócios para micro e pequenas empresas na Copa do Mundo.

### **GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento (Subgrupo Transporte Aeroviário) e GT Grandes Eventos Esportivos**

**Seminário Concessões Aeroportuárias**

**Data:** 30/09/2011

**Local:** Rio de Janeiro/RJ

**Participantes:** conselheiros Antoninho Trevisan, Artur Henrique, Bruno Ribeiro, José Carlos Cosenzo, José Vicente, Maurício Botelho, Nelson José Côrtes da Silveira, Paulo Godoy, Paulo Simão, Paulo Vellinho, Ricardo Patah, Sergio Reze, Sérgio Rosa, Vicente Mattos.

Os Grupos de Trabalho Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento e Grandes Eventos Esportivos se reuniram para promover o Seminário Concessões Aeroportuárias. Durante a abertura do evento, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Antenor de Barros Leal, afirmou que o modelo de concessão deve resultar em melhoria nos serviços prestados. O Ministro Moreira Franco, Secretário-Executivo do CDES, destacou que a questão aeroportuária brasileira necessita de regras claras e permanentes para conferir segurança jurídica ao processo. Ressaltou que a pressão sobre o sistema aeroportuário do Brasil não decorre apenas da realização dos grandes eventos, mas é, sobretudo, resultado da bem sucedida política econômica que permitiu ao País crescer distribuindo renda.

No primeiro painel, O Modelo de Concessão Brasileiro, o conselheiro Paulo Godoy lembrou que o CDES, em 2008, já havia indicado em pareceres e moções que as concessões e a criação da autoridade aeroportuária seriam alternativas para a questão. Nelson Siffert, Superintendente de Infraestrutura do BNDES, destacou o apoio concedido pelo banco ao setor de infraestrutura brasileiro, via financiamento corporativo ou *project finance*. Para o setor aeroportuário, o BNDES aprovou, entre 2003 e o 1º semestre de 2011, cinco projetos, totalizando cerca de R\$ 300 milhões em financiamento.

No segundo painel, O Papel da Infraero, Mauro Roberto de Lima, Diretor Financeiro da empresa, destacou que a Infraero está implantando medidas para aprimorar os serviços prestados, como os Centros de Gerenciamento Aeroportuários (CGA), acesso grátis à internet em alguns aeroportos e compartilhamento de balcões de *chek-in*. Rogério Benevides, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, disse que a entrada de novos concessionários leva o país a um cenário bastante promissor. Já o conselheiro Artur Henrique criticou o modelo de concessão adotado pelo governo por temor que gere desemprego.

O Secretário-Executivo da Secretaria de Aviação Civil, Cleverson Aroeira, afirmou que a necessidade de ampliação dos aeroportos, a possibilidade de gerar concorrência e a necessidade de investimento, dada a especificidade em cada aeroporto, levaram à escolha do modelo de concessão.

O terceiro painel debateu o modelo de concessão italiano. Luigi Battuello, Diretor da SEA Aeroporto de Milão, destacou os principais modelos de concessão existentes na Itália: (a) Concessão Total; (b) Concessão Parcial; e (c) Não Concessão. Francisco Luiz Xavier, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, ressaltou que a Infraero deve ficar com as atividades fins, pois teme que o excesso de terceirização gere desemprego. Ricardo Castanheira, Diretor do Comitê de Aeroportos da ABDIB, acredita que a abertura do capital da Infraero pós-concessões traria muitas oportunidades.

O quarto painel teve como tema a regulação do novo modelo de concessão brasileiro. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor de Operações da ANAC, ressaltou que as concessões não são, especificamente, para os grandes eventos que ocorrerão no Brasil, mas para fazer face ao crescimento do setor brasileiro, que supera a média mundial (118%, em volume de passageiros, entre 2003 e 2010, contra crescimento mundial de 40%). Luiz Cantidiano, advogado especialista em regulação administrativa, destacou a mudança de papel que a Infraero atravessará e a importância de submeter o processo à audiência pública.

## **CONTRIBUIÇÕES AO PPA**

### **1º Fórum Interconselhos sobre PPA 2012/2015**

**Data:** 24 a 25/05/2011

**Tema:** Plano Plurianual 2012-2015

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Arildo Mota Lopes, João Batista Inocentini, João Bosco Borba, Jorge Nazareno Rodrigues, Joseph Couri.

O Fórum Interconselhos contou com a presença de conselheiros do CDES e participantes de entidades da sociedade civil, representantes não governamentais de vários conselhos e comissões nacionais para a apresentação do modelo de Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e para promover o diálogo e interação entre Estado e sociedade civil.

O conselheiro Arildo Mota Lopes lembrou que a orientação dos conselheiros em suas contribuições para o PPA é a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento, elaborada pelo CDES em 2010. Na sua avaliação, a inclusão da pauta de fortalecimento da economia solidária nos programas temáticos do PPA foi uma grande conquista. O conselheiro Joseph Couri elencou dois temas que considerou fundamentais sobre desenvolvimento econômico: mercado interno e micro e pequena empresa. Durante a reunião houve consenso quanto a relevância dos temas. Para o conselheiro Jorge Nazareno, a abertura do debate sobre o PPA representa uma forte contribuição para que os Conselhos sejam atuantes sobre uma maior variedade de assuntos.

## **GT Agricultura e Desenvolvimento Sustentável e PPA 2012/2015**

**Data:** 31/05/2011

**Endereço:** São Paulo/SP

**Participantes:** conselheiros Alberto Broch, Antoninho Trevisan, Arildo Mota Lopes, Bruno Ribeiro, Maurílio Biagi Filho, Paulo Vellinho, Sergio Reze.

A reunião foi coordenada pelo Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, e teve como objetivo debater a contribuição do CDES sobre o tema da agricultura para o PPA 2012-2015. Marcos Antonio de Oliveira Silva, coordenador do Núcleo Temático Agricultura e Pesca do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão também participou do evento.

O coordenador do GT Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, conselheiro Alberto Broch, ressaltou a perspectiva do Conselho sobre agricultura, que tem como eixo o desenvolvimento rural econômico, social e ambientalmente sustentável.

Ao longo do debate foi apontado o entendimento integrado e sistêmico sobre os diversos tipos de agricultura - agricultura familiar, média e grande produção. Para o CDES cabe pensar em políticas públicas específicas, atendendo às necessidades de cada modelo. Entretanto, o acesso do conjunto das atividades agrícolas e das populações do campo à infraestrutura, aos serviços públicos (educação, saúde, habitação), à tecnologia e ao crédito é que vai promover o desenvolvimento rural sustentável. Foi comunicado que os grupos de trabalho Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento, Matriz Energética; Grandes Eventos Esportivos; Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e Inovação também se mobilizarão para debater o PPA.

## **GT Matriz Energética para o Desenvolvimento e PPA 2012/2015**

**Data:** 01/06/2011

**Local:** São Paulo/SP

**Pauta:** Articulação dos temas dos GTs Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento e Matriz Energética aos programas do Plano Plurianual 2012-2015.

**Participantes:** conselheiros Antoninho Trevisan, Artur Henrique, Bruno Ribeiro, José Carlos Cosenzo, José Vicente, Maurício Botelho, Nelson José Côrtes da Silveira, Paulo Godoy, Paulo Simão, Paulo Vellinho, Ricardo Patah, Sergio Reze, Sérgio Rosa, Vicente Mattos.

O Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, abriu a reunião destacando a importância do debate do PPA junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O conselheiro Paulo Godoy, coordenador do Grupo Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento, lembrou que o CDES está envolvido em todos os temas do PPA e possui vários documentos que podem contribuir para a elaboração dos programas relacionados à área de infraestrutura. O Conselheiro Artur Henrique, coordenador do GT Matriz Energética, citou a importância de haver maior participação social na elaboração do PPA. Sobre o tema energia, afirmou que o Brasil precisa ser mais ousado e planejar aumentar os investimentos e utilizar fontes renováveis de energia.

Cilair Rodrigues de Abreu, Diretor do Departamento de Temas de Infraestrutura da Secretaria de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destacou que o PPA parte de uma nova concepção, inserido em um intenso debate sobre política pública, com aumento da importância do monitoramento. Foram apresentados os programas temáticos sobre infraestrutura e energia que compõem o Plano.

Houve consenso entre os conselheiros que deve haver no PPA previsão de monitoramento por parte da sociedade brasileira. Também houve questionamentos sobre a baixa previsão de investimentos em energias renováveis e também em eficiência energética. Os conselheiros consideram que deve haver um planejamento que leve em conta as características e necessidades das regiões brasileiras.

Outros temas destacados: (i) mobilidade urbana; (ii) investimento em capacitação profissional em conjunto os investimentos em infraestrutura; (iii) transporte rodoviário; (iv) tráfego aéreo; (v) transporte marítimo; (vi) regulamentação do direito de acesso em ferrovias e gasodutos.

## **GT Grandes Eventos Esportivos e PPA 2012/2015**

**Data:** 02/06/2011

**Local:** Rio de Janeiro/RJ

**Participantes:** conselheiros Humberto Eustáquio César Mota, João Bosco Borba, José Carlos Cosenzo, José Vicente, Manoel da Cunha, Maria Elvira Salles Ferreira, Roberto Franklin de Leão; palestrante Bruno Moretti (Diretor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Durante a reunião que tem como objetivo contribuir com o PPA 2012/2015, os conselheiros afirmaram que a realização dos grandes eventos esportivos no Brasil é uma grande oportunidade para a construção de legados, como a melhoria na infraestrutura aeroportuária, portuária, de telecomunicações e de transportes públicos de massa. Para o CDES, o processo de organização desses eventos deve, também, contribuir para aperfeiçoar a governança dos empreendimentos e o critério para concessão de investimentos públicos. Por reconhecer a contribuição da Autoridade Pública Olímpica (APO) e do Consórcio Público Interfederativo (CPI) para governança dos Jogos Olímpicos, os conselheiros recomendaram estender suas atribuições para a organização da Copa do Mundo. Na avaliação dos conselheiros é preciso criar oportunidades de acesso da população aos instrumentos do esporte, não só como forma de lazer, mas como inserção no mercado de trabalho e qualificação profissional. Um estímulo poderia ser a criação de um programa de inclusão produtiva para micro e pequenos empreendedores, incluindo produtores de artesanato e extrativistas.

Os conselheiros também ressaltaram a importância dos eventos esportivos para o turismo, ampliando o número de visitantes estrangeiros depois dos eventos por meio de programa de divulgação externa do Brasil e de facilitação de acessos dos turistas ao Brasil, em termos de visto e permanência, além de investimento em sinalização turística de caráter informativo e educativo.

## **GTs Educação Profissional, Técnica e Tecnológica e Ciência, Tecnologia e Inovação e PPA 2012/2015**

**Data:** 08/06/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Antoninho Trevisan, Bruno Ribeiro, Clemente Ganz Lúcio, Jorge Nazareno Rodrigues, José Vicente, Jose Zunga Alves de Lima, Murillo de Aragão, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Paulo Speller, Paulo Vellinho, Sérgio Haddad.

A reunião teve como objetivo debater as contribuições que os grupos de trabalho de educação profissional, técnica e tecnológica e ciência e tecnologia e inovação podem oferecer ao Plano Plurianual 2012/2015. O conselheiro Clemente Ganz Lúcio falou sobre a convergência entre a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento e o PPA 2012-2015. O conselheiro destacou que a principal prioridade relacionada à educação, na visão do Conselho, é a integração. Além disso, é preciso ampliar o investimento, integrar o sistema de educação, qualificar a educação, promover a formação profissional de curto prazo e investir na presença integral do aluno na escola.

O conselheiro Antoninho Trevisan destacou a necessidade de estabelecer uma ponte entre conhecimento, pesquisa e inovação. Para Trevisan, são três os fatores impeditivos para que os empresários invistam em tecnologia e inovação no país: câmbio, juros e carga tributária. A chefe da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério de Ciência e Tecnologia, Fernanda De Negri, ressaltou a importância da ciência e tecnologia & inovação para o desenvolvimento do país. Na sua avaliação, é necessário ampliar o papel da C&T dentro do PPA para quatro eixos temáticos.

Bruno Moretti, diretor do Departamento de Temas Sociais da SPI do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, forneceu um olhar geral do Programa Temático de Educação Tecnológica e Profissional do Ministério. Moretti explicou que, inicialmente, o objetivo é expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional, com a meta de elevar para 1,7 milhão o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio. Concomitante à oferta de vagas de educação profissional para jovens e adultos, a meta é elevar a escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

## **Fórum Interconselhos: Devolutiva e Participação Social no Monitoramento do PPA**

**Data:** 13/10/2011

**Local:** Auditório do Interlegis em Brasília e nas Assembleias Legislativas dos Estados.

Como desdobramento do Fórum Interconselhos do PPA (Plano Plurianual) 2012-2015, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria-Geral da Presidência da República promoveram o Segundo Fórum Interconselhos: Devolutiva e Participação Social no Monitoramento do PPA (Plano Plurianual) 2012-2015. O objetivo foi apresentar a proposta

do PPA 2012-2015, encaminhada ao Congresso Nacional em agosto, destacando as contribuições incorporadas a partir das sugestões encaminhadas. Foi apresentada e debatida uma proposta de monitoramento do PPA, para os próximos quatro anos, com a participação da sociedade civil. Durante o evento também houve a apresentação e debate da proposta de participação social na Conferência Rio+20 sobre desenvolvimento sustentável, a ser realizada no Rio de Janeiro, em 2012.

## **ACORDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **Colóquio sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável: Rio+20**

**Data:** 17/02/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** 18 conselheiros e 34 convidados.

O objetivo do encontro foi contribuir para o processo de preparação dos conselheiros do CDES visando iniciar o debate do tema Desenvolvimento Sustentável na Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia e debater os limites e possibilidades de participação da sociedade civil na Conferência Rio+20.

Durante a reunião, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo afirmou ser fundamental a mobilização social envolvendo todos os setores da sociedade, especialmente os jovens. Foi destacado ainda o papel da educação para esse processo.

Para os conselheiros, a Conferência é uma oportunidade de mobilização, de liderança no enfrentamento das questões a partir de novas premissas e de fortalecimento da ideia ampla de desenvolvimento sustentável.

Foi acordada uma proposta de articulação do Conselho com diferentes fóruns, iniciativas e movimentos voltados para o desenvolvimento sustentável, em uma rede para contribuição e participação compartilhada na Rio+20.

Deverá ser organizado um grande debate nacional sobre o desenvolvimento sustentável visando a construção de um acordo social a respeito de um padrão sustentável de produção, consumo e distribuição. Os resultados desse processo, sintetizados na forma de proposta de Acordo pelo Desenvolvimento Sustentável, serão apresentados à Presidenta Dilma Rousseff em outubro deste ano.

### **Colóquio sobre o Código Florestal: diálogo para o entendimento**

**Data:** 02/03/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Ministros Izabella Mônica Vieira Teixeira (MMA), Luiz Sérgio (SRI), Afonso Florence (MDA), Wagner Rossi (MAPA); conselheiros Alberto Broch, Bruno Ribeiro, Cezar Britto, Clemente Ganz Lúcio, José Vicente, Lincoln Fernandes, Lúcia Stumpf, Manoel da Cunha, Marcos Jank, Murillo de Aragão, Nelson José Côrtes da Silveira, Ricardo Patah, Robson Braga de Andrade, Rodrigo Loures; convidados Carolina Grassi, Frederico Reichmann Neto, Gina Paladino, Iracilde Titan Lima e Silva, Johanness Eck, Leiza Martins Mackay Dubugras, Luiz Pinguelli Rosa, Marcelo Pickersgill, Mônica Messenberg Guimarães, Richard Back, Shelley Carneiro.

O objetivo do Colóquio foi contribuir para o debate em torno da atualização do código florestal, buscando pontos de consenso a partir de diferentes visões e interesses, tendo como referencial a sustentabilidade econômica, ambiental e social.

A agricultura é eixo estratégico da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento apresentada pelo CDES em 2010. O Conselho reconhece a importância do desenvolvimento rural em agendas prioritárias da sociedade brasileira e mundial como segurança alimentar, matriz energética sustentável e mudança do clima. Para o CDES, é necessário construir uma agenda para a concertação no médio e no longo prazo de um modelo de produção agropecuário que contribua para a redução das desigualdades, o acesso sustentável aos recursos naturais e o desenvolvimento regional.

Os conselheiros e conselheiras consideram que o Brasil já desenvolve práticas sustentáveis de agricultura e pecuária, destacando-se métodos agroecológicos, o plantio direto, a integração da lavoura, pecuária e florestas e a recuperação de pastagens e áreas degradadas. Nessa direção, deve-se buscar maior qualidade e eficiência nos processos produtivos, maior respeito nas relações de trabalho, e incorporação das dimensões ambientais e de incremento tecnológico.

Na reunião, foi apresentado um relato sobre o debate intragovernamental voltado para o aprimoramento do relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre a atualização do Código Florestal. O Governo busca construir consenso técnico e político, focado na premissa de que o desenvolvimento sustentável é harmonizável com a produção agropecuária, em padrões tecnológicos e relações sociais que respeitem o meio ambiente e a vida, para as gerações presentes e futuras.

O evento gerou uma Moção sobre a Alteração do Código Florestal, encaminhada à Presidenta da República e ao Congresso Nacional e contou com a participação do secretário-executivo do Conselho, Ministro Luiz Sérgio, e dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi; do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence; e do Meio Ambiente, Izabella Vieira Teixeira; além da colaboração do secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas Luiz Pinguelli Rosa.

#### **4ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia**

**Data:** 26 a 27/04/2011

**Local:** Brasília/DF

A quarta reunião da Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia realizou-se em Brasília, tendo como tema principal a segurança alimentar e nutricional. Na ocasião, foi também iniciado o debate sobre desenvolvimento sustentável.

Dada a centralidade da temática do desenvolvimento, a Mesa-Redonda comprometeu-se a acompanhar e participar do processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, e aprofundar os consensos sobre o tema na sua quinta reunião, que ocorrerá na Europa, no segundo semestre de 2011. O processo deverá culminar na sexta reunião, a ser realizada no Brasil no primeiro semestre de 2012, precedendo a Rio+20.

A reunião contou com apresentações do presidente do Comitê Econômico e Social Europeu, Staffan Nilsson; do ministro André Aranha Corrêa do Lago, do Ministério das Relações Exteriores; e do secretário-executivo do Ministério do Meio-Ambiente, Francisco Gaetani.

#### **Reunião entre instituições para um Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável**

**Data:** 10/06/2011

**Local:** São Paulo/SP

**Participantes:** conselheiros Artur Henrique (CUT), Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Oded Grajew (Rede Nossa São Paulo), Sérgio Haddad (Ação Educativa); *Instituições* - Instituto Vitae Civilis, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Suzano Holding, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

A reunião teve o propósito de debater a proposta de construção de um acordo sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável e elaboração conjunta de contribuição da sociedade civil brasileira para a Conferência Rio+20.

Foi decidida a implementação do processo de articulação envolvendo as instituições e fóruns da sociedade civil interessados, entendendo a relevância do tema e o potencial de liderança brasileira em um esforço mundial pela sustentabilidade. A iniciativa de articular esforços e buscar convergências parte da disposição de, em que pese as diferentes concepções, produzir uma proposta comum e tem como objetivos potencializar o alcance e os resultados da Rio+20.

O acordo posto em marcha tem como marcos a contribuição com a posição brasileira na Conferência e a participação no âmbito da sua realização. O compromisso ultrapassa, entretanto, a realização da Conferência e implica a construção de rede social que continue o aprofundamento dos consensos e o monitoramento dos seus resultados, bem como a implementação de ações pertinentes.

A organização do Acordo vai se apoiar em três instâncias principais:

1. Coletivo de instituições participantes – que pode se ampliado, agregando novas instituições ao longo do percurso – responsável pelo conteúdo do acordo e pelas definições sobre atividades e eventos.
2. Equipe técnica – responsável pela sistematização das convergências, pelo aporte de informações e análises e pela facilitação do processo de consenso. A equipe técnica é formada, além de membros das instituições participantes, pelo IPEA, IBGE e DIEESE.

3. Rede de diálogo – conjunto de profissionais e outras instituições que podem apoiar, somar nas análises e repercutir o conteúdo do acordo.

Foi acordado um calendário inicial para realização de duas oficinas para debate e consolidação de um documento a ser encaminhado para contribuir para a posição brasileira.

Participaram da reunião os conselheiros do CDES Artur Henrique (CUT), Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Oded Grajew (Rede Nossa São Paulo) e Sérgio Haddad (Ação Educativa), e representantes do Instituto Vitae Civilis, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Suzano Holding, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

### **Reunião planejamento para articulação pela estratégica de desenvolvimento sustentável**

**Data:** 05/07/2011

**Local:** Brasília/DF

A reunião teve como objetivo definir a metodologia para composição e estruturação de equipe técnica para encaminhar o processo de construção do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável.

### **Reunião Trabalho CONJUVE**

**Data:** 07/07/2011

**Tema:** Desenvolvimento Sustentável

**Local:** Brasília/DF

### **Reunião do Comitê Gestor do CDES**

**Data:** 13/07/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Artur Henrique, Murillo de Aragão e Paulo Simão; Francisco Gaettani, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Fernando Lyrio, Assessor Especial do MMA.

O objetivo da reunião foi informar sobre a estratégia de trabalho da Comissão Nacional da Conferência Rio+20 e as possibilidades de acolhimento de propostas do CDES, bem como da articulação em torno da construção de um Acordo Social sobre Desenvolvimento Sustentável, documento que o Brasil encaminhará ao Secretariado da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Francisco Gaettani, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) assinalou que a contribuição do CDES, por sua legitimidade política e representatividade social brasileira, deverá ser levada em conta pela Comissão Nacional, que é copresidida pela Ministra Izabella Teixeira, titular do MMA. O assessor especial do MMA para a Rio+20, Fernando Lyrio, também esteve presente à reunião.

### **1ª Reunião da Equipe Técnica - Conferência Rio+20**

**Data:** 14/07/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Instituto Vitae Civilis; Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB; Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; Confederação Nacional da Indústria; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas do DIEESE; e IPEA.

A reunião teve o propósito de levantar os pontos mais relevantes para debate no Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, a partir da percepção da equipe técnica sobre as principais convergências e divergências na sociedade brasileira sobre o tema.

Considerando a dimensão do esforço necessário para consolidar e aprofundar as convergências, aprovou-se a proposta de metodologia para a 1ª Oficina entre as Instituições. Será utilizada a dinâmica das mesas de diálogo em torno de questões estruturadas, que favoreçam a troca de ideias e a apreciação coletiva das sínteses em plenárias.

A partir dos elementos levantados, a equipe técnica se reunirá novamente para definir as questões que vão motivar o diálogo nas mesas, além de finalizar a organização da Oficina.

### **Encontro Internacional da Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS)**

**Data:** 20 a 23/07/2011

**Local:** Roma - Itália

O Encontro Internacional da AICESIS, associação que reúne cerca de sessenta instituições e da qual o CDES é membro efetivo desde 2003, acontece anualmente.

No Encontro de Roma, o Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, Secretário-Executivo do CDES, defendeu o diálogo como instrumento para evitar acirramento de crises e encontrar saídas consistentes e duradouras. A sociedade civil deve se mobilizar para a construção do desenvolvimento econômico com inclusão social e responsabilidade ambiental, como preconiza o conceito de desenvolvimento sustentável.

A partir do convite formulado pelo Ministro, foi decidida a realização da próxima Assembleia da AICESIS no Brasil em junho de 2012, no âmbito das mobilizações para a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O CDES, assim como outros conselhos, está se preparando para a Rio+20 e o evento da AICESIS vai oferecer uma oportunidade única de mobilização e participação.

### **Reunião preparatória intraconselhos para encontro Ibero-Americano e Conferência Rio+20**

**Data:** 04/08/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Claudio Medeiros Leopoldino, Secretário da Divisão da Europa III do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Vicente de Azevedo Araújo Filho, Secretário da Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável do MRE; Marcelo Danéris, Secretário-Executivo do CDES-RS e representantes dos conselhos de desenvolvimento econômico e social dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul e dos municípios de São Carlos/SP e Canoas/RS, e equipe responsável pelo projeto do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal.

O CDES, em parceria com o Conselho Econômico e Social de Portugal, o Conselho Econômico e Social da Espanha e com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul está promovendo o I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais, buscando constituir um fórum permanente de cooperação.

A reunião preparatória buscou mobilizar os conselhos de desenvolvimento econômico e social dos estados e municípios brasileiros para participação no I Encontro e nos eventos da sociedade civil que antecederão a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio +20.

Foi apresentado o esforço de articulação em torno do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável e as possibilidades de envolvimento dos conselheiros estaduais e municipais. Ficou acordado que todos os conselhos presentes iniciarão o debate sobre o tema, buscando uma contribuição qualificada para o processo.

### **2ª Reunião da Equipe Técnica - Conferência Rio+20**

**Data:** 05/08/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Instituto Vitae Civilis; Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB); Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais da COPPE; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na segunda reunião, a equipe técnica detalhou a metodologia para a primeira Oficina entre as Instituições, que ocorrerá no dia 30 de agosto. Foram definidas as questões orientadoras para o diálogo nas mesas.

Os representantes das instituições presentes se dispuseram a identificar e mobilizar entidades e atores sociais para participação no evento. O CDES se responsabilizou pela organização geral, inclusive logística, e pela emissão dos convites.

### **1ª Oficina entre as Instituições do Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável**

**Data:** 30/08/2011

**Local:** São Paulo/SP.

**Participantes:** 18 conselheiros e 110 convidados.

A primeira Oficina reuniu cerca de 100 participantes de diferentes instituições representativas da sociedade civil, debatendo questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, com o objetivo de identificar convergências e estabelecer um acordo que possa subsidiar a produção do documento brasileiro para Conferência Rio+20 e nortear a atuação do Governo brasileiro. Na abertura do evento, o Secretário-Executivo do CDES, Ministro Moreira Franco, ressaltou a importância desta articulação para contribuir com a posição brasileira para a Rio+20. O Ministro lembrou da iniciativa do Conselho de defender a realização da reunião da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) no Brasil concomitante à Conferência Rio+20, para mobilizar a sociedade civil de outros países e possibilitar sua participação no debate da Conferência.

As mesas de diálogo que aconteceram ao longo do dia contaram com a inspiração do painel inicial com a participação da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; do presidente do IPEA, Marcio Pochmann; do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin; e de professor Ignacy Sachs, diretor do Centro de Pesquisas do Brasil Contemporâneo na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais em Paris.

### **Seminário O Cenário Europeu Atual – Modelo de Desenvolvimento e a Conferência Rio+20**

**Data:** 31/08/2011

**Local:** Brasília/DF

O seminário contou com palestra da professora Maria João Rodrigues, assessora da Comissão Europeia, com ampla experiência na governança e planejamento da União Europeia. A professora apresentou um panorama do cenário europeu e os desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável. Ela chamou a atenção para a necessidade de se desenvolver um novo modelo de crescimento que esteja amparado na prática da sustentabilidade. Além de conselheiros do CDES e representantes de organizações do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, participaram do Seminário gestores públicos em formação pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

### **3ª Reunião da Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – Rússia**

**Data:** 12/09/2011

**Local:** Moscou - Rússia

**Participantes:** conselheiros Cezar Britto, José Vicente, Manoel da Cunha, Maria Elvira Salles Ferreira, Paulo Simão, Ricardo Patah; e convidados Maria João Rodrigues (Palestrante); Alexandra Reschke; João de Paula Monteiro Ferreira; Maria Antônia Rodrigues Magalhães.

Instituída mediante Memorando de Entendimento para Cooperação entre a Câmara Cívica da Federação da Rússia (CCFR) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), a Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil e Rússia realizou sua terceira reunião em Moscou.

Foi debatido o tema "Responsabilidade política e social dos países ricos em recursos naturais", buscando entender os impactos econômicos e sociais da utilização dos recursos naturais, tema inserido no contexto mundial de discussão de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e de governança global.

Proposto durante a segunda reunião da Mesa-Redonda, realizada no Brasil em 2010, o tema está, também, associado à necessidade do uso sustentável dos recursos naturais no atual cenário de dependência dos mercados por esses recursos e por *commodities* alimentares e energéticas, em um mundo ameaçado por crise econômica.

O documento final contendo recomendações será entregue na próxima reunião de Cúpula da Comissão de Alto Nível de Cooperação entre o Brasil e a Rússia (CAN).

### **1ª Reunião de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares do Conjunto BRICS**

**Data:** 13/09/2011

**Local:** Moscou - Rússia

A reunião teve por objetivo iniciar a cooperação entre representantes da sociedade civil dos países componentes dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para compartilhar suas visões frente aos principais temas da agenda global: o novo paradigma de desenvolvimento e o novo modelo de governança global. Foi acordada a elaboração de posição comum das sociedades civis dos BRICS sobre o desenvolvimento sustentável, para a Conferência Rio+20.

A segunda reunião da mesa-redonda será realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012, pouco antes da Conferência. Em sua declaração final, a reunião entre os Conselhos Econômicos e Sociais do BRICS, recomendou, de forma enfática, a necessidade de reforma da governança global para garantir que os compromissos assumidos para a promoção do desenvolvimento sustentável sejam implementados.

Ressaltou a importância de colocar entre as prioridades na construção de estratégias nacionais de desenvolvimento a questão da transferência de tecnologias sustentáveis e o intercâmbio acadêmico e científico entre os países membros do grupo. Alertou para a importância da busca de eficiência energética em um mundo em processo de modernização e apoiou o desenvolvimento e uso de fontes de energia renováveis como forma de se contrapor à questão da mudança do clima.

Participaram da reunião o CDES, o Conselho Econômico e Social da China; a Fundação de Pesquisa e Observação da Índia; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho da África do Sul; e Câmara Cívica da Federação Russa.

### **3ª Reunião da Equipe Técnica - Conferência Rio+20**

**Data:** 16/09/2011

**Local:** Brasília/DF

O objetivo da reunião foi preparar a 2ª oficina entre as instituições participantes do acordo sobre desenvolvimento sustentável. O produto esperado para a segunda oficina é definir o documento do Acordo para ser enviado à Comissão Nacional, como contribuição para a posição brasileira.

Foi decidido, então, que a oficina será realizada a partir dos resultados consolidados no primeiro encontro. Foi debatida uma aproximação deste texto-base e definidos os pontos para aperfeiçoamento.

O texto-base será enviado para todos os participantes, preparando para um diálogo propositivo e garantindo as condições para a conclusão do documento do Acordo.

### **2ª Oficina entre as Instituições do Acordo Sobre Desenvolvimento Sustentável**

**Data:** 22/09/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Alberto Broch, Bruno Ribeiro, Carmen Helena Ferreira Foro, Cezar Britto, Clemente Ganz Lúcio, João Bosco Borba, Moacyr Auersvald, Murillo de Aragão, Oded Grajew, Rodrigo Loures, Sérgio Haddad e 40 convidados.

A segunda oficina buscou consolidar as convergências, realizando o debate em torno do texto-base sistematizado a partir dos resultados da primeira oficina entre as instituições.

Na mesa de abertura, que contou com a participação do secretário-executivo da SAE Roger Leal, o conselheiro Clemente Ganz Lúcio, coordenador do processo, apresentou os passos dados pelo Acordo para o Desenvolvimento Sustentável e o objetivo imediato de consolidar o documento a tempo de contribuir para a posição brasileira. Ressaltou que o Acordo deverá continuar suas atividades, aprofundando temas e ampliando a participação de instituições até a Conferência em 2012.

No início da oficina os participantes puderam apresentar e defender pontos para serem acrescentados ou suprimidos do texto para o debate nos grupos. Os grupos contaram com coordenadores que formaram, ao final da oficina, uma comissão relatora com a missão de incorporar os resultados e fechar a proposta final do documento.

Foram definidos como próximos passos para o Acordo a realização de três colóquios para aprofundar questões consideradas relevantes: Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável, Governança para o Desenvolvimento Sustentável; e o Padrão de distribuição, produção e consumo.

A proposta final do documento será enviada ao conjunto de instituições para manifestação de adesão ou veto. O documento, assinado pelas instituições que acordarem, será encaminhado à Comissão Nacional da Conferência e à Presidência da República no início de outubro.

### **Participação do CDES no 2º Seminário Nacional dos Diálogos Nacionais sobre Economia Verde: Rumo à Rio+20**

**Data:** 17 a 18/10/2011

**Tema:** Experiências e propostas concretas para acelerar a transição rumo a uma economia verde e inclusiva

**Local:** São Paulo/SP

O CDES foi representado pela Secretária Esther Bemerguy no Seminário. A atividade faz parte do trabalho de debate e divulgação do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável.

### **Participação do CDES na Reunião da Comissão Nacional Rio+20**

**Data:** 19/10/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiro Jacy Afonso de Melo.

A Secretaria Executiva da Comissão Nacional que organiza a Rio+20 promoveu uma reunião com representantes da sociedade civil brasileira que apresentaram suas contribuições ao documento brasileiro que será encaminhado às Nações Unidas com a posição brasileira para conferência. A reunião foi aberta pelo Ministro André Corrêa do Lago, que falou sobre a importância da Conferência Rio+20 para fortalecer o conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente no atual quadro de crise mundial. Explicou que a definição de prioridades para o documento brasileiro é muito importante, visto que as contribuições de todos os países serão "diluídas" em um só documento base em janeiro de 2012, a partir do qual os 193 países membros da ONU vão negociar os documentos finais da conferência. Os representantes dos Ministérios destacaram o trabalho de construção do documento brasileiro, que envolveu todos os representantes de Governo, do Parlamento e da Sociedade e a importância de estender o debate, no período anterior e posterior à conferência.

Em nome do CDES e das instituições da sociedade civil parceiras no Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, o conselheiro Jacy Afonso de Melo enumerou questões do documento brasileiro que necessitam de aperfeiçoamento, como a inclusão da promoção da equidade como questão central para romper o ciclo de desigualdades e alcançar o desenvolvimento sustentável.

### **Fórum Governamental de Responsabilidade Social**

**Data:** 20/10/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Esther Bemerguy (Secretária da SEDES); Deputado Joaquim Beltrão; Rogério Ventura Teixeira (Diretor-Geral da Câmara dos Deputados); Adriana Januzzi (Câmara dos Deputados); Daniella Hiche (Comunidade Bahá'i do Brasil).

O Fórum Governamental de Responsabilidade Social é coordenado em conjunto pelo Inmetro, pelo Conselho Superior de Justiça do Trabalho e pela Câmara dos Deputados. Criado em junho de 2010 tem como objetivo ser um espaço permanente de debates e proposições de questões e iniciativas relacionadas à Responsabilidade Social. A proposta do Fórum é ser um espaço de articulação para toda a esfera governamental, a fim de compartilhar experiências, visões e somar esforços no sentido de promover, facilitar e fortalecer a mobilização social e governamental para ações de responsabilidade social, apoiando e propondo ações voltadas para a consciência da cidadania, dos direitos humanos e para a proteção do meio ambiente. Durante a reunião houve apresentações da secretária do CDES, Esther Bemerguy; do deputado Joaquim Beltrão; do diretor-geral da Câmara dos Deputados, Rogério Ventura Teixeira; da servidora da Câmara, Adriana Padula Januzzi; e da representante da Comunidade Bahá'i do Brasil, Daniella Hiche.

Em nome do Conselho, Esther Bemerguy falou sobre a parceria do CDES com 72 entidades da sociedade civil, resultando no Acordo para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

## **Oficina Desenvolvimento Sustentável: Bahia na Conferência Rio+20**

**Data:** 21/10/2011

**Local:** Salvador/BA

A Oficina “Desenvolvimento Sustentável: Bahia na Conferência Rio+20” foi uma realização do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia (CODES) e é parte do processo de disseminação dos debates e dos resultados do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável articulado pelo CDES.

O documento, produzido com o objetivo de contribuir para a posição brasileira na Conferência, serviu como subsídio para os trabalhos na Oficina, integrando o CODES à articulação.

O evento se insere ainda no esforço do CDES de trabalhar em conjunto com conselhos similares nos estados e municípios, apoiando e fortalecendo iniciativas de diálogo social e de fortalecer as sinergias entre a perspectiva nacional e regional em torno de um projeto de desenvolvimento integrador e inclusivo.

## **Seminário Internacional - A Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido Africano**

**Data:** 24 a 25/10/2011

**Tema:** A promoção do desenvolvimento sustentável no semi-árido africano

**Local:** Niamei/Niger

**Delegação:** Esther Bemerguy (Secretária da SEDES).

O Seminário sobre Desertificação da África deu continuidade às conferências internacionais sobre Impactos da Variabilidade Climática e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas e como atividade de preparação para o Fórum Mundial da Água, em Marselha (França), e para a Conferência Rio +20, no Rio de Janeiro (Brasil), em 2012. O objetivo é produzir um documento africano que possa influir no debate sobre as terras secas, especificamente como preparação para Rio + 20.

A participação do CDES no Seminário sobre Desertificação da África se deu a convite do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma das instituições promotoras do evento. A Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Esther Bemerguy, participou da abertura do Seminário junto ao presidente do país Issoufou MAHAMADOU, que explicou que o seminário busca diálogo e cooperação para promover políticas inovadoras de combate à desertificação da África. Agradeceu o apoio do Governo brasileiro na organização e frisou o valor da potencial parceria com o país para intercâmbio de ideias e debates. Esther Bemerguy frisou a importância do Conselho brasileiro ao reunir diversos segmentos da sociedade com o objetivo de refletir, debater e, sobretudo, encontrar soluções de problemas que normalmente dividem as pessoas. Disse que a experiência de diálogo e concertação do CDES tem gerado resultados, como o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, firmado entre o Conselho e 72 instituições representativas da sociedade civil, entre as quais o CGEE. Entre os temas debatidos pelo CDES e que constam da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento - documento que mapeia desafios e estratégias para o Brasil no novo patamar de desenvolvimento -, Esther Bemerguy abordou questões como a agricultura familiar e ações de combate à fome e à pobreza no Brasil.

## **Encontro Brasileiro de Secretários de Meio Ambiente - Articulação Política pela Sustentabilidade**

**Data:** 25 a 26/10/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Clemente Ganz Lúcio, Humberto Mota e Paulo Simão.

No Encontro foram realizados cinco painéis para abordar temas relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, com a participação de ministros, deputados, senadores e palestras dos conselheiros do CDES. A abertura do segundo dia foi feita pelo deputado Giovani Cherini, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que ressaltou a importância do debate e das sugestões recebidas, subsídios para confecção do documento final, a Carta de Brasília. Os conselheiros Clemente Ganz Lúcio e Humberto Mota participaram do debate sobre a Conferência Rio+20 e a sustentabilidade das construções dos grandes eventos esportivos no Brasil. O último painel tratou da questão da sustentabilidade das construções nas grandes competições esportivas em quatro palestras que tiveram como destaque a necessidade da construção de um legado positivo.

### **Participação do CDES na 3ª Reunião da Comissão Nacional da Rio+20**

**Data:** 26/10/2011

**Tema:** Processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Angela Cotta Gomes (secretária-Adjunta da SEDES) e Adroaldo Quintela (Diretor de Políticas de Desenvolvimento).

Durante a reunião foi apresentado e debatido o Documento da Contribuição Brasileira à Rio+20. Na ocasião, os representantes do CDES tiveram a oportunidade de apresentar o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, documento feito em parceria com 72 instituições para contribuir com a Comissão Nacional Organizadora da Rio+20.

### **Participação do CDES em Audiência Pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas**

**Data:** 27/10/2011

**Tema:** Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio +20

**Local:** Brasília/DF

O CDES participou da Audiência Pública a convite do Senador Cristovam Buarque para debater o desafio da redução das desigualdades na direção da sustentabilidade e da justiça social. O Conselho foi representado pela Secretária do CDES, Esther Bemerguy que apresentou o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, construído coletivamente com 72 instituições e define desenvolvimento sustentável como o atendimento das necessidades sociais da geração presente e futura derivadas dos direitos fundamentais, sociais, econômicos e ambientais.

### **4ª Reunião da Equipe Técnica - Conferência Rio+20**

**Data:** 03/11/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** 1) Avaliar o primeiro momento da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20 visando extrair lições para os momentos subsequentes; 2) Analisar e deliberar coletivamente sobre as propostas de atividades conjuntas até fevereiro de 2012; e 3) Definir datas prováveis, organização, metodologia e formas de divulgação das atividades priorizadas para o período de novembro/2011 a fevereiro/2012.

**Participantes:** conselheiro Clemente Ganz Lúcio; Alexandra Reschke (Instituto Democracia e Sustentabilidade); Denise Kronemberger (IBGE), Eduardo Rombauer Van Den Bosch (Instituto Vitae Civilis), Francisco de Assis Costa (IPEA), Henrique Lian (Instituto Ethos), Marcelo Cunha Costa (Secretaria Geral - PR), Mary Dayse Kinzo (Consultora), Neilton Fidelis da Silva (UFRJ), Priscila Maria Wanderley Pereira (Confederação Nacional da Indústria - CNI), Sandra Silva Paulsen (IPEA), Saulo Rodrigues Filho (UnB) e Sheila Guebara (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS).

Durante a reunião, a Secretária do CDES, Esther Bemerguy, fez uma revisão do processo de construção do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável ressaltando que o próximo passo é pensar em maneiras de fortalecer articulação até a Rio+20. Destacou a importância da participação do Conselho nas reuniões da Comissão Nacional da Conferência Rio +20 para a discussão das minutas do documento brasileiro enviado a ONU, lembrando que o documento nacional incorporou partes do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, como temas Equidade, Novos Indicadores, entre outros. Foram citados eventos em que o CDES apresentou o Acordo: Conferência sobre Desertificação, realizada em Níger (África); Fórum Governamental de Responsabilidade Social; Encontro Brasileiro de Secretários de Meio Ambiente – Articulação Política pela Sustentabilidade. Depois da apresentação, os demais participantes opinaram sobre o processo de construção do Acordo e apresentaram sugestões sobre a programação do Seminário Nacional, que terá por objetivo programar os tópicos do Acordo que precisam ser mais debatidos.

### **Participação do CDES na 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Data:** 08/11/2011

**Tema:** Desenvolvimento Sustentável e a Rio+20

**Local:** Salvador/BA

**Participante:** conselheira Nair Goulart e Adroaldo Quintela (SEDES).

A conselheira Nair Goulart representou o CDES no evento e fez uma apresentação sobre o processo de elaboração e os principais pontos do Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável, uma parceria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e

Social com 73 instituições brasileiras. Nair Goulart falou também sobre a importância da agricultura familiar para as políticas de segurança alimentar. Por fim, lembrou que a Rio+20 é uma oportunidade para renovar o entendimento global em torno de objetivos e estratégias para acelerar os esforços internacionais de combate à desertificação, a degradação da terra e os efeitos da seca sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

### **Participação do CDES no Seminário Rio+20, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: A perspectiva do Movimento Sindical das Américas**

**Data:** 10 a 11/11/2011

**Tema:** Desenvolvimento Sustentável e Rio+20

**Local:** São Paulo/SP

**Participante:** conselheiro Clemente Ganz Lúcio.

O evento foi realizado pela Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), com apoio da Central Única dos Trabalhadores e da Fundação Friedrich Ebert no Brasil (FES).

O objetivo foi levantar contribuições para o processo de debate e definição da estratégia sindical sobre o tema do desenvolvimento sustentável, tendo em vista o processo e os desafios da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20, sob a ótica do mundo do trabalho. O conselheiro Clemente Ganz Lúcio representou o CDES no evento falando sobre o processo de articulação interinstitucional liderado pelo Conselho que culminou no Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável e as principais recomendações elencadas no documento.

### **Participação do CDES no Seminário Economia Verde Inclusiva**

**Data:** 16/11/2011

**Tema:** Desenvolvimento sustentável - Rio +20

**Local:** Recife/PE

**Participante:** conselheiro Bruno Ribeiro.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi representado pelo conselheiro Bruno Ribeiro, que apresentou os principais pontos do Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável, documento resultante de uma parceria do CDES com 73 instituições que debateram os principais pontos a serem incluídos como contribuição brasileira na Rio+20.

### **Seminário Propostas para a Rio+20 temas para aprofundamento do diálogo social**

**Data:** 22/11/2011

**Tema:** Desenvolvimento sustentável - Conferência Rio+20

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** 13 conselheiros e 129 convidados.

A abertura do Seminário foi realizada pelo Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e pelo Conselheiro Clemente Ganz Lúcio também Coordenador do Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável.

O conselheiro Clemente Ganz Lúcio abordou o processo de debates que resultou no documento Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável elaborado em dois meses de intenso trabalho e com resultados satisfatórios. Defendeu a importância das agendas nacionais refletirem concretude e definirem metas e sistemas de monitoramento do desenvolvimento sustentável. Quanto à governança multilateral, torna-se imprescindível seu fortalecimento, inclusive com financiamento desta agenda.

O Ministro Moreira Franco destacou que o documento trouxe surpresa e boa receptividade do Comitê Econômico e Social Europeu – CESE que, de imediato, aceitou incorporá-lo na Declaração Final da 5ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – União Europeia. Para o Ministro, o momento agora é de aprofundá-lo para que se obtenham condições de definir metas e compromissos com a redução das desigualdades.

O Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, parabenizou o trabalho da Comissão Nacional pelo documento brasileiro elaborado com a participação ampla da sociedade civil. Mencionou três importantes dimensões da Conferência Rio+20 que devem ser alcançadas: 1) o documento resultante de negociações da Conferência deve ter

importância marcante; 2) é imprescindível que se possa reeditar o sucesso da Conferência Rio-92; 3) é importante garantir a presença marcante de Chefes de Estado e possibilitar a forte participação da sociedade civil.

O Professor Luiz Pinguelli Rosa, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas da Presidência da República (FBMC/PR), lembrou que o Brasil levou metas para a Convenção sobre Mudança Climática, demonstrando liderança no compromisso de redução de emissões de gases de efeito estufa. Na sua avaliação, o Brasil deve novamente liderar a Conferência Rio+20 uma vez que a questão climática está intimamente ligada ao desenvolvimento sustentável.

A coordenação do Painel 1 - "Perspectivas - visão dos poderes da República" foi feita por Márcia Muchagata, representando o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Cláudia Borba Maciel, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), integrante da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional Preparatória para a Rio+20, ressaltou que quanto ao documento preparatório apresentado à ONU em 1º de novembro, foram feitos todos os esforços para compatibilizar os subsídios de consultas públicas e aqueles provenientes da participação da sociedade civil e de setores do governo.

O Senador e Professor Cristovam Buarque, colocou como fatores fundamentais de sucesso da Rio+20: 1) haver representatividade, com a presença de grande número de Chefes de Estado; 2) preocupação quanto à retórica do documento; e 3) documento do governo brasileiro deve trazer novo olhar sobre o futuro.

A coordenação da Mesa "Perspectivas: a visão da Sociedade Civil" ficou a cargo de Samyra Crespo, integrante da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Rio+20 e Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. O Presidente do Instituto ETHOS, Jorge Numa Abrahão, ressaltou que a contribuição do instituto ao Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável, teve como base o conteúdo da "Plataforma por uma Economia Incluyente, Verde e Responsável".

Mônica Messemberg, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) falou sobre a importância da mudança de paradigma no setor industrial, da sustentabilidade que se constitui em conceito a ser implementado, na busca de alinhamento da CNI com todos os setores industriais e, para isto, enfatiza ser de grande relevância os debates na Rio+20.

Marina Grossi, Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), afirmou que as empresas, na verdade, consideram a sustentabilidade como estratégia de negócios. Falou da importância de sem trabalhar a questão dos resíduos sólidos e da efetividade das ações de desenvolvimento sustentável.

Fátima Mello, representante do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, disse que em 2012 o compartilhamento de experiências que têm por base modelos alternativos de economia vai ser foco e se repetir.

Rubens Born, representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), lembrou que critérios de eficiência ambiental estão inclusos na Constituição Brasileira de 1988.

O conselheiro Artur Henrique, afirmou que a discussão sobre desenvolvimento sustentável tem que focar, necessariamente, três dimensões: social, ambiental e econômica. Na opinião dele, a agenda da Rio+20 não pode ignorar a crise econômica que vem abalando os mercados da Europa e Estados Unidos.

#### **Participação do CDES 10º Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social/FGRS - Conferência Rio +20**

**Data:** 07/12/2011

**Local:** Brasília/DF

A conselheira Nair Goulart participou do encontro representando o CDES da 10ª Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social.

#### **Evento Diálogos Sociais Rumo a Rio +20 - CDES na 14ª Conferência Nacional de Saúde**

**Data:** 01/12/11

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiro Clemente Ganz Lúcio e Rosa Maria Nader (SEDES).

O Conselheiro Clemente Ganz Lúcio apresentou o Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável no Diálogo Temático Os Determinantes Sociais, a intersetorialidade e a transversalidade do direito humano à saúde.

**Evento Diálogos Sociais Rumo a Rio +20 - CDES na 8ª Conferência Nacional Assistência Social - Conferência Rio +20****Data:** 08/12/2011**Local:** Brasília/DF**Participantes:** Clóvis Scherer (DIEESE) e Rosa Maria Nader (SEDES).

A Conferência debateu a situação atual da assistência social e propôs novas diretrizes que serão encaminhadas ao Ministério do Desenvolvimento Social. Clóvis Scherer, integrante da equipe técnica de articulação interinstitucional para o Acordo sobre Desenvolvimento Sustentável, representou o CDES no evento.

**Evento Diálogos Sociais Rumo a Rio +20 - CDES na 2ª Conferência Nacional de Juventude****Data:** 10/12/2011**Local:** Brasília/DF**Participantes:** Eduardo Rombauer Van Den Bosch (CONJUVE) e Patrícia Pego (SEDES).

O evento ocorreu de 9 a 12 de dezembro e teve três temas principais: Juventude - Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Plano Nacional de Juventude: prioridades 2011-2015; e Articulação e Integração das Políticas Públicas de Juventude. Eduardo Rombauer Van Den Bosch, integrante da equipe técnica da articulação interinstitucional do Acordo sobre Desenvolvimento sustentável, representou o CDES na Conferência.

**Evento Diálogos Sociais Rumo a Rio +20 - CDES na 2ª Conferência LGTB - Conferência Rio +20****Data:** 15/12/2011**Local:** Brasília/DF**Participantes:** conselheira Lúcia Stumpf, Adroaldo Quintela e Daniele Cristiana de Souza (SEDES).

A 2ª Conferência Nacional LGBT teve como objetivo avaliar os avanços e retrocessos e deliberar a respeito do futuro das políticas de enfrentamento a discriminação e as homofobias e de efetivação dos direitos de cidadãos e cidadãs brasileiros/as com respeito à orientação sexual e identidade de gênero. A conselheira Lúcia Stumpf participou do evento como representante do CDES.

**Participação do CDES na Frente Parlamentar Ambientalista****Data:** 16/12/2011**Tema:** Desenvolvimento Sustentável**Local:** Recife/PE

O conselheiro Bruno Ribeiro representou o CDES na atividade, onde apresentou o Acordo pelo Desenvolvimento Sustentável.

**Participação do CDES 2ª na Intersessional – Rio+20 - Vitae Civilis****Data:** 21/12/2011**Horário:** 09h30 às 13h**Tema:** Conferência Rio +20**Local:** São Paulo/SP**Participante:** Adroaldo Quintela (Diretor de Políticas de Desenvolvimento da SEDES).

A reunião reuniu um grupo de pessoas já ativas em organizações/processos ligados aos preparativos da Rio+20. No encontro foram tratados os seguintes pontos: 1) Status do processo Rio+20 na ONU e no Governo Brasileiro; 2) Status dos processos paralelos/autônomos; 3) Compartilhamento de perspectivas e expectativas; 4) Possibilidades de cooperação, objetivos em comum, sinergias, oportunidades e riscos.

## **Outras Atividades**

### **Cerimônia de Transmissão de Cargo da Excelentíssima Senhora Presidente Eleita**

**Data:** 01/01/2011

**Local:** Brasília/DF

### **Evento Participação da SEDES na Abertura da Reunião de Planejamento Estratégico do CDES/RS**

**Data:** 21/01/2011

**Local:** Porto Alegre/RS

**Participantes:** conselheiros Paulo Vellinho; *SEDES* - Esther Bemerguy e Ronaldo Kufner e *CDES/RS* - Marcelo Danéris.

O CDES foi convidado a participar da abertura da Reunião de Planejamento Estratégico do CDES/RS para compartilhar sua experiência, apresentando a dinâmica de funcionamento, desde sua implementação em 2003. A secretária da SEDES, Esther Bemerguy, falou sobre a implantação do CDES nacional e os principais desafios enfrentados no processo de consolidação do Conselho. O secretário executivo do CDES/RS, Marcelo Danéris, declarou que a experiência do CDES é inspiradora e mostrou um caminho construtivo –“de participação, de diálogo, de avanço” - numa combinação positiva da pluralidade social para construção de uma ampla e decisiva Agenda do desenvolvimento do país.

### **Reunião da SEDES com a Assessoria da Presidência da Câmara dos Deputados**

**Data:** 28/02/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** interesse da presidência da Câmara em estabelecer diálogo entre o CDES e o Congresso a partir dos documentos estratégicos formulados pelo Conselho, com destaque para a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento - ANC, com o objetivo de buscar acordo na Casa, principalmente em torno de agendas importantes da Câmara e do Senado.

O assessor Gilmar Pastore solicitou espaço no CDES para o debate com as Comissões da Reforma Política e Tributária, o que foi aceito prontamente.

**Participantes:** Esther Bemerguy; Ana Lúcia Starling.

### **Reunião com a Secretaria Executiva do Fórum Interconselhos**

**Data:** 14/03/2011

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** definição da forma e do conteúdo de participação do CDES no Fórum Interconselhos. O tema escolhido foi Desenvolvimento Sustentável.

**Participantes:** Esther Bemerguy; Angela Gomes.

### **I Encontro Governo-Sociedade Civil sobre o G-20**

**Data:** 05/05/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** Maria Luiza Falcão Silva (Diretora Internacional da SEDES).

O I Encontro Governo-Sociedade Civil sobre o G-20 foi coordenado pela Secretaria- Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Articulação Social e Assessoria Internacional, em parceria com os Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores.

O evento teve como objetivo promover o diálogo entre o Governo e as organizações sociais sobre os principais temas da agenda do G-20, de forma a contribuir com a formulação das posições brasileiras no âmbito das discussões oficiais do fórum.

### **Encontro Sociedade Civil Brasileira com Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon**

**Data:** 16/06/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros João Bosco Borba e Paulo Safady Simão.

Encontro do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e do secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon, com representantes da sociedade civil brasileira e conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) para debater o fortalecimento da participação social na implementação de políticas públicas. O conselheiro Paulo Simão apresentou o trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ressaltando seu papel na construção de diretrizes para o desenvolvimento do Brasil, como na elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento, além de outras contribuições específicas para políticas públicas.

### **Cerimônia de lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida 2**

**Data:** 16/06/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Alberto Broch, Antonio Carlos Valente, Artur Henrique, Cláudio Elias Conz, José Vicente, Nelson José Côrtes da Silveira, Paulo Simão, Paulo Tigre, Robson Braga de Andrade, Rodrigo Loures, Sergio Reze.

O conselheiro Paulo Simão, representando o CDES, fez uma pequena fala durante o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida. Ele lembrou que também fez parte do lançamento da primeira fase do programa, que ocorreu em meio a dúvidas e críticas. Para o conselheiro, o Governo soube encontrar, a um só tempo, um caminho para equacionar o grave déficit habitacional brasileiro e um conjunto de medidas anticíclicas para enfrentar a crise financeira que o mundo vivia na época do lançamento do programa. Para Paulo Simão, o Minha Casa, Minha Vida é um marco na história dos programas sociais brasileiros.

O conselheiro lembrou que o projeto alcançou sua meta três meses antes do prazo, com mais de um milhão de unidades contratadas, impactando a cadeia produtiva da construção, incentivando a formalização da construção civil, gerando um número recorde de empregos e atendendo a um grupo da população brasileira com moradias rigorosamente dentro dos mais modernos conceitos de moradia cidadã. Em relação à segunda fase do programa, Paulo Simão destacou a preocupação com a acessibilidade, que trará mais conforto e dignidade aos eventuais usuários com necessidades especiais.

### **Reunião com o Gabinete Digital do Governo do Estado de Rio Grande do Sul**

**Data:** 28/06/2011

**Local:** Porto Alegre/RS

**Participantes:** Vinicius Wu (chefe de gabinete do Governador Tarso Genro), Ronaldo Kűfner (Diretor de Gestão da SEDES), Ana Lúcia Starling (Diretora de Tecnologia de Diálogo da SEDES) e Maria Luiza Falcão (Diretora Internacional da SEDES).

O objetivo da reunião é o CDES tomar conhecimento sobre como funciona o Gabinete Digital. Vinicius Wu, Chefe de Gabinete, esclarece que o Gabinete Digital é uma ferramenta de consulta popular e de governança democrática do governo, incentivando a participação popular e cidadã. É também um instrumento de estímulo à participação digital que possibilita a introdução de temas da Agenda de Governo e garante efetividade na participação cidadã.

### **Colóquio Diálogo Institucional entre o TCU e o CDES**

**Data:** 18/10/2011

**Tema:** Processos Públicos de Governança

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Antoninho Trevisan, José Carlos Cosenzo, Murillo de Aragão; e convidados Ministro Alexandre Sampaio Ferraz (TCU); Aroldo Cedraz de Oliveira; James Sheppard (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE); János Bertók; Marcelo Barros Gomes; Maria de Fátima Elias da Silva; Mauro Moreira Barbosa; Paulo Roberto Chuery; Virginia de Ângelis Oliveira de Paula.

O evento faz parte da parceria que o Conselho estabeleceu com o Tribunal de Contas da União e teve como objetivo estabelecer intercâmbio de informações entre o Conselho e o TCU para contribuir com o processo de governança e *accountability* públicos, considerando o Relatório e Parecer Prévio sobre Contas do Governo e a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento. O conselheiro José Carlos Cosenzo apresentou os desafios e estratégias para o Brasil mapeados na Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento e falou sobre instrumentos de diálogo social - como o Observatório da Equidade e Grupos de Trabalho - e as parcerias e articulações nacionais e internacionais do CDES.

Para o Ministro Aroldo Cedraz, do TCU, um importante e atual legado do Tribunal é o trabalho em conjunto com a sociedade e a busca pela valorização do cidadão durante o processo de análise das contas do Governo Federal em 2010. De acordo com o

ministro do TCU, a ideia é divulgar amplamente os dados da análise para fazer com que as informações alcancem a sociedade.

Estiveram presentes à reunião para conhecer o trabalho do Conselho James Sheppard e Jannós Bertok da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que conduzirá estudo comparativo com os dados do TCU. O conselheiro Murillo de Aragão enfatizou a importância da conscientização da sociedade, do retorno de benefícios para os cidadãos, da melhoria da eficiência.

### **Reunião com a Associação pela Paz e Desarmamento do Povo Chinês (APDPC)**

**Data:** 21/11/2011

**Tema:** Intensificação das relações amistosas existentes das ONGs entre a China e o Brasil

**Local:** São Paulo/SP

**Participante:** conselheiro José Antônio Moroni.

A reunião foi organizada pela Embaixada da China no Brasil e foi parte da programação da visita ao Brasil de uma delegação da Associação pela Paz e Desarmamento do Povo Chinês (APDPC). O encontro se insere na pauta do CDES em virtude do diálogo em curso com a sociedade civil da China, por meio de cooperação com o Conselho Econômico e Social Chinês.

Na abertura, o chefe da delegação da China ressaltou que os dois países vivem forte processo de desenvolvimento são muitas as oportunidades de cooperação. Os representantes brasileiros apresentaram suas experiências, tendo como questões orientadoras a situação geral das ONGs brasileiras e as oportunidades e propostas concretas para intercâmbio com a China. O conselheiro Moroni falou sobre o processo de redemocratização brasileiro e a Constituição de 1988 que alicerça um amplo processo de participação da sociedade no Estado e um dos instrumentos deste processo são os conselhos de políticas públicas. Explicou ainda que o CDES rompe uma tendência de que apenas as questões sociais sejam objeto de participação, uma vez que o debate do desenvolvimento envolve as dimensões social, econômica e ambiental. Informou sobre a cooperação existente entre o CDES e seu congênere Chinês, tanto no âmbito da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais (AICESIS), quanto na Mesa Redonda das Sociedades Civas dos BRICS. Por fim, falou sobre a importância das ONGs para a conquista dos direitos sociais e políticos.

Uma representante da Associação pela Paz e Desarmamento do Povo Chinês (APDPC) apresentou a situação das ONGs na China e o trabalho da associação.

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Rio+20 – foi considerada uma oportunidade para articulação da sociedade civil e para gerar impactos sobre as decisões multilaterais. Foi proposta que sejam estudadas possibilidades de realização de eventos/atividades envolvendo ONGs brasileiras e chinesas no âmbito da Rio+20.

### **Participação do CDES na Cerimônia de Implantação do CDES/DF**

**Data:** 23/11/2011

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Jacy Afonso de Melo e Murillo de Aragão e pela Secretária-adjunta da SEDES, Ângela Cotta, e pelo Diretor de Gestão, Ronaldo Küfner.

### **Colóquio As Novas Vertentes do Controle Externo**

**Data:** 06/12/2011

**Tema:** Diálogo Institucional CDES e TCU

**Local:** Brasília/DF

**Participantes:** conselheiros Antoninho Trevisan, Bruno Ribeiro, Cláudio Conz, Jorge Nazareno Rodrigues, José Carlos Cosenzo, José Vicente, Manoel da Cunha, Maurílio Biagi Filho, Murillo de Aragão, Nair Goulart, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Paulo Godoy, Paulo Simão, Paulo Vellinho e Vicente Mattos.

O Colóquio fez parte da parceria estratégica entre o CDES e o TCU. Na abertura do evento, Moreira Franco, Secretário-Executivo do CDES, falou sobre a construção do sistema de controle de contas brasileiro e sua importância para aumentar a transparência das práticas administrativas e melhorar a qualidade da gestão. Lembrou que o assunto é debatido no Conselho há alguns anos, com a produção do Parecer sobre Investimentos, que reúne sugestões para melhoria das práticas públicas. O

também indicou a necessidade de pensar um sistema autônomo de avaliação, à parte dos órgãos que formulam e executam as políticas públicas.

Em uma apresentação detalhada sobre o funcionamento do tribunal, Benjamin Zymler, presidente do TCU, mostrou que atualmente o trabalho é orientado pela ideia do controle preventivo. O controle da gestão e a preocupação com os resultados das políticas públicas têm sido características marcantes do TCU desde a Constituição de 88. Destacou que a análise de contas deve ser autônoma, com isenção técnica e jurídica, não podendo depender do Parlamento. Entre as inovações implementadas pelo tribunal, destacou a maior interação com a sociedade, com iniciativas de grupos de estudo com empresários e cursos para gestores. Como resultados, disse que o processo de monitoramento e avaliação indica a adesão a 70% de suas recomendações. Além disso, atualmente, o processo é mais democrático, respeita o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. O controle efetuado pelo tribunal na realização das obras públicas já mostra a economia de mais de R\$ 5 bilhões nos últimos dois anos.

O conselheiro Paulo Godoy, coordenador da reunião, lembrou que a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento e o Parecer sobre Investimentos indicam a necessidade de se investir mais em infraestrutura econômica e social e é preciso dar mais agilidade ao processo com segurança jurídica. A conselheira Nair Goulart ressaltou que a Lei nº 8.666/93 deve ser modernizada. Destacou que os trabalhadores são indutores do desenvolvimento e trouxe para o debate a preocupação de que a licitação pelo critério de menor preço pode esconder problemas para a classe trabalhadora, na medida em que não são respeitadas as condições de trabalho digno e decente. Para o conselheiro Paulo Simão, a questão crucial está em aprimorar o diálogo entre os diferentes setores da sociedade e as instituições de fiscalização. Bruno Ribeiro, conselheiro do CDES, acredita que é importante aperfeiçoar a Lei nº 8.666/93 e, sobretudo, definir marcos regulatórios claros e adequados para as organizações não governamentais que prestam bons serviços para o governo e para a sociedade.

### **1ª Reunião Preparatória para o Colóquio Desenvolvimento Sustentável**

**Data:** 13/12/2011

**Local:** Brasília/DF

O diretor da FAO, José Graziano, participou da reunião com a Secretaria do CDES e com representantes do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do CG Fome do Ministério das Relações Exteriores. O objetivo do encontro foi definir o escopo do Colóquio sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que será realizado em 24 de janeiro em Porto Alegre. O evento busca evidenciar o papel fundamental da sociedade civil para sucesso das políticas brasileiras e internacionais de SAN.

## Anexos

- MOÇÃO EM FAVOR DA CANDIDATURA BRASILEIRA PARA DIRETORIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO
- PARECER SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÕES À LEI Nº 4.771/1965, CONHECIDA COMO CÓDIGO FLORESTAL
- PARECER SOBRE OS GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS: COPA DO MUNDO E JOGOS OLÍMPICOS
- RELATÓRIO: O CDES e o PPA 2012-2015
- DECLARAÇÃO FINAL DA 4ª REUNIÃO DA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL UE-BRASIL
- DECLARAÇÃO FINAL DA 5.ª REUNIÃO DA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL UE-BRASIL
- DECLARAÇÃO FINAL DA TERCEIRA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL BRASIL-RÚSSIA: « *Impactos Econômicos e Sociais em países com abundância de recursos naturais* »

**MOÇÃO EM FAVOR DA CANDIDATURA BRASILEIRA PARA DIRETORIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO**

*Brasília, abril de 2011.*

Os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República debateram com o professor e ex-ministro José Graziano da Silva as razões para sua indicação, pelo Estado brasileiro, para concorrer ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas – FAO, cujo programa está fundamentado nos seguintes pontos:

1. Promover a segurança alimentar e nutricional universal, apoiando o desenho e implementação de estratégias nacionais e trabalhando para o reconhecimento de que o desafio da fome somente poderá ser superado por meio de esforços conjuntos;
2. Lutar pela erradicação da fome de forma ampla, da produção ao acesso; dos direitos à sua realização; da emergência ao desenvolvimento; do crédito à renda; de incentivos às redes de segurança socioeconômica; da oferta à demanda; da sustentabilidade ao crescimento; aprendendo com as experiências e soluções nacionais e regionais bem sucedidas e avaliando sua adaptabilidade aos contextos locais, nacionais e regionais;
3. Priorizar a agricultura familiar, considerando seu potencial produtivo e a contribuição que pode aportar à erradicação da fome e à sustentabilidade ambiental;
4. Garantir processos participativos e inclusivos de formulação e gestão da FAO.

Considerando que o sucesso da agricultura brasileira e os resultados positivos da política de segurança alimentar e combate à fome no Brasil, somados à formação acadêmica e experiência prática do professor José Graziano da Silva (inclusive no cargo de Representante Regional da FAO para América Latina e de Subdiretor Geral da FAO), propiciam elevada legitimidade para a disputa pelo cargo de dirigente máximo da FAO, os conselheiros e conselheiras decidiram.

1. Apoiar a candidatura de José Graziano da Silva para o cargo de Diretor Geral da FAO.
2. Fazer gestões junto aos conselhos econômicos e sociais e entidades similares em todos os continentes para divulgar a candidatura brasileira, ora reforçada pela recente decisão do governo brasileiro em priorizar a Erradicação da Extrema Pobreza e cumprir a principal meta dos Objetivos do Milênio – ODM, ou seja: Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome.
3. Divulgar a candidatura no site do CDES, na mídia tradicional e nas redes sociais.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÕES À LEI Nº 4.771/1965, CONHECIDA COMO CÓDIGO FLORESTAL**

*Brasília, 04 de abril 2011.*

Os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República debateram com a Ministra do Meio Ambiente Izabella Vieira Teixeira; o Ministro do Desenvolvimento Agrário Afonso Bandeira Florencem e o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Wagner Rossi a atualização do Código Florestal (Lei nº 4.771/65), no âmbito da agenda de desenvolvimento centrada na sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Considerando que são necessárias alterações na lei de 1965, bem como garantir organicidade às modificações na legislação que vem sendo feitas ao longo do tempo, o CDES aponta como consensos:

- adequação às características dos diferentes biomas existentes no Brasil (floresta amazônica, mata atlântica, cerrado, semi-árido, caatinga, pantanal, pampa). Assim, os módulos rurais podem se tornar referência prática para efetivar adequadamente as prescrições do Código;
- respeito às diferentes formas de agricultura, desde a grande produção até a agricultura familiar, inclusive a silvicultura;
- garantia de que as Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e as Reservas Legais cumpram as reais funções de sustentabilidade ambiental, contribuindo para a qualidade de vida nas cidades, no campo e nas florestas, e para proteção da biodiversidade;
- respeito à lei vigente no tempo.

Existe uma profunda disposição para o entendimento – tanto no governo quanto entre as representações sociais presentes no CDES – baseada na premissa que para a sustentabilidade do desenvolvimento são indissociáveis as dimensões ambiental, econômica e social. Os conselheiros ressaltam a disposição para o diálogo e consenso demonstrada pelos Ministros, que é fundamental para uma visão sistêmica dos diferentes aspectos envolvidos. Apela para que o acordo construído pelo governo seja considerado pelo Congresso Nacional de forma, inclusive, a manter sinergia e coerência entre as políticas públicas estratégicas já aprovadas, como o Plano Nacional sobre a Mudança do Clima.

O CDES apela também ao Congresso Nacional e ao Governo que durante a tramitação do PL nº 1.876/99 sejam criadas regras de transição que protejam os produtores rurais. De maneira especial, o Conselho apóia a implementação da Câmara de Negociações na Câmara dos Deputados e se dispõe a colaborar neste diálogo.

Finalmente, Conselheiros e Conselheiras ressaltam o necessário esforço institucional a ser empreendido a partir da nova regulamentação. É preciso garantir clareza nas atribuições e condições para o pleno cumprimento das responsabilidades da União, Estados e Municípios; dos ministérios e dos órgãos ambientais. O CDES também está disposto a contribuir neste sentido.

## **PARECER SOBRE OS GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS: COPA DO MUNDO E JOGOS OLÍMPICOS**

Brasília, 1º de março de 2011.

Cumprindo sua atribuição de assessoramento à Presidência da República sobre questões fundamentais para o desenvolvimento brasileiro, o CDES vem debatendo o desafio da realização dos grandes eventos esportivos - Copa do Mundo e Jogos Olímpicos -, desde novembro de 2010. O objetivo principal é mobilizar a sociedade e apoiar o governo brasileiro na implementação de ações que assegurem o sucesso desses eventos de classe mundial e a construção de legados socioeconômicos e ambientais, que beneficiem a sociedade brasileira, especialmente a juventude, fixando o esporte como valor social e cultural.

Os Conselheiros e Conselheiras do CDES dialogaram com dirigentes do governo e especialistas em diferentes ocasiões e, a partir das informações e dos consensos obtidos, apresentam a Vossa Excelência as seguintes recomendações, visando à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e das Olimpíadas de 2016 em um padrão de qualidade condizente com as posições de liderança do Brasil no cenário internacional:

1. Desenvolver e implementar estratégia de comunicação que informe a sociedade e a opinião pública brasileira sobre a real capacidade do poder público e do setor privado em operacionalizar esses eventos, cumprindo os prazos e os compromissos com a FIFA e com o Comitê Olímpico Internacional. Essa estratégia visa criar expectativa e confiança que mobilize a sociedade brasileira para contribuir para o sucesso da realização da Copa e das Olimpíadas.
2. Aperfeiçoar a governança dos empreendimentos e investimentos públicos, mediante o fortalecimento da coordenação interministerial e da interação entre o Governo Federal e estados e municípios, de modo a assegurar os seguintes requisitos: (a) alcance dos objetivos estratégicos traçados para os eventos focado no cumprimento de cronogramas, na disponibilização tempestiva e na operacionalidade das instalações esportivas e das facilidades urbanas; (b) conformidade das ações às normas governamentais brasileiras e às exigências das organizações esportivas supervisoras dos eventos; (c) gestão eficiente baseada no planejamento, na previsão e na redução de custos; e (d) garantia da transparência, baseada na comunicação clara, íntegra e tempestiva dos resultados alcançados, incluindo a divulgação ampla dos empréstimos com recursos públicos, mediante sistemas de informação transparentes para o cidadão.
3. Reconhecendo que a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO) e do Consórcio Público Interfederativo (CPI) contribui para a governança dos Jogos Olímpicos, o CDES ressalta que: a) é necessário estender as atribuições da APO para a Copa do Mundo, e b) o sucesso desse empreendimento também requer a pactuação de regime diferenciado de licitação e de contratos e procedimentos ágeis para licenciamento de obras e instalações.
4. Criar condições para ampliar a captação de turistas estrangeiros durante e após os grandes eventos esportivos, por meio de um programa unificado de divulgação externa do Brasil e de medidas tais como facilitar as exigências, condições e formalidades para o ingresso, saída e permanência de turistas no País, e aprimorar substantivamente a sinalização turística de caráter informativo e educativo, observados os indicadores de sinalização turística utilizados pela Organização Internacional do Turismo<sup>1</sup>.
5. Não obstante o papel exercido pelos órgãos de controle internos e externos e pelo Ministério Público nas fiscalizações, o CDES alerta para a adoção de ações que limitam a discricionariedade decisória dos gestores da União, estados e municípios sobre os investimentos públicos. De maneira mais ampla, o Conselho vem apontando para a necessidade de aprimoramento do padrão de governança dos investimentos públicos, para que a execução e o controle ocorram com segurança jurídica e transparência, e na velocidade requerida pelo processo de desenvolvimento do País. Os Conselheiros e Conselheiras estão dispostos a contribuir nesse diálogo<sup>2</sup>.
6. Estimular a participação de organismos e entidades da sociedade civil organizada, que possam auxiliar no processo de promoção e acompanhamento dos grandes eventos esportivos.

Adicionalmente, algumas sugestões de caráter mais específico:

- Melhorar e acelerar os projetos de qualificação e requalificação dos trabalhadores necessários à realização dos grandes eventos esportivos;
- Promover negociações tripartites visando à realização de acordos coletivos de trabalho para as categorias profissionais envolvidas nas doze cidades-sede da Copa;
- Desenvolver projeto de promoção do País nos cinco continentes, explorando inteligentemente nosso potencial turístico, cultural, esportivo, social e ambiental antes, durante e após a realização dos grandes eventos esportivos;
- Avaliar a situação atual do legado físico dos Jogos Pan-americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, visando definir política de utilização e conservação dos equipamentos esportivos;
- Avaliar e divulgar a situação dos preparativos para a quinta edição dos Jogos Mundiais Militares, que reunirá, este ano, no Rio de Janeiro, cerca de 10 mil atletas militares;
- Divulgar, permanentemente, o estágio das construções de arenas para a Copa de 2014 e o balanço de riscos dos atrasos nas obras com relação à Copa das Confederações em 2013, bem como dar prioridade absoluta ao tratamento das questões aeroportuárias e urbanísticas;

<sup>1</sup> Todas as ações de promoção de turismo voltadas para a Copa do Mundo e Olimpíada devem obedecer as diretrizes preconizadas pela Lei 11771/2008 (Lei Geral do Turismo).

<sup>2</sup> O CDES ratifica entendimento manifestado por meio de Parecer sobre Investimentos, aprovado na 32ª Reunião do Pleno em 09/12/2009.

- Explicitar a situação de programas e projetos de segurança pública para os períodos dos eventos;
- Criar incentivos ao patrocínio empresarial de atletas olímpicos e paraolímpicos, bem como implantar programas de desenvolvimento de atletas;
- Incentivar e apoiar a realização permanente de Olimpíadas de Estudantes e Trabalhadores.

Finalmente, os Conselheiros e Conselheiras expressam a Vossa Excelência o interesse do CDES em acompanhar as ações relacionadas à realização dos grandes eventos esportivos nas cidades-sede, em diálogo com governadores e prefeitos, potencializando a contribuição de setores representativos da sociedade brasileira para o sucesso da realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil.

## **APRESENTAÇÃO**

O processo de contribuição do CDES em torno do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 tem como base a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), que expressa o consenso atual entre conselheiros e conselheiras sobre o desenvolvimento brasileiro. A ANC foi considerada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) entre os insumos para as definições gerais do PPA - visão de futuro, valores e desafios.

O CDES participou do Fórum Interconselhos no qual foram apresentados os conceitos envolvidos na formulação do PPA 2012-2015 e sua estrutura, que busca focar nos resultados das políticas e facilitar o monitoramento e avaliação pela sociedade. No Fórum foram debatidos também os macros desafios articulados aos eixos de governo – desenvolvimento econômico, enfrentamento da pobreza extrema, infraestrutura e direitos da cidadania.

Além disto o Conselho preparou, reunindo seis Grupos de Trabalho em diálogo com o MPOG, um conjunto de contribuições sobre temas específicos sobre os quais vem trabalhando.

O produto deste esforço está aqui relatado, compreendendo recomendações gerais e propostas temáticas a serem aportadas ao processo de formulação do PPA, além de outras recomendações do Conselho sobre os temas tratados.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

O CDES ressalta a importância do PPA como instrumento de planejamento de médio prazo, sempre que orientado por uma visão de futuro. A formulação clara dos desafios a serem considerados e das metas a serem atingidas nos próximos quatro anos de forma a aproximar o País do futuro desejado é fundamental tanto para a ação de governo quanto para a sociedade.

### **São recomendações para o PPA 2012-2015:**

- Garantir que o conceito do desenvolvimento sustentável expresso na visão de futuro permeie efetivamente o planejamento e as ações de governo, conferindo aos aspectos econômicos, sociais e ambientais a mesma prioridade.
- Investir na gestão do Plano, no aperfeiçoamento dos processos e instrumentos, com ênfase na utilização de tecnologia da informação e comunicação, ganhando capacidade, portanto, de transformar intenções em realidade, para que o PPA atinja os seus objetivos.
- Implementar um amplo processo de monitoramento e a avaliação das ações e resultados, com ferramentas e metodologias adequadas e controle social forte e atuante. O diálogo entre governo e sociedade deve marcar o momento de elaboração e, de maneira especial, o acompanhamento e avaliação do Plano. É importante investir na comunicação e disponibilização de informações.
- Articular os programas e ações de governo visando atender às questões concretas do desenvolvimento e às realidades territoriais e promover as mudanças sociais necessárias. A integração é, portanto, instrumento e objetivo fundamental de um plano que possa contribuir para fazer avançar o desenvolvimento.
- Agregar o tema “Trabalho Decente e Inclusão Produtiva”, articulando programas temáticos voltados para inclusão produtiva e o trabalho decente – no campo; em torno da Copa do Mundo, das Olimpíadas e dos grandes investimentos; no marco do “Brasil sem Miséria”, entre outros – com forte conteúdo de qualificação profissional.

## **CONTRIBUIÇÕES TEMÁTICAS**

### ***Agricultura Sustentável***

A inclusão da agricultura como prioridade na Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) expressa o entendimento do CDES sobre a sua importância estratégica. Segundo o CDES, o atual setor agrícola deve avançar para uma agenda que tenha como eixo o desenvolvimento rural com base no tripé da sustentabilidade - econômica, social e ambiental.

### **Principais recomendações para o PPA 2012-2015:**

- Agregar o tema “Desenvolvimento Rural Sustentável”, articulando os programas temáticos voltados para os diversos sistemas produtivos rurais e tendo como eixo a qualidade de vida das populações do campo. Para todos os sistemas produtivos - grandes, médios e pequenos agricultores, agricultura familiar, pesca industrial e artesanal, extrativismo sustentável - é preciso combinar aspectos econômicos (como acesso a crédito, seguro, infraestrutura); sociais (trabalho decente, acesso aos serviços públicos como saúde e educação) e ambientais (preservação, racionalização do uso dos recursos naturais, práticas rurais sustentáveis).
- Promover acesso à tecnologia e inovação aos diversos sistemas produtivos – grandes, médios e pequenos agricultores, agricultura familiar, pesca e extrativismo sustentável. Aperfeiçoar os processos produtivos, de forma a agregar valor aos produtos agrícolas, incentivando a agroindustrialização também da agricultura familiar, dos empreendimentos de economia solidária e do associativismo rural dos pequenos agricultores.
- Aprimorar a Reforma Agrária em escala e qualidade suficientes para um processo virtuoso de melhoria da produção, inclusão social e geração de renda.

### **Outras recomendações do CDES para a agricultora sustentável:**

- Racionalizar o uso dos recursos hídricos, evitando desperdícios e contaminação por agrotóxicos. Incentivar o uso das tecnologias sustentáveis na produção agropecuária em geral. Incorporar práticas rurais sustentáveis aos modelos de agricultura e pecuária, destacando-se métodos agroecológicos, plantio direto, integração da lavoura, pecuária e florestas e recuperação de pastagens e áreas degradadas, incentivados por programas como Programa Agricultura de Baixo
- Carbono. Combater o desmatamento ilegal na Amazônia, no Cerrado e outros biomas sensíveis, a destruição de matas ciliares.
- Garantir o trabalho decente na produção rural, combatendo o uso de mão de obra em situação precária, o uso de produtos químicos sem proteção adequada para os trabalhadores, não só no local de produção, mas em toda a cadeia produtiva, desde a venda de insumos até o acesso ao crédito e ao circuito comercial.
- Desenvolver e fortalecer os mecanismos de apoio ao extrativismo sustentável, que é vetor de desenvolvimento local e de preservação ambiental.
- Incrementar o seguro privado para todas as formas de agricultura sustentável.

### **Infraestrutura para o desenvolvimento**

O CDES apontou a infraestrutura como gargalo para o desenvolvimento brasileiro e suas formulações contribuíram fortemente para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento o Conselho ressalta novamente o papel da infraestrutura para a qualidade de vida da população, para a competitividade da economia, para o desenvolvimento regional e para a integração nacional e com a América do Sul.

### **Principais recomendações para o PPA 2012-2015:**

- Elaborar um plano nacional de desenvolvimento urbano visando melhorar a qualidade de vida nas cidades.
- Expandir os investimentos em saneamento básico, articulado a oferta de terras urbanizadas, fundamentais para viabilizar os programas habitacionais. Fortalecer a articulação interfederativa, melhorar a capacidade técnica e gerencial das empresas de saneamento e prestadores de serviços, visando universalizar o acesso ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, ao manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas.
- Acelerar a construção, reforma, ampliação e modernização dos aeroportos, conforme previsto no PAC. Melhorar a frequência do tráfego aéreo e fortalecer a aviação regional, melhorar os equipamentos e a gestão do espaço aéreo. Definir os instrumentos para a integração do setor de aviação civil com o de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, em articulação com a política de desenvolvimento regional.
- Investir na qualificação profissional voltada para o conjunto dos investimentos em infraestrutura. Garantir que estes investimentos gerem empregos sob a égide do trabalho decente e impactos positivos para o desenvolvimento das regiões que os recebem.

### **Outras recomendações do CDES para a infraestrutura:**

- Aperfeiçoar a gestão dos investimentos públicos - os procedimentos e arquitetura institucional, a legislação e os instrumentos públicos e privados envolvidos, buscando garantir que a execução e o controle dos investimentos públicos ocorram com segurança jurídica e transparência e na velocidade requerida pelo processo de desenvolvimento do País.
- Assegurar que os investimentos em infraestrutura contribuam para a redução das desigualdades regionais. Os objetivos e metas de redução das desigualdades regionais devem preceder e orientar a alocação de recursos em investimentos em infraestrutura econômica e social.
- Integrar os órgãos e entidades do setor de logística de transporte para melhorar o planejamento e a execução de projetos com foco na intermodalidade.
- Redefinir e reestruturar a matriz de transporte de passageiros, principalmente nas grandes e médias cidades. Adotar programas de mobilidade urbana que favoreçam o transporte coletivo – preferencialmente movidos a biocombustíveis -, a expansão de ciclovias e o deslocamento a pé em estreita articulação com os projetos de desenvolvimento urbano. Priorizar o transporte de média ou longa distância, com trens de alta velocidade movidos a eletricidade, contribuindo para a economia de baixo carbono.
- Elaborar um plano diretor para o setor portuário e um plano de outorgas para a navegação marítima e de cabotagem. Ampliar a capacidade portuária para absorver a demanda pelo transporte de cargas por via marítima e fluvial.
- Regulamentar o direito de acesso em ferrovias e dutos, dando transparência e otimizando a utilização destas infraestruturas.
- Promover uma melhoria substantiva nos processos de gestão das águas no Brasil, com forte articulação e integração entre as três esferas de governo e ampla participação da sociedade civil, especialmente nos comitês de bacias.
- Construir infraestrutura com vistas à integração com a América do Sul. Ampliar os mecanismos de financiamento e expandir os projetos de integração na América do Sul, sobretudo nas áreas de transporte, energia e comunicações, visando melhorar as correntes de comércio e as condições de vida da população e contribuindo para o desenvolvimento regional.

### **Matriz Energética para o Desenvolvimento Sustentável**

Para o CDES a matriz energética brasileira deve ser tratada de maneira integrada, envolvendo a oferta e demanda das diversas fontes de energia e sob a ótica da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

### **Principais recomendações para o PPA 2012-2015:**

- Expandir as energias renováveis na matriz energética. Priorizar a realização de leilões para diversificação e ampliação da oferta de fontes de energias renováveis, de forma a incorporar progressivamente as energias eólicas, solares, de biomassa e de reciclagem de lixo. É importante que a matriz energética brasileira se mantenha a mais limpa do mundo, em linha com a construção do desenvolvimento sustentável.

- Investir em modelos energéticos descentralizados e promover investimentos em retrofitagem de usinas antigas visando aumentar a capacidade de geração. Promover investimentos nos sistemas de transmissão e distribuição para reduzir perdas e reduzir riscos de apagões temporários.
- Ampliar e melhorar as ações de eficiência energética. Expandir os objetivos e metas de eficiência energética no País, melhorar a capacidade de gestão e integração das agências envolvidas.

#### **Outras recomendações do CDES para a matriz energética:**

- Aperfeiçoar os estudos e projetos para expansão da oferta de energia hidrelétrica. As maiores disponibilidades de energia hidráulica no Brasil estão localizadas na Amazônia, o que requer a realização de estudos aprofundados e projetos de engenharia muito criteriosos, que levem em conta os riscos ambientais, antropológicos e sociais. Estes estudos devem ser acelerados e seus resultados amplamente debatidos na sociedade brasileira, para que ela possa fazer uma escolha adequada, avaliando os custos e benefícios de ampliar a oferta de energia hidrelétrica, em região sensível, para atender uma demanda crescente, ou investir em energia térmica movida a carvão e derivados de petróleo com elevados custos econômicos, sociais e ambientais.
- Aumentar a produção e exploração de petróleo e gás natural, com ênfase nas reservas da província petrolífera da camada do pré-sal, considerando os novos marcos regulatórios, o incentivo à formação de cadeia de fornecedores nacionais com competitividade internacional e adotando tecnologias que garantam a exploração, a produção e o refino da maneira mais sustentável possível, de modo que o Brasil possa liderar a produção global de hidrocarbonetos sustentáveis.

#### **Grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Olimpíadas de 2016**

O CDES debate, desde novembro de 2010, os desafios envolvidos na realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Olimpíadas de 2016, com o objetivo de mobilizar a sociedade e apoiar o governo brasileiro na implementação de ações que assegurem o sucesso destes grandes eventos.

#### **Principais recomendações para o PPA 2012-2015:**

- Garantir que os grandes investimentos envolvidos e o conjunto de obras gerem impactos positivos na qualidade de vida da população das cidades-sede e legados em termos de desenvolvimento - melhoria na infraestrutura aeroportuária, portuária, de telecomunicações e no sistema de transportes públicos de massa. É necessário, portanto, que as componentes ambiental e social sejam consideradas contrapartidas para a concessão de financiamentos com recursos públicos.
- Articular em torno da organização e realização da Copa e Olimpíadas ações de inclusão produtiva e apoio ao empreendedorismo, envolvendo micro e pequenos produtores, artesãos e extrativistas, em uma estratégia de inclusão produtiva que valorize a diversidade dos produtos brasileiros e se sustente para além dos grandes eventos.
- Aperfeiçoar a governança dos empreendimentos e investimentos, mediante o fortalecimento da coordenação interministerial e da interação entre o Governo Federal e estados e municípios, de modo a assegurar: (a) cumprimento de cronogramas, disponibilização tempestiva e operacionalidade das instalações esportivas e das facilidades urbanas; (b) conformidade das ações às normas governamentais brasileiras e às exigências das organizações esportivas supervisoras dos eventos; (c) gestão eficiente baseada no planejamento, na predição e na redução de custos; e (d) garantia da transparência para o cidadão, baseada na comunicação clara e disponibilização de informações sobre processos, recursos envolvidos e resultados.
- Investir na estratégia de comunicação e criar uma marca do Brasil para a Copa, visando gerar uma imagem positiva do País e mobilizando a população para fazer um evento de elevada qualidade.

#### **Outras recomendações do CDES para os grandes eventos esportivos:**

- Aperfeiçoar e acelerar os projetos de qualificação de trabalhadores e garantir que os princípios do trabalho decente sejam observados em todas as obras e iniciativas relacionadas aos eventos.
- O Conselho reconhece que a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO) e do Consórcio Público Interfederativo (CPI) contribuem para a governança dos Jogos Olímpicos. Ressalta a necessidade de estender as atribuições da APO para ações de organização e realização da Copa do Mundo.
- Criar condições para ampliar a atração de turistas estrangeiros durante e após os grandes eventos esportivos, por meio de um programa unificado de divulgação externa do Brasil e de medidas tais como facilitar as exigências, condições e formalidades para o ingresso, saída e permanência de turistas no País, e aprimorar substantivamente a sinalização turística de caráter informativo e educativo, observados os indicadores de sinalização turística utilizados pela Organização Internacional do Turismo.
- Criar oportunidades de acesso da população – em especial das periferias, grandes centros e cidades do interior – aos instrumentos de esporte como forma de lazer e em todo seu potencial de inserção no mercado de trabalho formal.
- Avaliar permanentemente os impactos sociais e ambientais das obras físicas para a Copa do Mundo. Agilizar os processos de indenização nos casos de desapropriação de imóveis com valores justos e processos transparentes.

#### **Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação para o Novo Ciclo de Desenvolvimento**

O CDES vem debatendo os desafios e estratégias para a formação de cidadãos para produzir, receber, organizar e aplicar conhecimentos e inovações e acessar as novas tecnologias de comunicação e produção em todos os âmbitos da vida: nas relações sociais, no trabalho, nas empresas, no meio rural. Os desafios para este objetivo abrangem todos os níveis de escolarização, formação científica para a pesquisa e desenvolvimento, e para o trabalho nas condições de produção características da sociedade do conhecimento.

A dimensão educacional é considerada eixo prioritário para a mobilização da sociedade brasileira visando criar uma cultura da inovação e do empreendedorismo técnico-científico, como chave para a construção de um país mais desenvolvido, mais justo e mais solidário, inserido

na sociedade do conhecimento. Tão importante quanto a educação para alcançar este objetivo é o investimento em ciência e tecnologia, como um dos fundamentos para a inovação.

#### **Principais recomendações para o PPA – qualificação profissional:**

- Avançar na organização sistêmica da política educacional na Federação em regime de Colaboração regulamentado; e entre os diferentes níveis educacionais, buscando qualidade pedagógica do ensino, infraestrutura educacional adequada, formação inicial e continuada e carreira atrativa aos trabalhadores em educação.
- Articular programas, projetos, órgãos do governo, instituições, redes sociais locais, setoriais e temáticas em uma estratégia integrada de Educação Profissional e Tecnológica, compreendendo formação técnica e tecnológica, qualificação profissional, educação continuada. A estratégia deve envolver perspectiva de médio e longo prazos, além de um esforço de qualificação de curto prazo, vinculada aos programas de inclusão social e aos gargalos existentes.
- Articular as oportunidades de emprego e as ofertas de qualificação profissional, em um sistema público de emprego e qualificação profissional.

#### **Principais recomendações para o PPA – Ciência, Tecnologia e Inovação:**

- Agregar o tema “Ciência, Tecnologia e Inovação” articulando programas temáticos da área. O CDES considera que a CT&I é prioritária para competitividade econômica, para vencer os desafios de uma sociedade mais justa e sustentável. O PPA deve expressar este papel estruturante do tema.
- Articular setores do governo e sociedade civil, por meio de amplo diálogo e trabalho integrado, no esforço de elevar significativamente o investimento público e privado em Ciência, Tecnologia e Inovação, levando em conta os aspectos de política econômica, de desenvolvimento produtivo, de educação e de ciência, tecnologia e inovação envolvidos. Neste esforço, aperfeiçoar a arquitetura e os procedimentos de financiamento para CT&I, e de gestão das universidades e instituições públicas de pesquisa.
- Ampliar o acesso das empresas nascentes, das micro e pequenas empresas e dos empreendimentos autogestionários às linhas de financiamento público para ciência, tecnologia e inovação, com assistência técnica especializada para pesquisa e desenvolvimento.

#### **Outras recomendações do CDES para Educação Profissional, Ciência, Tecnologia e Inovação:**

- Eliminar o analfabetismo, com mobilização de toda a sociedade.
- Integrar as políticas e as instituições gestoras envolvidas no processo de educação para a inovação, ciência e tecnologia, especialmente entre as políticas de educação e as de trabalho e emprego e de ciência e tecnologia.
- Fomentar pesquisa e desenvolvimento nos setores em que a sustentabilidade está ameaçada e nos setores nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Destacam-se a biotecnologia, nanotecnologia, biodiversidade e recursos naturais, agronegócio, energias renováveis, etanol de primeira, segunda e terceira geração, petróleo e gás, tecnologias da informação e comunicação, em especial a TV Digital, serviços e logística; alternativas de meios de transporte com menos impactos climáticos (veículos elétricos e híbridos); tecnologias de produção visando à redução do consumo de matérias-primas; tecnologias da construção visando à redução de consumo energético; biotratamento de esgotos e técnicas de saneamento.
- Fomentar a ciência, tecnologia e inovação em setores prioritários como saúde, educação e cultura.
- Aumentar a conectividade e massificar o acesso à internet por meio do Plano Nacional de Banda Larga.
- Mobilizar a sociedade brasileira visando criar uma cultura da inovação e do empreendedorismo técnico-científico, atuando fortemente nas instituições de ensino, nas empresas, nos sindicatos, nas organizações da sociedade.
- Aplicar parte dos recursos do pré-sal em pesquisa, ciência e tecnologia com vistas ao desenvolvimento das fontes renováveis de energia.

#### **SOBRE O PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO NO EXTERIOR:**

- O CDES considera que a iniciativa de ampliar a formação de brasileiros e brasileiras no exterior vai gerar impactos positivos em termos de formação dos profissionais; de aumento da participação brasileira nas redes profissionais e de pesquisa internacionais; além do intercâmbio de experiências e temas de interesse do País.
- O Conselho está se mobilizando, entendendo que é seu papel contribuir para o êxito da iniciativa, tanto no que se refere às bolsas financiadas com recursos públicos, quanto ao chamado para que atores sociais se responsabilizem por parte do investimento.
- O CDES dispõe-se a participar do desenho da estratégia. Em debate preliminar aponta questões a serem levadas em conta na estratégia como as diferenças entre sistemas de formação profissional, graduação e pós-graduação brasileiro e de outros países; a necessidade de critérios para seleção com visão ampla dos setores econômicos e segmentos sociais; a possibilidade de contemplar também a participação de profissionais em seminários e congressos internacionais; e o imperativo do monitoramento e avaliação.

## **ANEXOS**

### **I. A ANC E AS DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS DO PPA 2012-2015**

#### **Visão de Futuro**

<b>CDES</b>	<b>PPA 2012-2015</b>
Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a	O Brasil será um país reconhecido: <ul style="list-style-type: none"><li>• Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca igualdade social, com produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental.</li></ul>

diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.</li> </ul>
--	---

### Valores

CDES	PPA 2012-2015
Democracia - Liberdade - Equidade - Identidade nacional - Sustentabilidade - Respeito à diversidade sociocultural - Soberania.	Soberania - Democracia - Justiça Social - Sustentabilidade - Diversidade cultural e identidade nacional - Participação social - Excelência na Gestão

### Um novo patamar / um novo contexto

CDES	PPA 2012-2015
O Brasil avançou em um modelo de desenvolvimento construído por meio de decisões democraticamente negociadas, buscando responder aos desafios de uma sociedade moderna e complexa que exige novas articulações entre as políticas econômica, social e ambiental. Um modelo que produziu rupturas históricas na redução da pobreza e distribuição da renda, no aumento do emprego formal, na disponibilidade de crédito, na busca de soluções para a questão ambiental. Um modelo que foi capaz de resistir à crise recente e que deve ser fortalecido.	Retomada do crescimento econômico com estabilidade Redução das desigualdades – sociais e regionais Geração de oportunidades – trabalho e empreendimentos Sustentabilidade – social e ambiental Ciência e tecnologia Transição demográfica favorável Ampliação do debate com a sociedade

- Para potencializar este novo ciclo de desenvolvimento cabe, na visão das lideranças empresariais, sindicais, acadêmicas, de organizações sociais presentes no Conselho, consolidar do processo de expansão equânime do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno e inserção ativa na economia internacional ancorados em um modo de produção, de consumo e de distribuição sustentáveis e na ampliação dos investimentos inovativos.

### Desafios

CDES	PPA 2012-2015
<ol style="list-style-type: none"> <li>Ampliar novos horizontes da <b>educação</b>: eixo prioritário e estruturante, articulador de políticas pró-equidade e vetor para libertar os potenciais de criatividade e inovação e de produção nacionais.</li> <li><b>Estado democrático e indutor do desenvolvimento</b>: aprofundar o papel do Estado voltado para os interesses da sociedade, mais democrático, à altura dos desafios econômicos, sociais e ambientais do País.</li> <li><b>A transição para a sociedade do conhecimento</b>: educação, cultura, tecnologias de informação e comunicação desempenham papel chave no processo de transição para um país mais desenvolvido e mais competitivo.</li> <li><b>Trabalho decente e inclusão produtiva</b> para o conjunto da população ativa, por meio do trabalho decente é vetor estratégico para a sustentabilidade do desenvolvimento.</li> <li><b>Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento</b>: as políticas industrial, de comércio exterior e de inovação do país estão intrinsecamente ligadas na estratégia que combina as vantagens brasileiras em <i>commodities</i>, as possibilidades do pré-sal e estímulo a indústria.</li> <li><b>O potencial da agricultura</b>: entendida de maneira sistêmica envolvendo agronegócio, o médio e pequeno agricultor e a agricultura familiar. São alavancas o incremento tecnológico, a sustentabilidade social e ambiental em toda cadeia de produção agrícola.</li> <li><b>O papel da infraestrutura</b>: essencial para sustentar o ciclo de desenvolvimento e melhorar a competitividade da economia. Cabe aperfeiçoar a governança e ampliar financiamento público e privado.</li> <li><b>Sustentabilidade ambiental</b>: O Brasil possui vantagens naturais, competitivas e políticas para exercer liderança nos temas vinculados a sustentabilidade ambiental.</li> <li><b>Consolidação e ampliação de políticas sociais</b>: expandir o conjunto de políticas públicas que favorecem a equidade social e regional -pelos resultados que tem sido gerados em termos de diminuição da desigualdade e também pelo incremento à dinâmica econômica.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento, apoiado no <b>avanço científico e tecnológico</b>, de forma a <b>minimizar as desigualdades regionais</b> e assegurar a continuidade da <b>transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda</b>.</li> <li>Superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais.</li> <li>Propiciar o acesso da população brasileira à <b>educação, conhecimento, cultura e esportes</b> com equidade, qualidade e valorização da diversidade.</li> <li>Promover o acesso universal, com qualidade e equidade à <b>Saúde, Previdência e Assistência Social</b>.</li> <li>Fortalecer a cidadania, respeitando a diversidade das relações humanas, promovendo a <b>universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos</b>.</li> <li>Expandir a <b>infraestrutura produtiva, urbana e social</b> de qualidade, garantindo a integração do Território Nacional e do país com a América do Sul.</li> <li>Fortalecer a <b>democracia</b> e estimular a <b>participação da sociedade</b>, ampliando a <b>transparência</b> da ação pública.</li> <li>Preservar a integridade e a <b>soberania nacional</b>, participando ativamente da promoção dos direitos humanos, da paz e do <b>desenvolvimento</b> no mundo.</li> <li>Promover a <b>segurança</b> e a integridade dos cidadãos, através do combate à violência e do desenvolvimento de uma cultura da Paz.</li> </ol>

## II. ATIVIDADES REALIZADAS

<b>Reunião Interconselhos</b>	<b>Dias:</b> 24 e 25/05/2011	Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>Reunião GT: Agricultura e Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Dia:</b> 31/05/2011	<b>Coordenador:</b> Alberto Broch – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
<b>Reunião GT: Matriz Energética</b>	<b>Dia:</b> 01/06/2011	<b>Coordenador:</b> Artur Henrique - Presidente Central Única dos Trabalhadores (CUT)
<b>Reunião GT: Infraestrutura</b>	<b>Dia:</b> 01/06/2011	<b>Coordenador:</b> Paulo Godoy – Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e

		Indústrias de Base (ABDIB)
<b>Reunião GT:</b> Grandes Eventos Esportivos	<b>Dia:</b> 02/06/2011	<b>Coordenador:</b> Humberto Mota - Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South
<b>Reunião GT:</b> Educação Profissional, Técnica e Tecnológica	<b>Dia:</b> 08/06/2011	<b>Coordenador:</b> Clemente Ganz Lucio - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
<b>Reunião GT:</b> Ciência, Tecnologia e Inovação	<b>Dia:</b> 08/06/2011	<b>Coordenador:</b> Antoninho M. Trevisan - Presidente das Empresas Trevisan

### III. PARTICIPANTES

- Ministro **Moreira Franco**, Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretário Executivo do CDES.

#### Conselheiros

- Alberto Broch**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).
- Antoninho Trevisan**, Presidente das Empresas Trevisan.
- Arildo Mota Lopes**, Presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL).
- Artur Henrique**, Presidente Central Única dos Trabalhadores (CUT).
- Bruno Ribeiro**, Diretor Executivo do IDHEC - Instituto Dom Helder Câmara e Advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).
- Clemente Ganz Lúcio**, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).
- Humberto Eustáquio Mota**, Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South América.
- João Batista Inocentini**, Presidente do Sindicato dos Aposentados do Brasil.
- João Bosco Borba**, Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA).
- Jorge Nazareno Rodrigues**, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região.
- José Carlos Cosenzo**, Ex-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP).
- José Vicente**, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e Presidente da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento (AFROBRAS).
- José Zunga Alves de Lima**, Presidente do Instituto Observatório Social de Telecomunicações da Inclusão Digital e Social (IOST).
- Joseph Couri**, Presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI).
- Manoel da Cunha**, Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).
- Maria Elvira**, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais.
- Maurício Botelho**, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER).
- Maurílio Biagi Filho**, Presidente do Grupo Maubisa e Presidente do Conselho de Administração da Usina Moema.
- Murillo de Aragão**, Presidente da Arko Advice Pesquisas.
- Naomar Monteiro de Almeida Filho**, Ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- Nelson José Côrtes da Silveira**, Controlador e administrador da empresa D F Vasconcelos Ltda.
- Paulo Godoy**, Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).
- Paulo Simão**, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).
- Paulo Speller**, Reitor da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB).
- Paulo Vellinho**, Empresa Granóleo S/A - Óleos Vegetais.
- Ricardo Patah**, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT).
- Roberto Franklin de Leão**, Presidente Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.
- Sérgio Haddad**, Coordenador Geral da Ação Educativa.
- Sergio Reze**, Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE).
- Sérgio Rosa**, Presidente da Companhia de Previdência Aberta do Banco do Brasil – Brasilprev.
- Vicente Mattos**, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

#### Convidados

- Bruno Moretti** – Diretor, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
- Cilair Rodrigues de Abreu** – Diretor, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
- Fernanda De Negri** - Chefe da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação - Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).
- Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva** – Coordenador do Núcleo Temático Agropecuária e Pesca do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
- Arnaldo Carneiro Filho** – Assessor, Secretaria de Assuntos Estratégicos - (SAE/PR).
- Daniel Vicente** (Assessor técnico Conselheiro Danilo Pereira da Silva) - Assessor Institucional - Força Sindical.
- Eustáquio José Reis** – Secretário de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR).
- Frank Meylan** (Assessor técnico Conselheiro Antoninho Trevisan) - Sócio da KPMG Auditores Independentes Consultor Senior em Inovação.
- Guilherme Valle** (Representante Conselheiro Fernando Alves) – Sócio - PwC Brasil e América do Sul.
- Gustavo Leal Sales Filho** - Diretor de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
- João Lins** (Representante Conselheiro Fernando Alves) - Sócio-Consultor - Pricewaterhouse Coopers.
- José Fardim** - Professor de Gestor em Esportes - Empresas Trevisan.
- Manuel Fernandes** - Sócio – KPGM.
- Marcone Gonçalves** - Assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR).
- Maria de Fátima Ferreira Menezes** (Assessor técnico Conselheiro Antoninho Trevisan) -Superintendente - Ação Fome Zero (ONG).
- Mauricio Girardello** (Representante Conselheiro Fernando Alves) - Sócio - Pricewaterhouse Coopers.
- Patricia Pelatieri** (Assessor técnico Conselheiro Artur Henrique) – Assessora – DIEESE.
- Ralph Lima Terra** (Assessor técnico Conselheiro Paulo Godoy) - Vice-Presidente Executivo – ABDIB.

- **Renato da Silveira Martini** - Diretor Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).
- **Ricardo Paes de Barros** - Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR).
- **Rogélio Nogueira Salgado** (Assessor técnico Conselheiro Danilo Pereira da Silva) - Assessor Institucional - Força Sindical.
- **Roger Stiefelmann Leal**, Secretário Executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR).
- **Rogério Aparecido Grof** (Representante Conselheiro Joseph Couri) Gestor de Relações Sindicais - Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI.

## **DECLARAÇÃO FINAL DA 4ª REUNIÃO DA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL UE-BRASIL**

Brasília, 26-27 de Abril de 2011.

*A Mesa-Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil é um órgão permanente de diálogo e cooperação entre as sociedades civis de ambas as partes, representadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (CDES) e pelo Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). Contribuiu para reforçar as relações entre o Brasil e a União Europeia no âmbito da Parceria Estratégica UE-Brasil, instituída em 2007.*

*A 4ª reunião da Mesa-Redonda realizou-se em Brasília, Brasil, em 26 e 27 de Abril de 2011, e debateu o tema da segurança alimentar e nutricional. A reunião iniciou também o debate sobre Desenvolvimento Sustentável. Dada a centralidade da temática, a Mesa-Redonda comprometeu-se a acompanhar e participar no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.*

### **Segurança Alimentar e Nutricional**

1. A Mesa-Redonda assinala com grande preocupação que um bilhão de pessoas sofrem de fome enquanto o mundo produz alimentos suficientes para alimentar toda a população, sendo, portanto, o problema da fome uma questão do acesso à alimentação e aos meios de produção, assegurando melhor distribuição de renda e riqueza.
2. Ressalta o princípio da alimentação como um fator de saúde e de direito humano e social de todos os povos, definido no Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, e instam aos governos do Brasil e União Européia, portanto, a defenderem esse direito fundamental, universal em todos os fóruns e organismos internacionais.
3. Aponta que a importância e urgência da questão da segurança alimentar e nutricional justifica a declaração pela Organização das Nações Unidas (ONU) de um “Ano da Agricultura Familiar”.
4. Aponta a importância de incluir o tema da segurança alimentar e nutricional nos debates da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), especialmente na discussão do tema Economia Verde com Inclusão Social.
5. Destaca que uma estratégia global para a segurança alimentar e nutricional pressupõe a realização de um projeto de desenvolvimento sustentável resultante da convergência de diferentes políticas: redução da pobreza e crescimento de renda; políticas de bem-estar e de proteção social; políticas agrícolas e desenvolvimento territorial; pesquisa, desenvolvimento e inovação; comércio e desenvolvimento integrado regional. Defende que a justiça distributiva e a justiça participativa integrem os princípios básicos das políticas de segurança alimentar e nutricional em cada nação e no plano internacional.
6. Afirma que a obtenção do direito à alimentação adequada e de segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania alimentar, a qual confere aos países a primazia sobre a produção, regulação e consumo de alimentos. O CDES e o CESE recomendam, portanto, que o Brasil e a União Européia incentivem todos os países a incluir a soberania e o direito à alimentação em seus marcos legais e a aperfeiçoar a governança mundial da segurança alimentar e nutricional, particularmente no que se refere ao Sistema das Nações Unidas.
7. Reconhece que a participação ampla da sociedade civil é fundamental em todas as etapas da política de segurança alimentar e nutricional: formulação, regulação, implementação, monitoramento e avaliação.
8. Reconhece que as organizações agrícolas e as comunidades rurais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos países e que deve ser incentivada a agricultura familiar, o cooperativismo e o associativismo rural, a organização sindical dos trabalhadores rurais e a participação de mulheres, indígenas e comunidades tradicionais.
9. Defende a sustentabilidade da produção agrícola em termos sociais, econômicos, e ambientais:
  - a. aumentando a participação da ajuda ao desenvolvimento e a participação dos orçamentos nacionais dos países em desenvolvimento consagradas à agricultura;
  - b. procurando maior coerência entre as várias políticas a respeito das questões de segurança alimentar e nutricional;
  - c. fomentando os mercados locais e regionais, e com políticas que visem as populações rurais *in situ* e fomentem a produção de alimentos;
  - d. associando as organizações de agricultores à definição e execução das políticas agrícolas e facilitando aos pequenos produtores o acesso aos financiamentos;
  - e. adotando, quando for necessário, medidas para permitir que as mulheres acessem sem restrições e em pé de igualdade aos recursos produtivos, em particular o direito de possuir e herdar terras, o direito à igualdade de tratamento nas reformas fundiárias e agrárias, bem como para favorecer o acesso das mulheres à exploração da terra;
  - f. favorecendo a transição para uma agricultura sustentável e colocando a questão ambiental no centro das políticas agrícolas. Considera que o recurso à silvicultura, a luta contra o desmatamento e o desenvolvimento de técnicas de irrigação eficazes são aspectos a impulsionar; incentivando a redução do uso de agrotóxicos e de aditivos químicos; o aumento da policultura e da produção agroecológica; a redução do consumo de água.
10. Considera que deve haver a busca de equilíbrio entre segurança alimentar e nutricional, segurança hídrica, segurança energética, mudanças do clima e produção de agrocombustíveis.
11. Considera indispensável que se realizem análises de impacto e se consulte a população local previamente a qualquer nova cultura destinada à produção de biocombustíveis e apoia a ideia da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no sentido de se obter um consenso internacional sobre esta questão. Pede igualmente um aumento substancial do investimento na investigação e no desenvolvimento de biocombustíveis de segunda e terceira geração.
12. Denuncia a financeirização crescente dos mercados agrícolas e a especulação que se alastra provocando, por um lado, uma subida dos preços, sobretudo dos cereais, e, por outro, uma enorme volatilidade das cotações. Neste contexto, entende que é necessária

- uma fiscalização permanente dos mercados dos produtos de base para compreender melhor a formação dos preços dos produtos no futuro.
13. Aponta os efeitos negativos dos subsídios à exportação de alimentos. Apoia a ideia de que a segurança alimentar e nutricional seja considerado um princípio levado em conta em todos os acordos comerciais internacionais e nas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).
  14. Insiste em que, se proteja o acesso à propriedade da terra e ao usufruto da mesma pelas populações locais. Para tal, é preciso definir, o mais brevemente possível, um quadro jurídico internacional assente em princípios que respeitam o ambiente e as populações.
  15. Subscrive a ideia de abastecer as reservas alimentares apelando aos produtores e fabricantes locais e regionais de produtos alimentares. Essas reservas permitiriam, assim, garantir rendimentos estáveis aos produtores agrícolas e, ao mesmo tempo, tornar a alimentação acessível aos mais pobres.
  16. Recomenda ampliar e fortalecer a parceria do Brasil e da União Europeia na cooperação com países menos desenvolvidos.

### **Desenvolvimento Sustentável: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20**

A Mesa-Redonda realizou um debate preliminar sobre a questão do Desenvolvimento Sustentável: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20 e chegaram a acordo sobre os seguintes pontos:

17. Assinala que vinte anos depois da Conferência do Rio há um consenso sobre a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável, mas não sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável e de economia verde.
18. Espera que, em 2012, a Conferência Rio + 20 dê uma contribuição essencial no sentido de uma economia que fixe objetivos claros para tornar a economia verde com inclusão social, uso sustentável dos recursos e respeito da diversidade étnica e racial.
19. Recomenda que a sociedade civil participe plenamente na preparação, realização e acompanhamento da Conferência. O CDES e o CESE se comprometem a prepararem-se para a Conferência Rio + 20 e a organizar conjuntamente um evento no seu âmbito.
20. Apóia que se prossiga o desenvolvimento e a aplicação de indicadores de progresso que vão mais além do PIB. O PIB dá uma medida distorcida do desempenho econômico, em especial porque não reflete até que ponto as atividades de produção e consumo podem ser prejudiciais aos recursos ambientais e gerar bem estar.
21. Exige que as preocupações e as prioridades ambientais sejam integradas no processo de elaboração das políticas nacionais a todos os níveis.
22. Apela a que os investimentos públicos possam ser destinados a promover o desenvolvimento sustentável.
23. Solicita um forte aumento da despesa para ciência, tecnologia e inovação, a fim de promover a passagem para uma economia verde.
24. Apela a que se promova, desde a infância, a educação em questões ambientais, através de ações de sensibilização para mudar hábitos de consumo.
25. Está consciente de que a mudança para uma economia verde implica mudanças quer ao nível da empresa quer do emprego e pede que se garanta a proteção social dos trabalhadores dos setores afetados pela transição e se apoie as empresas nos processos dessa mudança.
26. Reclama que a sociedade civil seja plenamente associada a esta transição para um desenvolvimento sustentável. É preciso criar ou consolidar, a nível nacional, estruturas de diálogo sobre questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável que permitam instaurar o diálogo entre os atores da sociedade civil e entre a sociedade civil e os responsáveis políticos. A nível internacional, deve permitir-se a plena participação das partes interessadas no processo.

*A presente declaração final será apresentada às autoridades políticas do Brasil e da UE e transmitida à próxima Cúpula UE-Brasil.*

*As Cúpulas UE-Brasil reconheceram o trabalho da Mesa-Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil ao convidarem os copresidentes da Mesa-Redonda a apresentar as suas recomendações às cimeiras. A Mesa-Redonda considera que se deve prosseguir este diálogo muito positivo e profícuo com as autoridades políticas da UE e do Brasil e insta os responsáveis políticos do Brasil e da UE a adotarem as ações de concertação necessárias para garantir a continuidade e o funcionamento da Mesa-Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil como um dos importantes diálogos setoriais que compõem a Parceria Estratégica UE-Brasil.*

*A Mesa-Redonda acordou que a sua quinta reunião se realizará na Europa, no segundo semestre de 2011, e terá como tema o Desenvolvimento Sustentável. Uma nova rodada sobre o tema deverá, também, ser realizada durante a sexta mesa-redonda a ser realizada no Brasil no primeiro semestre de 2012, precedendo a Rio+20.*

## **DECLARAÇÃO FINAL DA 5.ª REUNIÃO DA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL UE-BRASIL**

Porto, 7-9 de Novembro de 2011

*A Mesa-Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil é um órgão permanente de diálogo e cooperação entre as sociedades civis de ambas as partes, representadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (CDES) e pelo Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). Contribuiu para reforçar as relações entre o Brasil e a União Europeia no âmbito da Parceria Estratégica UE-Brasil, instituída em 2007.*

*A 5.ª reunião da Mesa-Redonda realizou-se na cidade do Porto, Portugal, de 7 a 9 de Novembro de 2011. Em consonância com o compromisso assumido na 4.ª reunião, foram discutidos os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em particular os dois temas seguintes: "A dimensão social associada a uma economia mais verde" e "Produção, distribuição e consumo sustentáveis como solução para uma economia mais verde".*

### **Observações gerais sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**

Os participantes na Mesa-Redonda trocaram informações sobre os preparativos para a Conferência Rio+20 e chegaram a acordo sobre os seguintes aspectos:

#### **A Mesa-Redonda**

1. Congratula-se com as conclusões da 5.ª Cimeira UE-Brasil, realizada a 4 de Outubro de 2011, e especialmente com o reconhecimento do trabalho da Mesa-Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil e com o apoio dado às suas atividades no domínio do desenvolvimento sustentável;
2. Toma nota das conclusões da 4.ª reunião, realizada em Brasília, em 27 de Abril de 2011, sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e recorda o legado de décadas de mobilização da comunidade internacional para o debate das questões socioambientais, entre elas a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo, na Suécia, em 1972, e a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, na África do Sul, em 2002, entre outros;
3. Reconhece que os líderes mundiais que se preparam para a Conferência Rio+20 enfrentam condições distintas na transição para um maior desenvolvimento sustentável em comparação com as de há 20 anos. Estas condições dizem respeito ao quadro jurídico, aos processos participativos, à agenda pública, à sensibilização e à alteração dos padrões de comportamento;
4. Está convencido de que a economia mundial será capaz de aproveitar o seu potencial e de dar um novo impulso ao desenvolvimento sustentável no futuro e reconhece que a crise poderia ser uma oportunidade para a construção do novo modelo de desenvolvimento; em consequência, insta os líderes mundiais a firmarem compromisso com o desenvolvimento sustentável como saída para a crise sistêmica;
5. Considera essencial que a Conferência Rio+20 transmita um sinal claro à comunidade internacional sobre a necessidade de os líderes políticos em todo o mundo se empenharem vigorosamente em políticas irreversíveis de desenvolvimento sustentável, entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades, e salienta a importância de criar e pôr em prática um processo de acompanhamento para avaliar até que ponto os compromissos da Conferência do Rio foram cumpridos;
6. Afirma que a educação e a democratização do conhecimento são eixos prioritários e estruturantes do desenvolvimento, vetor para libertar os potenciais de criatividade, inovação e de produção e, especialmente, elemento viabilizador da construção cultural para um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente;
7. Solicita que os representantes da sociedade civil sejam ativamente envolvidos nos preparativos da Conferência Rio+20 e no seguimento da mesma e que sejam realmente ouvidos tanto durante as negociações na conferência, como na aplicação dos seus resultados;
8. Sublinha o papel fundamental que os Estados e especialmente as autoridades públicas devem desempenhar na promoção de um sistema de desenvolvimento mais sustentável e socialmente inclusivo;
9. Entende que a promoção de uma maior igualdade no acesso a bens e serviços têm de fazer parte dos compromissos para o desenvolvimento sustentável assumidos na Conferência Rio+20;
10. Considera que os direitos humanos bem como a igualdade entre pessoas, com destaque para a igualdade entre raças, etnias, comunidades tradicionais, gêneros e gerações e entre regiões, países e regiões de um mesmo país são elementos transversais a todas as políticas e ações de promoção do desenvolvimento sustentável,
11. Considera que estas propostas devem incluir um conjunto de medidas e metas necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, tais como programas educativos, atualização das competências, medidas regulamentares, instrumentos de política fiscal, contratos públicos, despesas públicas e investimento;
12. Afirma que têm de ser elaborados planos de desenvolvimento que tenham em conta as propostas específicas da Conferência Rio+20 mas respeitem as circunstâncias nacionais;
13. Recorda a necessidade de novos indicadores para medir a prosperidade, o bem-estar social e a viabilidade ambiental para além do PIB, e considera essencial envolver a sociedade civil no processo de definição destes novos indicadores;
14. Propõe que a Conferência Rio+20 dê continuidade a um processo para completar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio já existentes com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
15. Apoiava a iniciativa das Nações Unidas relativa a uma proteção social mínima, que promove o acesso a serviços e transferências sociais básicos para que as pessoas desfavorecidas ou vulneráveis possam ter uma vida digna;

16. Solicita que se dê particular atenção ao risco de os investimentos tecnológicos numa economia mais verde provocarem um aumento dos preços, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população. A transição para a economia verde deve promover segurança alimentar e nutricional, segurança energética, o acesso a tecnologias verdes, água, saúde e habitação para todos;
17. Apela para a adoção de propostas específicas com vista à erradicação da pobreza como um passo fundamental para permitir processos de desenvolvimento sustentável. O desafio para os países menos desenvolvidos e emergentes é crescer economicamente distribuindo renda, promovendo a inclusão social, reduzindo as desigualdades sem comprometer os recursos ambientais e a biodiversidade;
18. Salaria a necessidade de ter em consideração tanto as zonas rurais como as urbanas, dando atenção às suas especificidades e integrando-as numa abordagem global;
19. Julga fundamental melhorar a governança do desenvolvimento sustentável de forma a torná-la **multilateral e participativa** dentro do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Considera que esta nova governança deve integrar elementos de reflexão sobre os quais a Mesa-Redonda continuará a trabalhar, tais como:
  - a. Avançar para implementar uma nova arquitetura de financiamento global, explorando a ampliação dos mecanismos financeiros inovadores para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, capazes de distribuir os custos de maneira progressiva e de permitir o desenvolvimento sustentável do conjunto dos países, incluindo uma possível taxa sobre as
  - b. Transações financeiras;
  - c. Consolidar o PNUA ou transformá-lo numa instituição;
  - d. Criar um Conselho para o Desenvolvimento Sustentável, que integre os líderes políticos dos países membros das Nações Unidas e dependa diretamente da Assembleia-Geral das Nações Unidas;
  - e. Criar um mecanismo institucional ao nível nacional e das Nações Unidas que tenha em conta os interesses das gerações futuras;
  - f. Criar mecanismos eficazes para permitir a informação, a consulta e a participação da sociedade civil;
20. Encoraja todos os Estados a não esperarem apenas por resultados a nível internacional mas a assumirem eles próprios a liderança tomando medidas ousadas e inovadoras rumo a uma maior sustentabilidade.

### **Dimensão social de uma economia mais verde**

#### A Mesa-Redonda

21. Reitera que não há uma definição única de economia verde, mas partilha da ideia de que tornar a economia sustentável significa redirecionar o modo como ela opera para obter mais resultados sustentáveis, através de um processo de reavaliação e redefinição dos objetivos e das ferramentas da gestão econômica;
22. Observa que a transição para uma economia sustentável também significa uma transformação no domínio do emprego, com criação de novos empregos em alguns sectores e perda noutros, e com grandes mudanças no ambiente de trabalho;
23. Insta os parceiros sociais a participarem nesta transformação do ambiente de trabalho;
24. Apoiar as recomendações da OIT em matéria de empregos verdes, o Pacto Mundial para o Emprego adotado pela OIT em 2009 e o projeto da OCDE para o crescimento verde;
25. Sublinha que os empregos verdes também têm de ser empregos decentes e de respeitar os princípios da igualdade entre homens e mulheres;
26. Salaria a necessidade de assegurar a proteção social dos trabalhadores de sectores afetados pela transição para uma economia verde na direção da universalização;
27. Julga essencial elaborar programas de formação e de reforço de competências a fim de preparar a mão de obra para uma economia verde;
28. Recomenda que estes programas sejam elaborados e controlados com a participação ativa dos parceiros sociais, das instituições e organizações de educação e formação, das instituições públicas, dos poderes públicos, das associações profissionais e das organizações de formação profissional;
29. Apela para que seja dado apoio financeiro e não financeiro às PME enquanto fontes potenciais de novos empregos.

### **Produção, distribuição e consumo sustentáveis para uma economia mais verde**

#### A Mesa-Redonda

30. Partilha da noção de que há uma inequívoca interação entre padrões de produção e consumo e uma determinada distribuição de renda e riqueza;
31. Reconhece que o padrão de consumo e produção vigente, baseado no modo de vida urbanoindustrial, se tornou insustentável na medida em que compromete o clima e o equilíbrio ecológico do planeta;
32. Entende que a produção e o consumo sustentáveis implicam a utilização de serviços e produtos que oferecem melhor qualidade de vida, utilizando menos os recursos naturais e diminuindo o impacto negativo no ambiente, para não pôr em risco a satisfação das necessidades das gerações futuras;
33. Assinala que reduzir a utilização dos recursos naturais exige uma alteração nos estilos de vida e na concepção de produtos. Estas transformações sociais não ocorrem do topo para a base, mas assentam em iniciativas sociais e ambientais que necessitam de condições melhores e mais favoráveis do que as atualmente existentes. Estas condições devem ser criadas pelos poderes públicos;
34. Destaca a necessidade de uma abordagem à produção e ao consumo sustentáveis coerente e coordenada a nível internacional; lamenta que não tenha sido alcançado um acordo definitivo sobre um plano para a produção e o consumo sustentáveis no âmbito da

- Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável; insta a Cimeira Rio+20 a continuar a envidar esforços para chegar a um acordo;
35. Apela para o intercâmbio de boas práticas a fim de promover a aprendizagem mútua e desenvolver critérios e indicadores comuns para avaliar as práticas sustentáveis; lembra que a cooperação comercial e a cooperação industrial são dimensões necessárias numa abordagem internacional;
  36. Sublinha que qualquer estratégia destinada a tornar a produção e o consumo mais sustentáveis tem de integrar plenamente o papel central desempenhado pelos consumidores. A educação é crucial para sensibilizar o público para o impacto dos seus padrões de consumo nos recursos. É fundamental pôr em prática um bom sistema de ensino e de informação para dar aos consumidores os meios necessários para escolherem produtos mais sustentáveis;
  37. Considera essencial que a informação sobre os produtos, incluindo a rotulagem e a publicidade, seja suficientemente clara para o público em geral e incentive o consumo sustentável;
  38. Observa que a transição para padrões de produção e consumo mais sustentáveis, bem como para uma distribuição mais justa, não é apenas uma necessidade ambiental, mas também uma necessidade económica e social. Sublinha que uma produção eficiente em termos de recursos oferece oportunidades a todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento;
  39. Salienta a necessidade de adotar uma abordagem baseada no ciclo de vida para a sustentabilidade dos produtos e das cadeias de produção e sublinha, em particular, a necessidade de integrar plenamente as noções de reutilização, reparação e reciclagem;
  40. Destaca a importância de mensurar o impacto ambiental de pessoas, empresas e países, considerando recursos utilizados para produzir e absorver os resíduos ajudando a tornar mais competitivos os processos que preservam os recursos em relação a tipos de produção que danificam o ambiente;
  41. Solicita medidas para encorajar padrões de distribuição, de consumo e produção sustentáveis, através, por exemplo, da criação de critérios de sustentabilidade para a responsabilidade social das empresas;
  42. Apela para medidas de incentivo à eficiência energética e à utilização de fontes de energia renováveis em todos os sectores da actividade económica;
  43. Frisa a necessidade de reforçar a pesquisa e o desenvolvimento, apesar das atuais dificuldades económicas. A P&D é essencial para descobrir e pôr em prática uma utilização mais sustentável dos recursos na produção. Deve ser dada especial atenção às necessidades específicas das PME;
  44. Afirma que a nutrição, a habitação, o saneamento básico e a mobilidade são os sectores com forte impacto ambiental mais negativo e também os que apresentam maior potencial para a redução desse impacto através de padrões sustentáveis de produção e consumo.

*A presente declaração final será apresentada às autoridades políticas do Brasil e da UE e transmitida à próxima Cimeira UE-Brasil.*

*A Mesa-Redonda decidiu realizar a sua sexta reunião no Rio de Janeiro, em 1 de Junho de 2012, no âmbito da preparação para a Conferência Rio+20. A Mesa-Redonda concorda em continuar a cooperação na preparação da Conferência Rio+20 a fim de chegar a uma posição comum da sociedade civil nas várias regiões do mundo.*

**DECLARAÇÃO FINAL DA TERCEIRA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL BRASIL-RÚSSIA**  
**« Impactos Econômicos e Sociais em países com abundância de recursos naturais »**

Moscou, 12 de setembro de 2011

A Mesa-Redonda Brasil-Rússia, voltada para discussão das questões de desenvolvimento, é uma plataforma permanente para o diálogo e a cooperação entre as sociedades civis de ambos os países. O diálogo entre os representantes da sociedade civil da Rússia e do Brasil é uma premissa necessária para a compreensão mútua dos nossos povos, para o estabelecimento de espírito de cooperação, que contribui para o reforço das relações bilaterais entre o Brasil e a

Rússia e para a realização dos princípios e das teses do Acordo de Parceria entre a Federação da Rússia e a República Federativa do Brasil, assinado em 22 de junho de 2000, em Moscou.

Os participantes da Mesa-Redonda sublinham o seu empenho na realização do diálogo da sociedade civil, conforme as formas de cooperação, expressas no Artigo 3 do Memorando de Entendimento para Cooperação, assinado pelas duas Partes no dia 10 de julho de 2009, em Budapeste.

As sessões da Mesa-Redonda irão realizar-se com regularidade. As recomendações ali elaboradas serão encaminhadas para as autoridades políticas da Rússia e do Brasil, para serem levadas em consideração pela Comissão de Alto Nível da Cooperação Brasil-Rússia (CAN).

1. O tema "Impactos Econômicos e Sociais em Países dotados com abundância de Recursos Naturais" foi proposto durante a II Mesa-Redonda, organizada pelas sociedades civis brasileira e russa, realizada no Brasil, em Brasília, entre 18 e 19 de maio de 2010.
2. A crescente dependência dos mercados mundiais por recursos naturais e por *commodities* alimentares e energéticas aponta para a constatação de que, em um futuro próximo, as economias baseadas no uso sustentável dos recursos naturais serão parte fundamental da economia mundial, e, elemento vital para o desenvolvimento dos países por meio da geração de renda, emprego e manutenção da estabilidade social.
3. Dessa forma, essa III Mesa-Redonda entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e a Câmara Cívica de Federação Russa (CCFR) é muito pertinente quando o cenário que atravessa a economia mundial é de grande turbulência e no momento em que está em jogo a redefinição da questão do desenvolvimento sustentável, com a proximidade da Conferência das Nações Unidas Rio + 20.

**Recomendações:**

1. Recomendamos que para alcançar o desenvolvimento sustentável e equânime é necessário apoiar o desenvolvimento do mercado interno via políticas de estímulo na base da pirâmide social. A melhor distribuição de renda é a chave do sucesso para todos. Deve ser considerada como política de Estado e não só de governo.
2. Entendemos que o fortalecimento dos nossos mercados internos requer melhor qualificação da força de trabalho, igualdade de oportunidades, aperfeiçoamento do sistema de proteção social e acesso a crédito.
3. Recomendamos uma política de ampliação do valor agregado das mercadorias que exportamos de forma a nos protegermos da volatilidade cambial.
4. Defendemos o estabelecimento de um planejamento estratégico, pelos países produtores e exportadores de matérias-primas, capaz de balancear e garantir a coexistência de uma cadeia de produção de matérias-primas e a manutenção e o crescimento de um setor industrial forte para que não nos deixemos vencer pela ameaça de "doença holandesa".
5. Entendemos que a correção imediata do modelo financeiro e econômico do sistema com vistas à redução da volatilidade do preço de *commodities* às custas da restrição do componente especulativo do atual sistema financeiro global é fator essencial para a estabilidade do desenvolvimento sustentável.
6. Recomendamos atenção especial aos programas de trabalho focados na eliminação da pobreza, no desenvolvimento das pequenas e médias empresas, na formação profissional e na educação, no incentivo a ciência e tecnologia e inovação.
7. Recomendamos atenção especial para investimentos em tecnologias de vanguarda e nos que priorizam as tecnologias sociais. A integração dessas tecnologias permitirá aumentar o potencial de inovação de nossas economias.
8. Entendemos que parte das receitas oriundas de exploração de recursos naturais será destinado ao desenvolvimento social e regional na forma de programas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, cultura, saúde pública, previdência, ciência e tecnologia e meio ambiente.
9. Recomendamos que programas conjuntos de cooperação na área de qualificação profissional e desenvolvimento de tecnologias e produtos devem ser implementados de forma a maximizarmos nossa competitividade frente ao mundo desenvolvido em crise, especialmente nos setores que nos aproximam por serem voltados para consumo de massa e de produção de artigos industriais e serviços ou setores que refletem a abundância que desfrutamos em termos de riquezas de recursos naturais: petróleo, gás, matérias-primas e também alimentos. Para isso sugerimos que parte das bolsas de estudo oferecidas pelos nossos países com o objetivo de qualificação profissional, atualmente direcionadas prioritariamente para a Europa e os Estados Unidos da América, sejam reservadas para intercâmbio entre nossos países.
10. De acordo com a *Declaração Final da II Mesa-Redonda*, para um novo modelo de governança global que enfrenta os desafios modernos é necessário assegurar a estabilidade da economia global e mitigar seus riscos. Os participantes da III Mesa-Redonda entendem que poucos progressos foram realizados desde a II Mesa-Redonda na direção da concretização de um mundo multipolar. O agravamento da crise internacional fecha os canais de participação para novos atores no cenário internacional. Portanto, devemos

continuar buscando posições coordenadas em relação à reforma institucional global. É de interesse estratégico das sociedades civis russa e brasileira, a correção imediata do modelo econômico e financeiro vigente.

11. Novos indicadores de desenvolvimento composto por desenvolvimento social e serviços ambientais como fatores de crescimento econômico devem ser elaborados com base global e qualitativa para medir o desenvolvimento nacional e global e formar estratégias de longo prazo de desenvolvimento sustentável.
12. Encorajamos nossos governos a encontrar formulas que contemplem os ativos ambientais no cálculo do PIB como meio de atribuir um valor econômico à proteção ambiental e estimular que tais ativos sejam adequadamente preservados.
13. O desenvolvimento do sistema de pagamento por serviços ambientais oferece novas perspectivas para tornar o desenvolvimento sustentável e rentável. Isso implica na avaliação de serviços ambientais, com acesso ao mercado internacional para compensar os esforços na preservação e multiplicação de recursos naturais.
14. Estamos convencidos de que as medidas para promover uma cultura de comportamento consciente e de cuidado do meio ambiente são necessárias. É necessário encorajar os atores não estatais e criar condições para o seu engajamento ativo para uma execução eficaz desta tarefa.
15. Recomendamos a troca de experiências no campo dos esportes, a organização de eventos esportivos de massa e eventos de entretenimento, o que é particularmente relevante à luz da próxima Copa do Mundo 2014 no Brasil e dos Jogos Olímpicos de Inverno 2014 em Sochi, na Rússia. Os participantes da Terceira Mesa-Redonda enfatizam a importância do esporte para desenvolvimento socioeconômico de nossos países. Também é de interesse a utilização de eventos desportivos para chamar a atenção para problemas ambientais.
16. Os membros da III Mesa-Redonda propõem discutir na próxima sessão, que será realizada no Brasil, em junho de 2011, à margem da Conferência das Nações Unidas Rio + 20 o tema "Desenvolvimento Sustentável em seus três pilares: social, econômico e ambiental".
17. Os participantes da Terceira Mesa-Redonda enfatizam a necessidade de coordenar suas ações sobre questões de interesse comum no âmbito da Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS).

*O presente documento final será entregue às autoridades políticas superiores do Brasil e da Rússia, como está previsto no Memorando de Entendimento para cooperação entre a Câmara Cívica da Federação da Rússia e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, e também será transmitido à próxima reunião de Cúpula da Comissão de Alto Nível de cooperação entre o Brasil e a Rússia (CAN).*

*Neste sentido, os participantes da Mesa-Redonda insistem que as autoridades russas e brasileiras proponham que os copresidentes das partes apresentem as recomendações decorrentes da Mesa-Redonda na reunião da CAN.*

*Este documento, também será encaminhado à Secretaria da AICESIS para circular entre os outros membros da Associação.*

*Realizado em Moscou, no dia 12 de setembro de 2011, com originais em inglês, russo e português, as três versões sendo igualmente válidas.*

## **DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS SOCIAIS E ECONÔMICOS E INSTITUIÇÕES SIMILARES DOS PAÍSES DO BRICS PARA A CONFERÊNCIA RIO+20**

Moscou, 13 de setembro de 2011

*A partir da Reunião de Chanceleres do Brasil, Rússia, Índia e China organizada à margem da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006, instituiu-se um grupo que passava a atuar no cenário internacional, o BRIC. Em junho 2009, com a Cúpula de Ecatimburgo, o BRIC elevou o seu nível político de chanceleres para Chefes de Estado/Governo. A III Cúpula ocorreu em Sanya, na China, em 14 de abril de 2011. Na ocasião, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. A III Cúpula reforçou a posição do BRICS como espaço de diálogo e concertação no cenário internacional.*

*Os BRICS incluem países que possuem características em comum, tais como: grandes territórios e populações e, principalmente, altas taxas de crescimento nos últimos anos. Os cinco países ganharam importância econômica e são considerados cada vez mais estratégicos politicamente. Entretanto, o arcabouço internacional não reflete essas mudanças e não oferece espaço de participação suficiente a esses países emergentes. Assim, cabe ao BRICS atuar em conjunto para o estabelecimento de uma arquitetura institucional multipolar que sirva como base para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a cooperação entre os países.*

*É neste contexto que as sociedades civis dos cinco países reuniram-se para debater o tema do desenvolvimento sustentável e formular uma posição comum para a Conferência das Nações Unidas sobre o tema, a Rio+20. O diálogo entre os representantes da sociedade civil é uma premissa necessária para a compreensão mútua dos nossos povos, para o estabelecimento de espírito de cooperação, que contribui para o reforço das relações entre os países do Bloco. A iniciativa de articular esforços e buscar convergências parte da disposição de produzir uma proposta comum das sociedades civis dos BRICS, em que pese as diferentes concepções e preservando outras atuações autônomas.*

*O Acordo assinado entre as Partes estabelece uma plataforma permanente para o diálogo e a cooperação entre as sociedades civis dos cinco países: sessões de Mesa-Redonda, a serem realizadas anualmente. As recomendações ali elaboradas serão encaminhadas para as autoridades políticas do BRICS, para serem levadas em consideração nas reuniões dos chefes de Estado do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.*

1. Os Conselhos Econômicos e Sociais e instituições similares dos países do BRICS realizaram uma Mesa-Redonda em Moscou, no dia 13 de setembro, sobre o tema “Uma posição conjunta da sociedade civil organizada dos países BRICS para a Conferência Rio+20”. O intercâmbio e a cooperação no contexto da Mesa-Redonda são componentes das relações entre os países dos BRICS e contribuem para o seu aprimoramento e desenvolvimento.
2. Afirmamos que os países dos BRICS e outros países emergentes desempenham um papel importante ao contribuírem para um mundo com paz, segurança, estabilidade, estímulo ao crescimento econômico global, aperfeiçoamento do multilateralismo e ampliação da democracia nas relações internacionais.
3. Compartilhamos o reconhecimento de um mundo em processo de mudanças de longo alcance, complexas e profundas, marcadas pelo fortalecimento da multipolaridade, globalização econômica e interdependência crescente. Ao enfrentar o cenário global em evolução e uma diversidade de ameaças e desafios globais, a comunidade internacional deve se unir para fortalecer a cooperação pelo desenvolvimento comum. Baseada em normas de direito internacional universalmente reconhecidas e no espírito de respeito mútuo e tomada de decisão coletiva, a governança econômica global deveria ser fortalecida, a democracia nas relações internacionais promovida, e a voz dos países emergentes e em desenvolvimento acentuada.
4. Reconhecemos, como tem demonstrado a crise financeira internacional, que o atual modelo de desenvolvimento é instável economicamente, socialmente e ambientalmente.
5. Temos a expectativa que a Conferência Rio+20, a ser realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 4 a 6 de junho de 2012, represente uma importante contribuição ao caminho para um desenvolvimento mais sustentável e que alcance novos compromissos políticos e resultados positivos e práticos nas áreas de crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável. Estamos convencidos que o forte engajamento da sociedade civil organizada é essencial para criar ímpeto e pressão necessários para alcançar um resultado significativo na Conferência Rio+20.
6. Associações regionais, membros da AICESIS, poderiam contribuir consideravelmente através de esforços para colocar as questões do desenvolvimento sustentável na agenda das cúpulas das respectivas associações regionais, bem como envolver nestes eventos seus representantes de ONGs e especialistas que têm experiência na proteção ambiental para promover as ideias e projetos de economia verde.
7. Como um importante símbolo do envolvimento da sociedade civil para elaboração da estratégia global de desenvolvimento sustentável poderia ser sugerida a participação da AICESIS na próxima Conferência Rio+20, em junho de 2012, e a apresentação de um plano de ações da sociedade civil mundial representada pela Associação, de maneira a influenciar a formação desta estratégia e para assegurar maior apoio entre os diversos segmentos sociais. A base para esse plano poderia ser a Carta da Terra, um parecer finalizado em 2000 através de esforços conjuntos, nos princípios do desenvolvimento sustentável necessários para garantir a integridade ambiental, justiça social, democracia e paz.

### I – A promoção do desenvolvimento sustentável

8. O desenvolvimento sustentável deve considerar a realidade humana e conduzir ao desenvolvimento abrangente, equilibrado e coordenado. Neste sentido, a adoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável é a única forma de alinhar demandas em crescimento constante da população mundial em expansão e a economia global com a capacidade natural do planeta.

9. Estratégias nacionais destinadas a estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável devem se beneficiar das oportunidades da economia de mercado globalizada. A crescente demanda de recursos naturais bem como de bens e serviços ambientalmente inofensivos tem determinado novos conjuntos de opções de desenvolvimento para diversos países em desenvolvimento por meio do estabelecimento de setores da economia verde, de capitalização, conservação e aumento dos recursos naturais.
10. As prioridades de políticas para a proteção ambiental devem ser incorporadas aos planos de desenvolvimento. Outros incentivos são necessários para estabelecer novas metas, considerando um entendimento ampliado sobre qualidade de vida, que compreenda indicadores de desenvolvimento sustentável e princípios ambientalmente amigáveis.
11. Estratégias nacionais orientadas para a transição ao desenvolvimento sustentável devem levar em conta toda a gama de desafios que impedem a implementação destes padrões de desenvolvimento. Um cenário de estagnação para a transição pode elevar os riscos ambientais de desenvolvimento.
12. O mapa do caminho para o desenvolvimento sustentável passa pela superação da pobreza; garantia de proteção social; combate às desigualdades; direito ao trabalho decente; acesso à educação e à saúde e a democratização do conhecimento. Também é essencial reduzir o desmatamento e a degradação do solo, preservar a biodiversidade, as águas e outros bens naturais. O mapa do caminho orienta mudanças nos padrões de produção e consumo; incorporação de energias renováveis nas matrizes energéticas nacionais; e avanços no modo de vida nas sociedades, envolvendo construções sustentáveis, mobilidade e o uso racional e eficiente dos recursos para melhorar a qualidade de vida das pessoas.
13. A construção do novo modelo de desenvolvimento sustentável requer o fortalecimento da capacidade de ação do Estado, fortalecendo canais de diálogo com as sociedades civis e, principalmente, a capacidade de planejamento do Estado. O planejamento de longo prazo mostra-se fundamental para que os custos sociais e ambientais de commodities sejam internalizados na economia. Além disso, os governos nacionais devem desenvolver mecanismos para que os próximos saltos de desenvolvimento econômico ocorram com a agregação de novas tecnologias capazes de reduzir o impacto ambiental do processo produtivo. É preciso ainda difundir novos padrões de consumo que viabilizem uma maior harmonia entre a sociedade e o meio em que vivemos, bem como padrões elevados de governança que promova a maior transparência e participação na administração pública em favor da sociedade como um todo.
14. Um amplo apoio político para a estratégia de desenvolvimento sustentável garantirá sucesso na elaboração e na futura implementação de tais padrões de consumo, produção e distribuição. A sociedade civil e as suas organizações devem participar na formação da opinião pública, que considera o capital humano e social e a proteção ambiental como partes integrantes da qualidade de vida humana e da prosperidade.
15. Criar tecnologias para satisfazer as exigências ambientais cada vez mais rigorosas e a melhoria das características econômicas de novos produtos deve ser uma prioridade para o desenvolvimento inovador e moderno. Tecnologias verdadeiramente inovadoras não devem provocar falsas alternativas que se oponham a eficiência na proteção ambiental.
16. Mudança climática é uma das ameaças globais que desafiam a subsistência das comunidades e dos países. Apoiamos os acordos e as propostas da Declaração de Sanya dos Líderes dos BRICS. A comunidade internacional deverá realizar esforços conjuntos para garantir um desfecho de sucesso às negociações da Conferência de Durban, implementando o mandato do Mapa do Caminho de Bali e de acordo com o princípio da equidade e responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Esforços deverão ser realizados para garantir resultados abrangentes, equilibrados e vinculados ao fortalecimento da implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e o Protocolo de Kyoto. Os BRICS e outros países em desenvolvimento devem continuar a cooperação prática na adaptação da economia e sociedade para a mudança climática.
17. Energia tornou-se um fator cada vez mais importante na economia global moderna. Volatilidade dos preços pode aumentar os riscos para o desenvolvimento, que se tornou uma barreira para a modernização de setores relevantes da economia e para a implementação de alguns projetos inovadores em tecnologia e infraestrutura. É por isso que é importante a busca de decisões políticas, econômicas e tecnológicas para reduzir os riscos correspondentes ao desenvolvimento global e nacional.
18. Estas medidas devem prever a utilização segura dos recursos tradicionais e concentrar no aumento da eficiência energética de fontes tradicionais, bem como na diversificação de fontes de energia de acordo com as condições locais e nacionais.
19. Aproveitar o enorme potencial de elevação da eficiência energética, incluindo medidas para aumentar o interesse em economizar energia em todos os níveis, seja em indústrias ou domicílios, deve constituir uma prioridade para a modernização do setor energético mundial.
20. Acelerar o crescimento sustentável de países em desenvolvimento é um dos principais desafios mundiais. Acreditamos que o crescimento e o desenvolvimento são centrais para enfrentar a pobreza e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A erradicação da pobreza extrema e da fome é um imperativo moral, social, político e econômico da humanidade e um dos maiores desafios globais que enfrenta o mundo na atualidade, particularmente nos países menos desenvolvidos. Desenvolvimento sustentável também passa pelo fortalecimento das redes de proteção social dos países e pela tomada de medidas para manutenção da demanda doméstica. A estabilidade do mercado doméstico é um importante fator de crescimento para a economia nacional, tornando menos vulnerável aos impactos das crises internacionais.
21. Enfatizamos a importância da contribuição dos povos indígenas e de todos os grupos étnicos para o desenvolvimento sustentável. Ademais, consideramos os povos indígenas e as minorias étnicas como um grupos sociais vulneráveis que precisam de apoio e proteção especial dos governos nacionais.

## II – A nova governança global

22. O arcabouço político internacional não oferece, no cenário mundial, espaço de participação suficiente aos países emergentes. Faz-se necessário que as instituições da sociedade civil organizada dos países dos BRICS coordenem esforços para encorajar seus governos nacionais na construção de uma ordem global multipolar. Implica em reformar as Nações Unidas e criar uma unidade multilateral de desenvolvimento sustentável e um fundo vinculado à Assembleia Geral das Nações Unidas, com objetivo de monitorar

o cumprimento dos compromissos pelos países no que diz respeito à proteção ambiental e também com o objetivo de financiar projetos que promovam padrões de desenvolvimento sustentável.

### III – Recomendações

23. A fim de implementar a estratégia de desenvolvimento sustentável no patamar mundial, os governos nacionais devem desempenhar papel estratégico na busca por um desenvolvimento que seja abrangente e coordenado. As políticas nacionais de desenvolvimento devem focar na transformação dos padrões de crescimento econômico e comportamento do consumidor com o objetivo geral de estabelecer uma sociedade próspera, harmoniosa e ambientalmente amigável. É também importante implementar padrões elevados de governança que garantam uma maior transparência das ações tomadas por autoridades e de interesse da sociedade como um todo.
24. Recomendamos que países em desenvolvimento atenuem seus impactos ambientais ao prover assistência na melhoria da capacidade dos países em desenvolvimento para alcançar o desenvolvimento sustentável.
25. Consideramos promissor o desenvolvimento da cooperação internacional entre os países que compartilham biosistemas (biomas) e condições climáticas e naturais similares, para que, conjuntamente, elaborem soluções tecnológicas capazes de minimizar o impacto humano no meio ambiente.
26. Além disso, é necessário incentivar o intercâmbio acadêmico e científico entre os países do BRICS não apenas entre os governos, mas entre as instituições das sociedades civis também. O intercâmbio do conhecimento científico é essencial para o progresso social, para compartilhar resultados em áreas de alta tecnologia. É também importante desenvolver tecnologias sociais que permitam que soluções tecnológicas respondam às necessidades da sociedade.
27. Apoiamos o desenvolvimento e uso de fontes renováveis de energia e reconhecemos o importante papel da energia renovável como uma forma de trabalhar a questão da mudança climática. Estamos convencidos da importância da cooperação e da troca de informações no campo do desenvolvimento de fontes renováveis de energia.
28. Na formação de estratégias nacionais que consideram as prioridades de desenvolvimento sustentável e as condições e limitações específicas para um ou outro país é importante facilitar a transferência internacional de tecnologias que removam os obstáculos para a modernização tecnológica e socioeconômica dos países em desenvolvimento. Eliminar tais obstáculos permitiria que esses países aproveitassem as vantagens do chamado ganho duplo, que significa garantir a eficiência econômica, bem como reduzir o impacto ambiental negativo.
29. Considera-se adequado colocar a questão da elaboração de padrões nacionais de transição para a estratégia de desenvolvimento sustentável entre as prioridades das atividades da AICESIS. A este respeito, é necessário rever as melhores experiências dos conselhos econômicos e sociais no tocante às estratégias nacionais de desenvolvimento e quanto à sua conformidade com os requisitos de proteção do ambiente, uso de tecnologias verdes e no estabelecimento geral de uma economia verde.
30. Apoiamos as recomendações da AICESIS do 12o. Encontro Internacional sobre o papel da sociedade civil no novo padrão de governança global, realizado em Roma, em julho de 2011.
31. Uma condição importante para a modernização dos padrões de desenvolvimento econômico nacional e mundial é a incorporação de novos indicadores aos sistemas de índices de desenvolvimento. Consideramos que um dos componentes cruciais de tais indicadores são os índices de desenvolvimento sustentável. Estes são, primeiramente, indicadores de capacidade ambiental e intensidade energética do crescimento econômico, os indicadores de poluição específicos, a proporção de uso de fontes de energia renovável, a avaliação dos serviços dos ecossistemas (incluindo diferentes tipos de ecossistemas, recursos biológicos, biodiversidade e área de zonas naturais especialmente protegidas).

*O Acordo de cooperação entre os conselhos econômicos e sociais e instituições similares dos BRICS assinado como resultado da primeira mesa-redonda, realizada em Moscou, em 13 de setembro de 2011, estabeleceu um mecanismo regular de consultas e mesas-redondas entre as partes. A próxima mesa-redonda será realizada em 2012, no Rio de Janeiro, na véspera da Conferência Rio+20. A data e o local serão acordados por meio de consultas. Esta declaração conjunta será submetida à Conferência Rio+20. As recomendações da primeira mesa-redonda serão apresentadas aos governos dos países integrantes do BRICS.*